



FERNANDA STEFANI ALVES COSTA

**COMPREENDENDO O CONTEXTO EDUCATIVO DO PATRONATO E
APRENDIZADO AGRÍCOLA “VISCONDE DE MAUÁ” NA DÉCADA DE 1930**

INCONFIDENTES – MG

2017

FERNANDA STEFANI ALVES COSTA

**COMPREENDENDO O CONTEXTO EDUCATIVO DO PATRONATO E
APRENDIZADO AGRÍCOLA “VISCONDE DE MAUÁ” NA DÉCADA DE 1930**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção de título de licenciado em Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Dra. Melissa Salaro Bresci

INCONFIDENTES – MG

2017

FERNANDA STEFANI ALVES COSTA

**COMPREENDENDO O CONTEXTO EDUCATIVO DO PATRONATO E
APRENDIZADO AGRÍCOLA “VISCONDE DE MAUÁ” NA DÉCADA DE 1930**

Data de aprovação: 26 de outubro de 2017

**Orientadora: Profa. Dra. Melissa Salaro Bresci (IFSULDEMINAS - Campus
Inconfidentes)**

Membro 1: Ma. Cleonice Maria da Silva (IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes)

**Membro 2: Profa. Dra. Lidiane Teixeira Chavier Alves (IFSULDEMINAS – Campus
Inconfidentes)**

Dedico este trabalho a meus pais, que apesar de todas as dificuldades me educaram e me proporcionaram o que eles não possuíam, de forma que consegui chegar onde estou, terminando a graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que sempre me apoiaram em todas as minhas decisões e fizeram tudo o que podiam para eu estar onde estou.

À minha orientadora Melissa Salaro Bresci por, além de me orientar pacientemente neste trabalho, ser amiga, psicóloga e uma inspiração para mim, me auxiliando muito em minhas decisões por esta jornada.

Aos membros da banca, por terem aceitado o convite.

Ao IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, por ter cedido espaço e subsídios para a pesquisa, mas principalmente sou grata à todas as oportunidades e experiências que a mesma me ofereceu, as quais me fizeram crescer em todos os âmbitos.

Aos meus colegas de projeto Isabela, Joise, Flávia e Suéllen que me apoiaram e permitiram a realização do projeto que condicionou o arquivo do qual os documentos usados nesta pesquisa foram retirados.

Aos meus amigos Matias José Landim e Willian Pereira Barros, que estiveram comigo nos piores e melhores momentos de minha graduação, além de contribuírem academicamente e emocionalmente com a minha jornada.

Á todos os meus colegas de curso que de alguma forma contribuíram em minha trajetória pelo curso.

RESUMO:

No ano de 1918 nasce o Patronato Agrícola “Visconde de Mauá” e em sua trajetória passa por uma série de nomenclaturas, porém mantém alguns ideais de ensino. Hoje se nomeia Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes, abarcando um grande acervo documental que conta parte de sua história. Abordando a década de 1930, na qual a instituição passou de Patronato Agrícola para Aprendizado Agrícola, busca-se a partir de uma análise do acervo documental local a compreensão de como era a vivência dos alunos, além de identificar a visão da instituição sobre os mesmos. Com um ensino técnico agrícola e um objetivo assistencialista a instituição educou uma diversidade de alunos, atendendo inicialmente menores marginalizados e logo após filhos de trabalhadores da região, de certo modo os excluídos da sociedade. Sua organização educacional dividia-se entre as aulas de conteúdos básicos para o aprendizado de leitura e escrita, bem como rudimentos de Matemática e Ciência e as aulas baseadas em trabalho prático no campo. A partir da análise documental e do material teórico nota-se que havia uma falta de estrutura e recursos, assim como em outras instituições do mesmo tipo. Os educandos durante o período analisado viviam em uma superlotação e muitos em regime de internato mesmo sendo muito jovens – com idades de 10 a 15 anos. Os professores sofriam sérias dificuldades no ensino, desde a falta de materiais didáticos, passando pela superlotação das salas e até o analfabetismo de muitos dos educandos. Os conteúdos agrícolas do curso eram voltados para a produção da instituição para consumo próprio e caminhar de todas aulas era extremamente tradicionalista. A maneira da análise deste trabalho nota-se que o ensino se baseava no trabalho e por meio deste os alunos eram educados e/ou regenerados para atuarem como mão de obra no campo.

Palavras-chave: Historiografia da Educação, Ensino profissional; Menores; Ensino Agrícola.

ABSTRACT:

In 1918, the Patronato Agrícola "Visconde de Mauá" was born and in its trajectory it goes through a series of nomenclatures, although it maintains some ideals of teaching. Today it is named Federal Institute of Education, Science and Technology of the South of Minas Gerais - Inconfidentes Campus, including a great documentary collection that tells part of its history. Approaching the decade of 1930, in which the institution changed from Patronato Agrícola to Aprendizado Agrícola, it is sought from an analysis of the local documentary collection the understanding of how was the experience of the students, besides identifying the vision of the institution on the same ones. With an agricultural technical education and a assistentialist objective, the institution educated a diversity of students, attending initially marginalized minor and soon after children of workers of the region, to some extent those excluded from the society. Its educational organization was divided between basic content classrooms for reading and writing, as well as rudiments of Mathematics and Science and classes based on practical work in the field. From the documentary analysis and the theoretical material it is noticed that there was a lack of structure and resources, as well as in other institutions of the same type. The students during the analyzed period lived in an overcrowding and many in boarding school even being very young - aged 10 to 15 years. Teachers faced serious difficulties in teaching, from the lack of teaching materials to overcrowded classrooms and the illiteracy of many of the students. The agricultural contents of the course were directed to the production of the institution for own consumption and process of all classes was extremely traditionalist. In this study it is noticed that the teaching was based on the work and through this the students were educated and / or regenerated to act like labor of the field.

Key words: Historiography of Education, Professional Education; Minors; Agricultural Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO (1900-1950)	8
1.1 BREVE HISTÓRICO – FORMMAÇÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS NO BRASIL E NO MUNDO	8
1.2 – FORMAÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL E SUAS PROBLEMÁTICAS	11
1.3 – A QUEM SE DESTINAVA A FORMAÇÃO AGRÍCOLA NO SÉCULO XX	12
CAPÍTULO 2: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NOS PATRONATOS E APRENDIZADOS AGRÍCOLAS	16
2.1 – OS PRIMEIROS PATRONATOS E POSTERIORES APRENDIZADOS: CONTEXTO HISTÓRICO	16
2.2 – O PATRONATO E APRENDIZADO AGRÍCOLA “VISCONDE DE MAUÁ”	24
CAPÍTULO 3 – COMPREENDENDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PATRONATO E APRENDIZADO AGRÍCOLA “VISCONDE DE MAUÁ”	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de um levantamento e análise das práticas educativas e visão da instituição Patronato Agrícola e posterior Aprendizado Agrícola “Visconde de Mauá” acerca do educando, na década de 1930. Isto é gerado a partir de uma análise documental, metodologia do campo da História da Educação. Logo, se faz necessária a compreensão sobre os estudos da História em primeiro lugar, fundamentada na origem da palavra:

A palavra 'história' (em todas as línguas românicas e em inglês) vem do grego antigo *historie*, em dialeto jônico [Keuck, 1934]. Esta forma deriva da raiz indoeuropéia *wid-, weid* 'ver'. Daí o sânscrito *vettas* 'testemunha' e o grego *histor* 'testemunha' no sentido de 'aquele que vê'. Esta concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à idéia que *histor* 'aquele que vê' é também aquele que *sabe*; *historein* em grego antigo é 'procurar saber', 'informar-se'. *Historie* significa pois "procurar"... (LE GOFF, 1924, p. 017).

Segundo Saviani, “em visão retrospectiva é possível constatar que a história só se pôs como um problema para o homem, isto é, só emergiu como algo que necessitava ser compreendido e explicado, a partir da época moderna” (1997, p.1), ou seja, a importância de seu estudo vê-se em razão dos acontecimentos que ocorrem no presente, que geram dilemas que necessitam explicações, sendo assim estas encontradas a partir da análise do passado relacionando-o com o tempo histórico atual.

Em se tratando da importância do estudo do contexto educacional, fala-se sobre a história especificamente da Educação, um ramo que mostra a relevância do entendimento do passado para a compreensão do campo educacional e suas subdivisões atuais, aspectos como as relações pedagógicas, os processos que envolvem a aprendizagem e o ensino, entre outros. No Brasil este campo vem mostrando seu valor e desde meados do século XX ela vem sendo

estudada por muitos e começou a se consolidar dentro do país nas décadas de 1960 e 1970 por meio da criação das primeiras pós-graduações na área, como referenciado por Vidal e Filho (2003, p.35). A História da Educação tem sua origem na vertente Filosofia da Educação, e está intimamente ligada a ela.

Torna-se relevante a existência dessa linha de ensino e pesquisa dentro das licenciaturas, para desta forma haver a formação de melhores professores, que compreendam a relação presente/passado e suas implicações nos diferentes contextos escolares. Esta relação é posta como algo essencial para o entendimento da história e os acontecimentos por ela mostrados, além da concepção de tempo e das contradições e semelhanças existentes entre o passado e o futuro (LE GOFF, 1924, p.203).

Para compreensão da estrutura escolar brasileira deve-se primeiramente, entender o contexto social em sua totalidade, ou seja, compreender a sociedade para assim se compreender melhor a escola formada por ela. Também necessita-se buscar a estrutura dessa sociedade para entender a quem as escolas são destinadas. O outro aspecto que pode ser apontado é que a sociedade muda constantemente e existem motivos para isso, revelando-se a importância da compreensão histórica da formação social do local. Por fim, deve-se buscar estabelecer as contradições dentro da mesma e suas relações, explicitando o contexto no qual a escola se torna como é, no tempo histórico estudado (RIBEIRO, 2007, p.11-14).

Então, para entender a conjuntura deste trabalho, devo expor o que me levou à escolha do caminho ligado a História da Educação, a partir de minha trajetória. Iniciei minha graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas em 2013 muito interessada na área específica do curso e assim segui o primeiro período praticamente desprezando a linha educacional. Nunca me importei com questões sociais, sempre vivi em meu mundo fechado e este início de curso foi um grande choque na minha vida. No segundo semestre deste mesmo ano eu comecei a ter disciplinas no curso que me fizeram olhar com mais apreço para o contexto da educação e me interessar pela área. Uma delas foi decisiva para mim, “História da Educação”, que eu realmente gostei de frequentar e nela conheci minha orientadora, Melissa Salaro Bresci. A mesma convidou os alunos de minha turma para fazer parte de um projeto relacionado à matéria e desta forma eu me inseri no mesmo. Sempre me interessei por história e mais ainda pela não contada em livros convencionais, principalmente à ligada ao século XX e às classes menos abastadas da sociedade.

O projeto “O arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes: recuperação e preservação da história da educação através de documentos escolares” tinha por objetivo recontar a história do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. Até o ano de 2016 os alunos deste projeto limpavam, acomodaram e organizaram documentos deste acervo que anteriormente se encontrava em um estado insalubre, além de usá-los como objeto de pesquisa para diversos artigos apresentados em congressos e encontros referentes à área de história da educação. Neste mesmo ano iniciei minha pesquisa para elaboração deste trabalho de conclusão de curso. Ao olhar para os documentos e obter uma impressão inicial e pessoal vi o quanto os alunos eram destratados nas primeiras décadas da instituição, algo que me deixou intrigada em buscar mais sobre a vivência dos mesmos.

Até o final do ano 2015 ainda não havia decidido o tema que queria trabalhar na minha monografia e neste momento comecei a pensar sobre surgiu a proposta da minha orientadora para trabalhar com a temática sobre a forma como se tratavam os alunos, dando-lhes voz, se encaixando muito bem em minhas expectativas de pesquisa. Sinto que se encaixou tão bem pelo fato do curso ter me mostrado o quão excluídos eram os alunos com os quais lidarei. Com este tema pretende-se buscar elementos não contados pela história tal qual vemos nos livros, que é a dita pelos vencedores; busca-se os esquecidos, os que não tiveram voz ativa nos rememoros, tornando-se outra justificativa para mim sobre este trabalho. Desta forma busco dar voz aos alunos que frequentavam o Patronato e Aprendizado Agrícola “Visconde de Mauá”, por meio de ofícios, telegramas, relatórios, boletins e outros documentos relacionados à vida do aluno, na tentativa de compreender melhor como ocorria a sua formação.

Desta maneira iniciei meu estudo, buscando além do entendimento da educação, um pouco de como era o cotidiano do aluno. Dentre os estudos educacionais “pode-se verificar na história da educação que, muitas vezes, o que se problematiza é a conformação da escola, a organização do currículo, as políticas educacionais e quase nada sobre as relações entre os seus sujeitos” (VEIGA, 2008, p.4). Então se faz importante um trabalho como este, colocando em questão os sujeitos sem voz da história local.

Percebe-se a importância da história para as sociedades contemporâneas, a fim de rememoro para melhor reflexão sobre os acontecimentos. Assim, também se vê a notoriedade da História da Educação, para melhor desenvolvimento do ensino, que hoje percebemos ser

muito falho. Um ensino de qualidade deve ser um direito de todos, não importando seu gênero, classe social e cor, porém vemos que isto é negado a muitos. Estes muitos são parte dos esquecidos da história que, muitas vezes, é contada a partir do ponto de vista dos vencedores. Por isso, se vê a importância de entender melhor o ensino destinado aos desfavorecidos, neste caso sendo a formação técnica e rural; necessário um estudo de sua história.

O presente trabalho localiza-se nessa perspectiva e ao longo de seu desenvolvimento buscará compreender o ensino técnico agrícola do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. Para esta compreensão é importante traçar, em primeiro lugar, as práticas educativas da instituição, bem como as estruturas dos cursos. Também objetiva-se analisar o público que frequentava o local, além das regras que norteavam a disciplina, a fim de compreender como estas implicavam na educação dos indivíduos. Por fim, é importante identificar a documentação pertinente para todos estes fins, além de expô-la e analisá-la.

Então, coloca-se a seguinte pergunta como problema de pesquisa: Como era a educação e o tratamento dos educandos dentro da instituição em questão na década de 1930? Temos por hipótese inicial que os alunos viviam em situação precária, eram educados por meio da disciplina e pelo trabalho braçal e que os mesmos eram tratados como sujeitos sem voz.

Diante disso, na tentativa de confirmar ou não a hipótese apresentada, o presente trabalho foi organizado em 3 capítulos. No capítulo I, intitulado “ Contextualização histórica da educação profissional e agrícola”, faz-se um breve estudo e rememoro do ensino profissional e os primórdios do ensino agrícola no Brasil. Em “A formação profissional nos Patronatos e Aprendizados Agrícolas” mostra-se uma compreensão da trajetória da instituição em questão, além de traçar um paralelo com outras do mesmo tipo e as reformas do contexto educacional no Brasil no período. Já no terceiro capítulo, cujo título é “Compreendendo a história da educação no Patronato e Aprendizado Agrícola ‘Visconde de Mauá’”, pretende-se mostrar os resultados da seleção de documentos e fazer uma breve análise sobre os mesmos, revelando a historicidade dos menores que viviam no local.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E AGRÍCOLA

1.1 BREVE HISTÓRICO – FORMAÇÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS NO BRASIL E NO MUNDO (1900-1950)

Após a Segunda Revolução Industrial, a educação profissional sofreu algumas modificações a fim de não só otimizar as atividades manuais, mas também capacitar o trabalhador para resolver problemas dentro da sua rotina de trabalho. Essa ideia de educação servia, então, para tornar mais eficiente o trabalho, cuja carga horária não foi reduzida. Não houve, também, melhoria de condições de estudo, nem maneira de continuar sua formação inicial. O estreitamento da jornada de trabalho era algo essencial para a formação humana de todos os trabalhadores; pois, assim, sobrar-lhes-ia tempo para o estudo e o lazer.

No século XX, com a expansão das escolas técnicas, novas ideias provocaram mudança neste modelo de educação, o qual, porém, parece estar “impregnado” do conceito burguês de formação de mão de obra, que dispensa o uso do pensamento crítico, aumentando a disparidade entre trabalhadores braçais e os “não braçais”, sendo que estes últimos aparentam merecer, para a nossa sociedade, mais valor e, conseqüentemente, uma melhor educação.

Para Gorz (1980, p. 209) “é necessário ultrapassar a tradicional relação escola-qualificação profissional, em proveito de uma abordagem diretamente política que engloba o problema de organização, do desenvolvimento industrial e do emprego.” Assim, uma educação para o trabalho não deve ser um simples saber fazer, mas sim um saber do porquê se fazer.

Nessa linha de pensamento, podemos apontar que o trabalho não é interpretado como algo arcaico, mas sim a forma como ele é tratado na sociedade, tendo em vista a perspectiva de que é executado pelo proletariado em submissão a um burguês totalmente capitalista. O trabalho é a maneira que o homem tem de dominar a natureza e colocar em prática seus saberes, devendo-se ressaltar a prática social, tanto na formação do trabalhador quanto na experiência com o mercado de trabalho.

O trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, nesse sentido, não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade – é a atividade essencial pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa. (CIAVATTA, 2009, P.210)

O trabalho, dessa forma, bem como a educação, deve priorizar a vida e a formação social do ser, de forma a satisfazer os objetivos da sociedade e as suas necessidades. Segundo Ciavatta (2009, p.213), um grande problema na educação para o trabalho está na própria estrutura da escola, no regime capitalista. Desse modo, ela está preparada para uma distribuição não igualitária dos saberes, o que é perceptível na distinção entre escolas preparatórias e profissionalizantes.

As discussões sobre a relação trabalho e educação começaram no Brasil nas primeiras décadas do século XX com duas linhas de discussão: estudar as escolas que usam o trabalho como atividade modeladora ou como elas deveriam ser de acordo com a sociedade brasileira no início de sua industrialização. Essa última linha buscava elementos tanto da escola de acordo com o regime capitalista quanto a do socialista, este de acordo com ideais recentes europeus e americanos (CIAVATTA, 2009, p. 214). Escolas inglesas, chamadas *working houses*, criadas no século XVII, foram expressivos modelos para esse pensamento, visto que preparavam o indivíduo através do trabalho e para ele, sem deixar de lado a formação básica dos alunos. Porém, acentua-se o conceito de que essa educação é destinada aos mais pobres, pois as *working houses* ofereciam conhecimentos a crianças órfãs e desvalidas.

Nota-se, nessa perspectiva, uma grande semelhança com a realidade brasileira no início do século XX, momento foco da pesquisa deste trabalho, posto que os Patronatos Agrícolas inicialmente recebiam meninos das ruas, marginalizados, geralmente negados por seus pais, para lhes ensinar as técnicas necessárias para se trabalhar no campo.

O Brasil, na década de 1920, recebia uma grande influência do ideal liberal-positivista, que, por sua vez, exaltou ainda mais os princípios capitalistas, influenciando na criação constante de escolas técnicas e de ofícios para a população que não teria como destino o ensino superior. Assim, é passível de compreensão que isso controlava as massas que buscavam por educação, as quais receberam minimamente, dessa forma, o ensino, mesmo não sendo de maneira igualitária, visto que ele continha ensinamentos diferentes do ensino direcionado a quem se preparava para ingressar no ensino superior.

Parece claro que foi no clima de ebulição social característico da década de 1920 que, no campo educacional, emergiram, de um lado, as forças do movimento renovador impulsionado pelos ventos modernizantes do processo de industrialização e urbanização, de outro lado, a Igreja Católica procurou recuperar terreno organizando suas fileiras para travar a batalha pedagógica. Essas duas forças desempenharam um papel de relativa importância como dispositivos de sustentação do “Estado de compromisso”, concorrendo, cada uma a sua maneira e independentemente de seus propósitos explícitos, para realização do projeto de hegemonia da burguesia industrial. Guiando-se por esse projeto, o Brasil, consolidou, sob égide do modelo de substituição de importações, as indústrias de bens de consumo não duráveis até o início dos anos de 1950... (SAVIANI, 2008, p.193)

Percebe-se, dessa maneira, que uma reorganização do ensino via-se necessária, já que os novos ideais “borbulhavam” nas discussões dos teóricos educacionais da época. Porém, em sua interpretação, fazia-se necessária uma melhor formação do povo para caminhar para o progresso do país, o que exigia um ensino mais tecnicista e mais prático, aliado a conceitos teóricos de modo mais ativo e frequente. Porém, ainda havia as mesmas tentativas de se melhorar a formação do trabalhador de forma que se tornasse mais humanística, entretanto não se viu grande sucesso, obtendo-se apenas um currículo básico para interpretação e cálculos, tendo em vista a atual percepção de educação integral. Iniciou-se uma remodelação da estrutura escolar de todo o território nacional, na tentativa de mudar a sua função social, porém sem sucesso.

Para compreensão do ensino profissional como modelo de ensino, é importante buscar o que levou as instituições a trabalharem deste modo, ou seja, o que enxergavam desta educação, que prezava o trabalho como princípio educativo. A formação profissional, desde o seu surgimento, foi - e ainda é - destinada ao público que representa a maior parcela da nossa sociedade: as classes de menor poder econômico, sempre esquecidas pela história oficial.

Pode-se ressaltar a importância do ensino profissional para as classes menos favorecidas e a intencionalidade por trás disso, um ensino básico para a formação de uma mão

de obra, que aparenta ser apenas executora de tarefas, não pensante. Enquanto os outros tipos de cursos buscavam uma formação integral ou, no mínimo, preparatório para o ingresso no ensino superior da época. A educação profissional, naquele momento, era precária no sentido da formação humana, de maneira que não se destinava à elite, ou seja, não era de interesse no momento. Nesse contexto de formação profissional, torna-se notória a divisão de duas classes: o ensino para a mão de obra para o trabalho braçal e outra para formação de dirigentes.

O Patronato Agrícola e Aprendizado Agrícola “Visconde de Mauá”, objeto deste estudo, usava de princípios tanto do ensino profissional quanto do trabalho no campo como norteadores da educação, prezando a formação de uma mão de obra qualificada para o mercado.

1.2 FORMAÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL E SUAS PROBLEMÁTICAS

Podemos observar que a educação profissional no Brasil do século XX apresentou dois contextos: um de formação para a indústria e outro para área agrícola, esta última desvalorizada ainda nas primeiras décadas do século XX.

A primeira metade do século XX mostra uma fase inicial do processo de industrialização no Brasil e esse tipo de ensino se torna cada vez mais abrangente, o que não só fortalece a educação destinada ao setor industrial, mas também aquela destinada ao setor agrícola, o qual tem uma demanda cada vez maior de produção. Assim, voltam-se os olhos da sociedade à necessidade de uma melhor qualidade e infraestrutura de ensino profissional e básico.

A proposta de instalação de Patronatos Agrícolas era de oferecer, em um regime de internato, uma educação para o trabalho do campo, formando uma grande quantidade de mão de obra para esse fim.

O Manifesto publicado em 1932 pareceu ser uma esperança de unificação da educação, transformando em uma educação não separada entre os “pobres” e os mais abastados socialmente. Porém, durante anos, a ideia de distinção ainda perdurou, intensificando ainda mais as disparidades sociais da época.

A educação agrícola no Brasil no século XX tinha como pressuposto a ideia de que a pátria se sustenta essencialmente pela exportação de produtos primários. Todavia, o

ensino rural nunca teve grande visibilidade aos olhos do governo brasileiro, logo, “apesar de haver uma preocupação com a educação rural, principalmente a partir da metade do século XIX, ainda hoje pouco se obteve de concreto nesse setor” (VICENTE, 2010, p.28), deixando cada vez mais precário este segmento, assim como a educação destes jovens desvalidos para a sociedade”.

Até meados do século XX não se viu a importância da educação agrícola para a política desenvolvimentista brasileira, com pouco foco na criação de currículos específicos para estas escolas que viabilizassem não só o trabalho, mas seu papel na educação e o de outros conteúdos formativos.

Os primeiros indícios de uma educação agrícola no Brasil mostraram-se tímidos por alguns problemas de cunho financeiro e administrativo originários de instâncias superiores:

Entre os anos de 1910 e 1934, quando a primeira regulamentação do ensino agrícola do país e, também, primeira fase dos Aprendizados Agrícolas como instituições responsáveis pelo ensino agrícola primário, alguns fatores contribuíram para o baixo número de instituições responsáveis e a efemeridade de algumas delas, tais como a falta de recurso financeiros do governo federal, deficiência na sua estrutura física, além de alguns estabelecimentos não disporem de área suficiente para o desenvolvimento das plantações e da criação de animais.(NERY, 2010, p. 131)

No século XX, criaram-se as primeiras instituições especializadas e estruturadas para a educação agrícola, a qual surgiu a partir do ideal progressista e modernista de projeção da educação profissional até o campo como forma de desenvolvimento do país através da qualificação da mão de obra para melhor performance em relação tempo/produção. Além disso, atendia a um público específico: as minorias e os mais pobres, tornando-se, então, relevante não só para a história do país, mas também para a dos “esquecidos” pela história.

1.3 A QUEM SE DESTINAVA A FORMAÇÃO AGRÍCOLA NO SÉCULO XX

A formação dos Patronatos e aprendizados se destinavam à infância pobre e geralmente marginalizada do início do século XX, assim, é importante compreender melhor o que ocorria com a mesma neste momento. A compreensão sobre o papel da criança e do adolescente dentro de uma sociedade demorou a ser vista como é hoje em dia, seguindo uma

série de mudanças de concepções ao longo da história. Vê-se um claro exemplo na Revolução Industrial, na qual era comum menores até mesmo crianças, trabalhando jornadas iguais às de adultos e tendo ganho financeiro bem menor; torna-se notório que a concepção de criança neste contexto e época era de um pequeno adulto, com os mesmos direitos e deveres.

Sônia Câmara (2004, p.14) define este momento histórico: “Excluída e postergada do cenário escolar esta infância criminalizada, analfabeta e perigosa constituiu o contraponto para a produção da infância civilizada a ser preventivamente conduzida, protegida e encaminhada pela escola” (CÂMARA, 2004, p.14). Desse modo, exigia-se uma escolarização abrangente para atender inclusive aos menores que não estavam num estado de criminalidade na sociedade, sendo que muitos trabalhavam em jornadas exaustivas iguais às de adultos. Lançou-se, então, um desafio para o poder executivo, legislativo e judiciário, a fim de encaminhar para a escola os jovens que necessitavam de punições e criação de leis de proteção da infância. Porém, apenas se propuseram medidas para a educação profissional desses jovens, encaminhando-os para o mercado de trabalho.

Esta infância excluída da sociedade passava por diversas situações para chegar ao estado em que se encontrava no início do século XX e, de acordo com “discurso policial e jurídico, entendiam-se como elementos causadores do abandono de crianças e jovens a desorganização familiar, a negligência e a incapacidade dos pais, causadores, em última análise, da criminalidade infantil”, de acordo com Boeira (2012, p.47).

Os filhos de trabalhadores também foram, ao longo dos anos, excluídos da educação e de sua história pela condição de poder aquisitivo, tornando os sujeitos sem voz. Há diversas formas de se excluir alguém, uma delas ainda comum é a questão da quantificação dos saberes escolares, pois “...quando a legislação garante acesso a todos, a permanência começa a ser fragilizada, ou seja, a burocracia de notas, pois novos mecanismos de seleção são criados, os índices de aprovação/reprovação servem como indicadores para verificar quem são os excluídos da vez.” (FONSECA; PIMENTA, 2012, p.2). No período abrangido neste trabalho, a exclusão provia do fato de que a escolaridade não era de acesso a todos e em mais específico nos patronatos e aprendizados. Acerca de um ensino para as massas, principalmente brasileiras, vê-se uma vertente de formação de que o aluno deve se tornar um simples executor de tarefas, não obtendo formação crítica para a tomada de decisões.

Constatamos, com tristeza, que o alerta de Manheim, lançado nos idos dos anos 30, a respeito do descompasso entre o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento dos processos educacionais que privilegiariam a maximização do aproveitamento do potencial humano a favor do ser humano, continua sendo uma realidade indiscutível. Uma boa parte da população mundial não conseguiu equacionar ainda as questões como sobrevivência física, educação básica, doenças endêmicas. A grande maioria dos países enfrenta problemas como violência urbana, crises políticas e econômicas constantes [...] O chamado desemprego tecnológico, que grassa principalmente nas economias emergentes, expulsa parte da população do mercado de trabalho formal, dificultando a integração de jovens e adolescentes que permanecem na marginalidade. (KRAUSZ, 1999, p.14)

Vemos que os mais atingidos de todas as maneiras são os jovens de baixo poder econômico, desta forma mostrando a importância de uma melhor formação. Porém, a escola profissionalizante, desde os primórdios de sua existência, traz às massas oportunidades de continuarem na mesma situação econômica e social. Isto é claramente uma forma de intensa exclusão em relação à educação para as massas. A educação básica que proporcione a formação humana se torna essencial do ponto de vista de resoluções de problemas, como dito por Krausz (op. cit.), típicos de países com maiores desigualdades sociais, ou seja, os subdesenvolvidos.

Dessa maneira, necessita-se de uma maior visibilidade para as propostas curriculares deste ensino, para compilar as formas de melhorar o ensino. Uma forma de caráter assistencial foi a criação das primeiras escolas de artes e ofícios, porém no seu início ainda era reservada a poucos, mostrando uma exclusão de um grande número de jovens. Partes desses excluídos começaram a ter um destino, que eram estas instituições de ensino agrícola e regenerador: os Patronatos.

Esse sistema de assistência ao menor baseado na caridade foi perdendo espaço e paulatinamente substituído por outro modelo que via na assistência a possibilidade de passar valores, hábitos e condutas sociais aos menores, além de dar-lhes a possibilidade de aprender um ofício, o que era uma forma de se pensar no futuro do menor, formando um profissional que deixaria, então, de ser um estorvo para a sociedade. (NERY, 2008, p.2)

Vislumbra-se, assim, uma maneira de oferecer destino aos menores desvalidos pela sociedade ou de famílias com baixa condição financeira, mostrando-se possível a criação de diversas instituições que viabilizavam um destino para eles, tornando notória a presença dos patronatos a partir do início do século XX e de outras instituições como, por exemplo, escolas profissionais ou de artes e ofícios. Isso possibilitou uma política de formação profissional em larga escala, que dava destino aos adolescentes, além de trabalhar os conceitos capitalistas de crescimento e industrialização. Por meio dos estudos pontuais

ocorridos a partir de pesquisas documentais nos patronatos agrícolas existentes, pôde se notar a estrutura pedagógica dos mesmos e suas implicações, como pretendido neste trabalho.

No capítulo a seguir será apresentada brevemente a trajetória dos Patronatos e Aprendizados agrícolas, relacionando-os à sociedade e à educação no período do início do século XX. Após, será feito um rememoro do momento inicial de vigência da instituição tratada neste trabalho, nos anos de 1918 a 1939.

CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NOS PATRONATOS E APRENDIZADOS AGRÍCOLAS

2.1 OS PRIMEIROS PATRONATOS E POSTERIORES APRENDIZADOS: CONTEXTO HISTÓRICO

No início do século XX, como apontado anteriormente, foram fundadas instituições no Brasil que tinham como objetivo educar as massas para o mercado de trabalho, seguindo os ideais progressistas. Nesse contexto, surgem as escolas agrícolas em dois formatos: Patronatos Agrícolas e Aprendizados Agrícolas. Este ideal foi beneficiado pelo interesse dos ruralistas deste momento histórico, que pressionaram o Ministério da Agricultura.

Em relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, de 1910, analisando a lei do ensino agrícola, o ministro Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda asseverava o que o governo federal deveria favorecer o ensino primário agrícola como uma antecipação necessária ao ensino agrônômico, fazendo-o ocorrer nas escolas primárias, núcleos coloniais, centros agrícolas, cursos fundamentais das escolas práticas e nos Aprendizados. (NERY, 2010, p.95)

A história dos Patronatos Agrícolas inicia-se, de fato, no Brasil, em 28 de fevereiro de 1918, a partir do decreto 12.893, no qual o Ministério da Agricultura se responsabiliza por sua criação. Essa modalidade de ensino ofertava ensino básico e agrícola para os menores desvalidos, principalmente de grandes centros urbanos. Estas instituições forneciam um ensino “que atrelava a formação agrícola à regeneração social, os Patronatos agrícolas. Este modelo institucional ganhou corpo e tornou-se hegemônico entre os anos de 1918 e 1934” (NERY, 2010, p.134).

Segundo Vicente (2010, p.40) “destaca-se que os cursos de Agronomia serviram para formar as diretrizes do ensino rural, porém eram destinados às classes mais abastadas da sociedade”. Isto mostra as duas perspectivas opostas em que eram categorizados os diferentes alunos, da elite e das massas; para aqueles um ensino superior com atenção à formação científica e para comandar, enquanto estes eram minimamente formados para se tornarem apenas mão de obra, havia, dessa forma, distintos interesses e objetivos com a criação dos patronatos, ligados principalmente ao ideal capitalista.

Sabendo, portanto, que a maioria dos membros do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio eram vinculados à Sociedade Nacional de Agricultura podemos inferir que eles tiveram influência importante na criação dos Patronatos e na política de reação ruralista à elite agrária dominante da República Velha. (VICENTE, 2012, p.30)

Diante disso, observa-se, segundo Vicente (2010, p.30), que a criação dos Patronatos agrícolas por todo o Brasil provinha do interesse dos ruralistas. Esse interesse gerou a pretensão para criação de escolas que suprissem a necessidade de formação de uma mão de obra especializada para o campo.

Tendo em vista a formação de agricultores que contribuíssem para o progresso do Brasil em meio ao mercado externo e seus padrões, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) fundamentou e justificou a criação dos patronatos em 1918. Desta mesma forma, também se pensou na fundação de escolas profissionais e agrícolas que atendessem os principais setores da economia nacional. O aumento da produção era o grande foco por trás da criação e ampliação desses tipos de ensino neste dado momento histórico. A consolidação dos patronatos em determinados locais justificava-se pela necessidade de ensino agrícola para dadas regiões, a partir de demandas de crescimento populacional.

A presidência da República era ocupada por Wenceslau Braz e o decreto de no. 12.893, de 28/02/1918, também assinado pelo titular do MAIC, autorizava a criação de patronatos agrícolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do Ministério. Em 1918, 1919 e na década de 1920, unidades foram criadas em diversos locais, constituindo uma malha institucional articulada a partir da administração comum, que coube ao MAIC. (OLIVEIRA, 2000, p.4)

O decreto 12.893 inicia a fundação dos patronatos, e neste mesmo decreto anunciando a implementação imediata de três, entre eles nosso objeto deste estudo. A partir

do ano de 1919, surgiram outros decretos que possibilitaram o nascimento de outros 17, como explícito no quadro I.

Quadro 1: Dados acerca da criação dos Patronatos Agrícolas			
Patronato Agrícola	Localização	Decreto criação	Inauguração
1. Visconde de Mauá	Ouro Fino/ MG	12.893, 28/2/18	3/7/1918
2. Monção	S. Bárbara do Rio Pardo/ SP	12.893, 28/2/18	15/7/1918
3. Pereira Lima	Sete Lagoas/ MG	12.893, 28/2/18	26/7/1918
4. Delfim Moreira	Silvestre Ferraz/ SP	13.112, 20/7/18	10/8/1918
5. Wenceslau Braz	Caxambu/ MG	13.070, 15/6/18	12/11/1918
6. S. Pinheiro Machado	Porto Alegre/ RS	13.508, 10/3/19	1/7/1919
7. Campos Salles	Passa Quatro/ MG	3.6774, 7/1/19	15/11/1919
8. Lindolpho Coimbra	Muzambinho/ MG	14.386, 1/10/20	18/11/1920
9. Barão de Lucena	Jaboatão/ PE	14.275, 28/7/20	1/7/1921
10. Casa dos Ottoni	Serro/ MG	13.111, 20/07/18	18/10/1921
11. José Bonifácio	Jaboticabal/ MG	15.150, 1/12/21	1/5/1921
12. Manuel Barata	Outeiro/ PA	15.149, 1/12/21	7/9/1922
13. Visconde da Graça	Pelotas/ RS	15.102, 11/11/22	12/10/1923
14. Diogo Feijó	Ribeirão Preto/ SP	15.803, 11/11/22	28/11/1923
15. Vidal de Negreiros	Bananeiras/ PE	14.118, 27/3/20	7/9/1924
16. Annitápolis	/SC	14.118, 27/3/20	7/9/1924
17. Dr. João Coimbra	Tamandaré/ PE	16.105, 21/7/23	5/11/1924
18. Rio Branco	/BA		12/10/1926

19. Marquez de Abrantes	/BA		12/10/1926
20. Arthur Bernardes	Viçosa/ MG		7/11/1926

Fonte: Oliveira, 2003. Adaptado.

O Ministério da Agricultura, órgão coordenador destes diversos estabelecimentos, não tinha a quantidade necessária de recursos para mantê-los, sendo os alunos atingidos diretamente por esta carência. Logo no princípio, esses locais operavam de forma precária, sem execução de todas as ações pretendidas. Junto a isto, a valorização das escolas profissionalizantes localizadas nas cidades ocorria, aumentando a demanda de vagas neste ensino, visto que a população local começou a procurá-las, tornando-se alvo de maiores investimentos. Além disso, o caráter científico da agricultura passou a ser valorizado com ciência:

A educação figurava entre os mecanismos de intervenção que o MAIC proclamava frente à situação do campo: eram necessários investimentos diversos para corrigir uma defasagem que estava na base das formulações que colocavam o campo como atrasado e produzindo efeitos negativos que atingiam o esforço de incremento da economia. As representações sobre o ensino agrícola voltavam-se para a construção da legitimidade das ciências agrárias enquanto conhecimento científico capaz de orientar respostas aos problemas da agropecuária. (NASCIMENTO, 2008, p.4)

Desse modo, ocorrendo um início de revolução tecnológica e educacional voltada para o setor agrícola, no ano de 1919, que ainda estavam sob o controle do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, os patronatos foram regidos pela Diretoria do Serviço de Povoamento, de acordo com o decreto 13.706. Em 1930, essas instituições começaram a ser comandadas pelo Ministério da Agricultura, de acordo com o decreto 19.481. (VICENTE, 2010, p. 30)

No âmbito pedagógico do setor agrícola “a mobilização que o tema educação conseguiu no período não ocultou as hierarquizações; para a infância pobre uma educação nas mesmas condições: uma pobre educação” (OLIVEIRA, 2003, p.58).

Os Patronatos responderiam a um duplo aspecto: aquele voltado para o aprendizado de técnicas profissionais ligas ao trabalho agropecuário eu destinado à regeneração das crianças. Tendo por arcabouço um rigoroso código disciplinar. (NERY, 2010, p.181)

A ideia de regeneração era destinada aos que, segundo BOEIRA (2010), eram tidos como uma ameaça para a sociedade se estivessem perambulando pelas ruas e praticando atos malvistas pela sociedade, inclusive roubando para viver.

Esses jovens eram levados das grandes cidades as quais, no pensamento elitista e dos governantes políticos, não deviam exibir esta infância marginalizada, devendo ser um centro de riquezas e “civilização”. Esses municípios, principalmente o Rio de Janeiro, como capital nacional e ponto turístico atrativo para os visitantes, passava por grandes mudanças estruturais. Logo, os governantes procuraram “varrer a sujeira para debaixo do tapete”, levando os meninos para locais do interior, onde não podiam estar às vistas dos que os repudiavam. Os menores deixaram então de serem tratados como casos de polícia, como ocorria com os adultos delinquentes da época.

Dessa maneira, os patronatos foram criados para oferecer ensino e ocupação a fim de manter a ordem nas cidades brasileiras, as quais estavam vivenciando um processo constante de crescimento e urbanização. A situação de vida desses jovens traz à tona um olhar de que os patronatos funcionavam como um quartel, com preceitos disciplinares além dos necessários para o ensino.

Segundo Boeira (2012, p. 66), o regime de internato dentro dos patronatos era visto como algo positivo, posto que este tipo de prática também era utilizado em escolas, as quais eram destinadas à elite do país. Assim, os patronatos ganharam notoriedade neste ponto, fazendo com que houvesse a procura extensa no início do século XX. Isto evidencia dois lados do problema da assistência aos menores: o primeiro de caráter civilizatório, tratando os alunos como meros presos, a partir da visão dos mandantes da época e a visão de uma qualidade de ensino diferenciado, que atingia de fato a população menos abastada e mais injustiçada dentro da sociedade daquele momento histórico.

O internato é compreendido como um modelo escolar, com práticas educativas próprias, caracterizado pelo isolamento do mundo (controle das saídas, do tempo de férias, entrada de jornais, correspondência, controle de livros e revistas e da intervenção de pessoas estranhas) e pela formação integral através da utilização de uma determinada organização e controle do tempo e do espaço. (CONCEIÇÃO, 2012, p.15)

As restrições dentro de um regime de internato são amplas. Dessa forma, podemos entender o motivo desse tipo de ensino ser valorizado e a falta de desenvolvimento de diversas habilidades que os alunos só poderiam aprender obtendo um mínimo de liberdade.

Em nossa história, no final do século XIX, ocorreu a modernização da cultura cafeeira do oeste paulista, o que causou uma pressão sobre a qualificação de mão de obra para o trabalho no campo. O crescimento do capitalismo pelo mundo trouxe, conseqüentemente, influências diretas no Brasil, trazendo o ideal de melhoria na produção a fim de maiores lucros.

Observa-se o início da imigração europeia em direção ao sudeste do território brasileiro em busca de uma vida diferenciada, posto que a Europa estava em um estado insustentável para a vida de muitos sujeitos de baixa renda. Logo, podemos destacar o papel desses imigrantes na modernização das técnicas agrícolas e conseqüentes exigências de formação.

O que se viu como resultado foi que, já no século XX, o surgimento de um ideário de ensino atrelado ao militarismo como uma forma de impor disciplina, o que era muito importante dentro de um patronato. Já o higienismo “acompanhava o recente desenvolvimento urbano da sociedade, visando uma mudança nos hábitos que, aos olhos dos estrangeiros, não tinham muita preocupação com os cuidados sanitários, o zelo na vestimenta, nem atenção à preservação de um espaço íntimo familiar” (FERNANDES E OLIVEIRA, 2012, p.4).

Adentrando o contexto educacional, vê-se o movimento dos escolanovistas em busca de reformas educacionais que ampliassem a distribuição do ensino. Em 1931, inicia-se, então, a Reforma de Francisco Campos, que propunha 7 decretos. Segundo Saviani (2008, p.195) houve a criação do Conselho Nacional de Educação, adoção de um regime universitário, organização da Universidade do Rio de Janeiro, organização do ensino secundário, aplicação do ensino religioso nas escolas públicas, regularização do ensino comercial e consolidação das disposições sobre a organização do ensino secundário.

A chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a

reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930. (DALLABRIDA, 2009, p.1)

A reformulação do ensino secundário teve um caráter unificador, no sentido de provocar uma sintonia em todo território brasileiro em relação à educação. Em 1931, houve a Conferência Nacional de Educação que consumou a publicação, em 1932, do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Dentre os princípios, têm-se a laicidade, a autonomia das instituições, a obrigatoriedade, a gratuidade, a coeducação, a descentralização, sendo que essa educação deveria ser oferecida pelo poder público, entre outros tópicos. Assim, podemos destacar alguns tópicos em relação a esse trabalho. O ensino dos Patronatos Agrícolas foi um ensino gratuito que abrangeu a infância pobre do século XX, revelando um paralelo com a educação proposta pelos escolanovistas.

Em relação à descentralização do ensino, indicada pelo Manifesto, o qual, de acordo com Saviani (2008, p 246), “não implica uniformidade, mas pressupõe multiplicidade”. Nota-se que o ensino é responsabilidade de diversos órgãos, dependendo do local em que a escola está localizada. Podemos supor que, neste sentido, os patronatos se tornam uma forma diferenciada, pois todos eles eram comandados por uma só instituição, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Sobre a laicidade, podemos destacar que é um outro ponto divergente de sua ideia inicial, pois sabe-se que os alunos internos nesses locais participavam de festas comemorativas da igreja, dentre outras evidências. Em relação à coeducação, torna-se difícil a constatação, posto que, nos Patronatos Agrícolas, pouco se buscavam princípios educacionais. Os interesses estavam, principalmente, relacionados ao trabalho puro do campo.

Observa-se que existiram dois tipos de instituições, os Patronatos e Aprendizados, bem similares em seus princípios, porém, com diferentes objetivos. Enquanto o primeiro buscava a regeneração social, o segundo buscava um ensino primário agrícola para evitar a migração dos trabalhadores do campo para a cidade (NERY, 2010, p. 132). Os Aprendizados atendiam a um público mais velho que os Patronatos, cujo público era constituído por meninos com idades entre 14 e 18 anos. Ainda que o Patronato Agrícola “Visconde de Mauá” tenha se tornado Aprendizado em 1932, as primeiras instituições com essa nomenclatura surgiram entre 1910 e 1912, pelo decreto 8.319 de 1910. Essas instituições eram verdadeiras

fazendas que também trabalhavam com regime de internato e externato no início, que tinham um objetivo claro de desenvolvimento de suas produções.

A reformulação dos ministérios, originada pela posse de Getúlio Vargas na república, gerou uma simultânea do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que passando a ser Ministério da Agricultura, reformulou o ensino agrícola. A comissão geral desse ministério gerou um pensamento de transformação de Patronatos em Aprendizados. Por parte do Ministério, “os Patronatos não poderiam funcionar sob a administração deste ministério” (NERY, 2010, p. 204) por uma questão de objetivos desse tipo de ensino. Entretanto, esses estabelecimentos mantiveram suas instalações e principalmente seus alunos já matriculados:

Apesar da mudança no direcionamento dos Patronatos, quando da transformação em Aprendizados, a legislação previa que os alunos ali existentes permanecessem nas instituições. Isto, no entanto, ia de encontro a uma das principais críticas aos Patronatos, as quais, por certo caíam sobre os Aprendizados derivados desses estabelecimentos, que era a falta de afinidade dos alunos com as práticas agrícolas, visto que a maioria era proveniente de centros urbanos. (NERY, 2010, p.209)

O decreto 24.115, de 12 de abril de 1934, regido a partir do decreto 23.979 de 8 de março do mesmo ano, trouxe à tona a mudança de 5 patronatos para se tornarem Aprendizados. Dentre eles está o renomeado Patronato Agrícola “Visconde de Mauá” para Aprendizado Agrícola de Minas Gerais. Houve outras mudanças nesse mesmo decreto como transferência dos órgãos estatais que comandam algumas instituições. Mas e o que mudou para o aluno presente na instituição? Ao se analisarem os documentos da própria instituição, não se encontra uma grande mudança para o aluno, logo, mudou-se simplesmente a nomenclatura. Os Patronatos existentes no ano de 1934 passaram por mudanças, posto que houve um marco histórico para eles, como dito por Nery.

Essa marca que os Patronatos traziam do seu nascedouro, enfatizando a assistência aos menores desvalidos, contribuiu de maneira decisiva no processo que levou à transferência dessas instituições da órbita do MAIC para o Ministério da Justiça, no ano de 1934. Apesar de ser exposto que as instituições deveriam contribuir para a modernização agrícola com a inserção de conhecimentos científicos que levassem a uma racionalização das práticas agropecuárias, o que se sobressaía, na maioria dessas instituições, era a sua função de regeneradora social. Com isso, os Patronatos foram subcategorizados no que concerne ao ensino agrícola. (NERY, 2010, p.182)

Posteriormente ocorreram outras reformas, podendo se destacar as Reformas Capanema, que alterou a estrutura dos diversos níveis de ensino e criação de novos, que

culminou na criação da “Lei Orgânica do Ensino Agrícola”, de acordo com o decreto 9.613 de 20 de agosto de 1946, entre outras leis. Essa lei contribuiu para a formação de profissionais para esta área e modernização desse ensino, proporcionando acordos e melhorias significativas para o campo. Contudo, o foco do presente trabalho está na década de 1930, logo percebemos que as grandes reformas no período não tinham intenções em relação aos patronatos agrícolas brasileiros.

2.2 O PATRONATO E APRENDIZADO AGRÍCOLA “VISCONDE DE MAUÁ”

O Patronato Agrícola Visconde de Mauá foi criado a partir do decreto 12.893 de 28 de fevereiro de 1918, sendo inaugurado no dia 3 de julho deste mesmo ano. Atualmente, é conhecido como Campus Inconfidentes, fazendo parte do grupo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. A instituição está localizada em Inconfidentes, que na época de sua criação era parte do município de Ouro Fino. Percebe-se a grande influência da Instituição na região, a ponto de ter se tornado o ponto propulsor de criação da cidade de Inconfidentes. O local começou a ser frequentado apenas em 1920, portanto levaram-se dois anos para iniciar suas atividades.

A cidade de Inconfidentes era uma colônia de povoamento, distrito do município de Ouro Fino, definida por intermédio do Ministério da Agricultura em 1909. É perceptível a evolução e crescimento do local junto ao patronato, uma vez que funcionários e alunos da instituição se desenvolveram com o local, da mesma forma como a comunidade local subsidiou de alguma forma o crescimento. O loteamento toma título de cidade em 1962, separando-se então de Ouro Fino.

A trajetória educativa do hoje campus Inconfidentes tem seu início em 1920 quando surge o Patronato Agrícola “Visconde de Mauá”, ao ser nomeado o primeiro diretor Sr. Theóphilo Tavares Paes, juntamente com diversos outros funcionários para o início do recebimento de menores no local. Os alunos, oriundos, em sua maioria, do Rio de Janeiro, começaram a ser recebidos com a finalidade de serem reprimidos e ao mesmo tempo terem uma formação no trabalho para o trabalho.

No início, via-se no núcleo colonial de Inconfidentes uma visível diferença entre as pessoas que já viviam ali e os menores. Isto indica um certo preconceito diante destes

alunos, o que se imagina gerar um agravamento na situação psicológica dos mesmos. Porém, segundo Guimarães (2010), eles “logo se adaptaram aos costumes do povo da Sede e o povo com eles”, amenizando o problema, o que não quer dizer que deixou de existir. Sendo esses alunos marginalizados, pressupõe-se que eram de difícil regeneração, então no início houve grandes dificuldades em relação à disciplina:

O importante de tudo isso era a participação dos alunos nas atividades, pois que em todos os trabalhos havia o concurso dos menores que a princípio manifestaram relutância para todo gênero de trabalho. A disciplina foi muito difícil, pois em sua maioria eram alunos rebeldes e insubmissos. Mas, aos poucos e com correção permitida, foram introduzidos os hábitos de ordem e disciplina, e finalmente demonstrando gosto e habilidade para a labuta do campo (GUIMARÃES, 2010, p. 180).

Guimarães (2010), sobre os meninos que se instalaram no internato, demonstra dois tipos de informações pertinentes para a presente pesquisa: em primeiro lugar vê-se que os alunos eram totalmente forçados a executar trabalho no campo, o que foi corrigido com disciplina, segundo a autora. Imagina-se que, assim como outros Patronatos e Aprendizados Agrícolas, o local sofria de um descaso por conta da falta de investimentos, como dito por Nery (2010, p.91) sobre o Aprendizado Agrícola Dr. Bernadino de Campos, localizado na Bahia, “a escassez de recursos para a condução do Aprendizado fazia com que o número de alunos matriculados fosse baixo”.

Logo, viu-se de forma resumida a trajetória inicial do ensino agrícola no começo do século XX, assim como do Patronato Agrícola “Visconde de Mauá”, Aprendizado Agrícola de Minas Gerais e Aprendizado Agrícola “Visconde de Mauá”. No próximo capítulo são descritos e discutidos documentos da década 1930 sobre o ensino dos menores no local.

CAPÍTULO 3 – COMPREENDENDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PATRONATO E APRENDIZADO AGRÍCOLA “VISCONDE DE MAUÁ”

A trajetória do atual campus Inconfidentes, como explícito no capítulo anterior, revela uma ideia de educação que pretendemos esclarecer melhor neste capítulo. A educação profissional agrícola, além de uma política assistencialista, leva a conjuntura dos patronatos e aprendizados a um nível diferenciado de educação. Os ideais da elite ruralista e política brasileira do início do século XX levaram à criação deste tipo de instituição, que tem características que, no caso da “Visconde de Mauá”, são visíveis em um vasto acervo histórico presente em tal instituição.

Partindo para uma análise documental, buscaram-se relações da década de 1930 que versam sobre as atividades desenvolvidas, bem como o comportamento dos alunos. A seleção levou a uma grande quantidade de materiais relacionados ao setor pedagógico, a partir dos quais tentou-se uma compreensão pessoal sobre como se processava essa forma de educação.

Entre muitos diferenciais, o mais importante é uma troca de nomes que faz com que a instituição deixe de recolher meninos que eram caso de polícia e interná-los para ter cursos destinados a filhos de agricultores da região não internos. Em 1925 foi escrito o primeiro regimento disciplinar interno do Patronato Agrícola em questão, porém esse documento só foi aceito e oficializado em 1930. Como observado nas figuras 1 e 2, vê-se que os alunos não tinham autonomia de decidir onde ir, visto que estavam proibidos de ir às partes da instituição fora de seus respectivos horários. Nada podia ser feito sem permissão. Os alunos deveriam ter autorização do inspetor responsável, o que nos revela um ambiente

altamente autoritário, fazendo-nos refletir que para os alunos ali presentes aquilo parecia uma prisão numa prisão, observando-se o que Boeira (2012) cita, o tratamento de alunos que eram casos de polícia com disciplina.

O silêncio era ordem na maior parte do dia do aluno, não sendo permitindo a eles alunos um progresso de sua oratória e argumentação diante, nem mesmo, do conteúdo estudado. Com um regime de internato, tratando alunos como internos, os dirigentes exigiam que ficassem nos feriados se não tivessem o comportamento desejado, no caso não faltar. Isso expressa o modelo de internato que, como por CONCEIÇÃO (2012, p.15), isolava o aluno do mundo, não permitindo um desenvolvimento completo dentro da sociedade.

No cronograma de atividades, vemos que as crianças eram tratadas como adultos, acordavam antes do dia amanhecer – às 5:30 – e tinham serviços no campo mais de uma vez ao dia, lembrando-nos do ideal de trabalhar para educar. Não havia horários de lazer, nos recordando Frigotto (2012, p.21), relacionando a restrição do lazer em relação ao regime capitalista. Eles passavam por uma revista, mostrando um regime de internato severo em suas atitudes.



Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

SERVIÇO DE POVOAMENTO

PATRONATO AGRICOLA "VISCONDE DE MAUÁ" ESTADO DE MINAS GERAES

N.

Em 10 de Janeiro de 1925

REGIMENTO DISCIPLINAR INTERNO DESTES PATRONATO

Art. 1º

Das autoridades disciplinares.

SÃO AUTORIDADES DISCIPLINARES:

- 1º.....DIRECTOR
- 2º.....INSTRUCTOR MILITAR
- 3º.....INSPECTOR DE ALUMNOS
- 4º.....GUARDAS VIGILANTES
- 5º.....PREFEITOS

Art. 2º

PROIBIÇÕES GERAES:

- 1º É prohibida a entrada de alumnos ás salas de aulas, fora das horas regulamentares.
- 2º É prohibida a entrada de alumnos no dormitório, fora das horas de refeições.
- 3º É prohibida a entrada de alumnos no dormitório durante o dia.
- 4º É prohibida a entrada de alumnos na rouparia, cosinha e suas dependencias.
- 5º É prohibida a comunicação, nos recreios, entre alumnos de recreiação differente.
- 6º É prohibido ausentar-se do respectivo pateo de recreio, sem licença.
- 7º É prohibido fumar.
- 8º É prohibido assobiar, riscar paredes, etc.

Art. 3º

9º É prohibido ir a enfermaria sem licença do guarda ou inspector.

SILENCIO.

Art. 4º

1º Guarda-se silencio em qualquer hora, na sala de aula, enfermaria, refeitório, secretaria e dormitório.

ESTUDO.

Art. 5º

1º Nas horas de estudo, não se conversa, não se levanta do lugar sem licença, não se leem jornaes, e não se troca do lugar.

REFEITORIO

Art. 6º

1º Não se conversa durante as refeições e não se levanta do lugar, salvo licença.

RECREIO

Art. 7º

1º É prohibido faser gritarias e assuadas.

DORMITORIO

Art. 8º

1º É prohibido conversar ou faser barulho que pertube o repouso geral.
2º Não se pode sair do dormitório sem licença.

Regras GERAES

Art. 10º

1º Devem os alumnos entrar no estudo, dormitório, refeitório, aulas e recreio devidamente formados.
2º Na forma não se conversa nem se brinca. Os alumnos so sairão de forma a vos de "debandar"
3º Os alumnos nunca poderão estacionar na aria das aulas e secretaria

SAHIDA AOS DOMINGOS E FERIADOS

Art. 11º

1º Terão sahida aos Domingos e feriados os alumnos que não tiverem faltas durante a semana.

BANHOS

Figura 1 – Regimento disciplinar deste Patronato (parte 1). 1925. Acervo IFSULDEMINAS – Inconfidentes.

As cartas para as respectivas famílias e relações de amizade (quando não haja motivo urgente) só poderão ser escritas quinzenalmente.

Art.13

VISITAS

Os alunos só poderão receber visitas de parentes e amigos com permissão do Sr DIRECTOR

HORARIO

DIAS UTEIS

5 1/2 horas.....LEVANTAR-SE
6...horas.....CAFÉ
6 2/3 horas.....SERVIÇO DE CAMPO (parte dos alumnos)
7...horas.....INSTRUCÇÃO MILITAR (até as 9h,40)
10 horas.....ALMOÇO (recreio até as 11h.)
11 horas.....AULAS E SERVIÇO DE CAMPO
12 horas.....OFFICINAS
14...horas.....CAFÉ
14 1/2 "AULAS, SERVIÇO DE CAMPO E OFFICINAS (até as 4h.)
16...horasBANHO
17...horasJANTAR
18 1/2 as 19 1/2AULA DE MUSICA
19 1/2 h.....CAFÉ
20....h.....REVISTA
20 1/2 h.....SILENCIO

6666 _____ 6666

INCONFIDENTES, 10 DE JANEIRO DE 1924

Felipe Antonio Garcia Jardim, W. M. Costa
Inspectores d' Alunos

Visto
Carvalho

Figura 2 – Regimento disciplinar deste Patronato (parte 2). 1925. Acervo IFSULDEMINAS – Inconfidentes.

Nas figuras 3 e 4, é perceptível que o comportamento dos professores para com os alunos também era normatizado. O ideal higienista, muito adotado na década de 1930, é exposto neste documento no item "d", o qual revela que o professor deve verificar dentes, cabelos, orelhas e mãos dos alunos a fim de saber se o aluno estava limpo e ensinar – ou exigir – limpeza. No item “f” diz-se que se deve adotar exclusivamente o método intuitivo nas aulas, o que nos revela uma metodologia tradicional de ensino, em controvérsia ao dito por Gorz (1980), a qual se monta impossibilitando uma formação mais politizada, que também é necessária na formação de trabalhadores.

O texto discursa de forma que permita o convencimento dos alunos, mostrando uma metodologia muito tradicional, na qual os alunos não tinham que aprender, mas só assimilar e reproduzir os comportamentos desejados, lembrando-nos também da metodologia comportamentalista, posto que os alunos tinham estímulos negativos caso não cumprissem o que os responsáveis requeriam, como castigos, suspensões e até expulsões.

O item “k” chama muita atenção ao falar que a disciplina é mais preventiva do que repressiva, o que nos leva a uma série de perguntas sobre a veracidade desta afirmação. A disciplina estava em primeiro lugar dentro desta instituição, mas nos parece que ela era realmente tratada de repressiva. Guimarães (2010, p. 180) revela que os meninos que na instituição viviam eram “rebeldes”, logo, de difícil tratamento, por este motivo o autoritarismo era lá tão presente.



Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

SERVIÇO DE POVOAMENTO

PATRONATO AGRICOLA "VISCONDE DE MAUÁ"

ESTADO DE MINAS GERAES

N.

Em 29 de Novembro de 1926

Cenia

Aos professores comests:

- a) executar o programma de ensino e o horario organizados, nos termos aqui estipulados;
- b) organizar o boletim semanal das occurrencias havidas na classe, no qual mencionará:
 - os serviços executados;
 - casos de indisciplina;
 - nome dos internados que praticarem
 - e natureza das providencias tomadas;
 - progresso verificados na classe, mencionando o nome dos internados que não revelaram aproveitamento;
- c) zelar pelo material escolar a seu cargo;
- d) verificar diariamente o estado dos dentes, cabellos, orelhas, mãos dos internados, fazendo observações e ministrando conselhos aos que não se apresentarem em condições satisfactorias;
- e) manter na classe a disciplina e boa ordem indispensaveis;
- f) adoptar exclusivamente o metodo intuitivo;
- g) provêr o ensino e educação dos internados, despertando-lhes o estímullo e brio, o amor ao trabalho e á pratica rigorosa de dever, os sentimentos de honra e dignidade, e, finalmente, o amor á Patria e ás Instituições;
- h) enviar semanalmente o boletim de aula;
- i) ter em vista que a disciplina não seja sómente effectiva, baseada em recompensas e castigos, mas em sua accão pessoal, em esforço e em compostura. Devem trabalhar sem desanimo, com gosto e alegria, afim de captarem a estima e, portanto, a espontaneidade de seus alumnos;
- j) explicar que os deveres dos internados se resumem no comportamento, na applicação e na assiduidade, de modo a ficarem os alumnos convencidos da respon-

Figura 3 – Competências dos professores (parte 1). 1926 –Acervo IFSULDEMINAS – Inconfidentes.

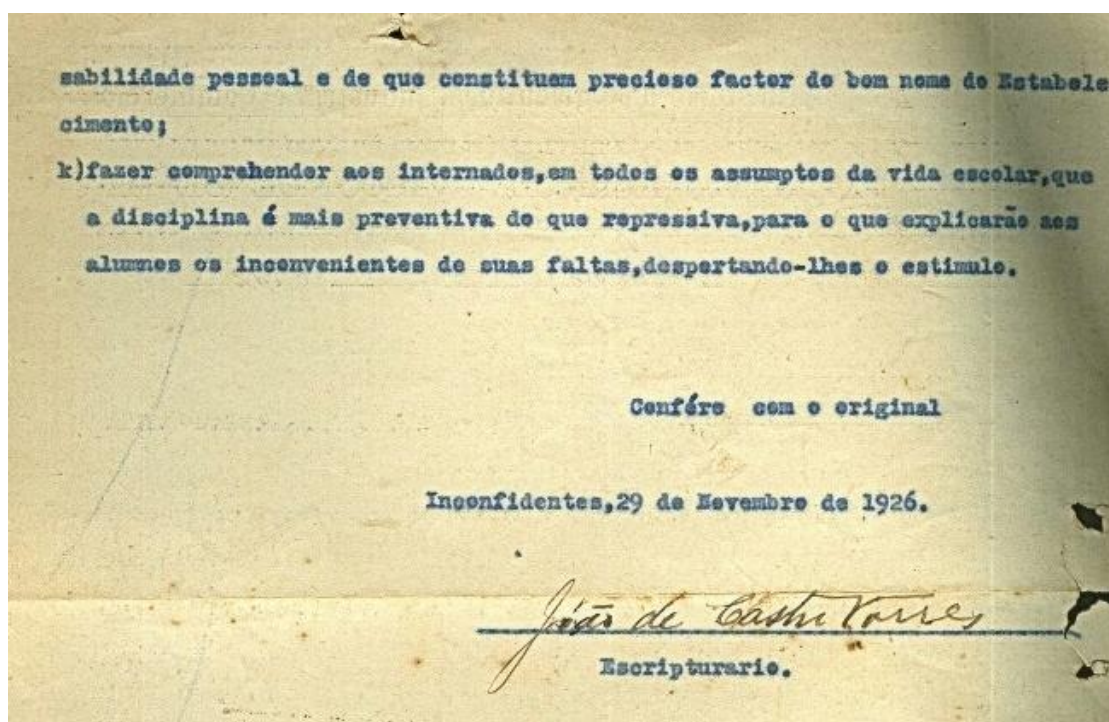


Figura 4 – Competências dos professores (parte 2). 1926 – Acervo IFSULDEMINAS – Inconfidentes

O ciclo da década de 1930 revela normas para alunos e professores. Já no ano de 1931, vemos documentos diferenciados, que nos mostram outras características da instituição, como a seguir.

O ofício representado na figura 5 revela a falta de atenção com os educandos. De acordo com o regulamento, cada professor poderia dar aulas a uma quantidade predeterminada de alunos, mas isto deixou muitos alunos sem aulas por um certo período de tempo, visto que havia um excesso de matrículas em relação ao número de professores. Vemos a falta de respeito com os alunos que não tiveram instrução durante o período em que não havia professor, além da falta de recursos, que como já dito por Oliveira (2003), o MAIC tratava de forma precária estas instituições.

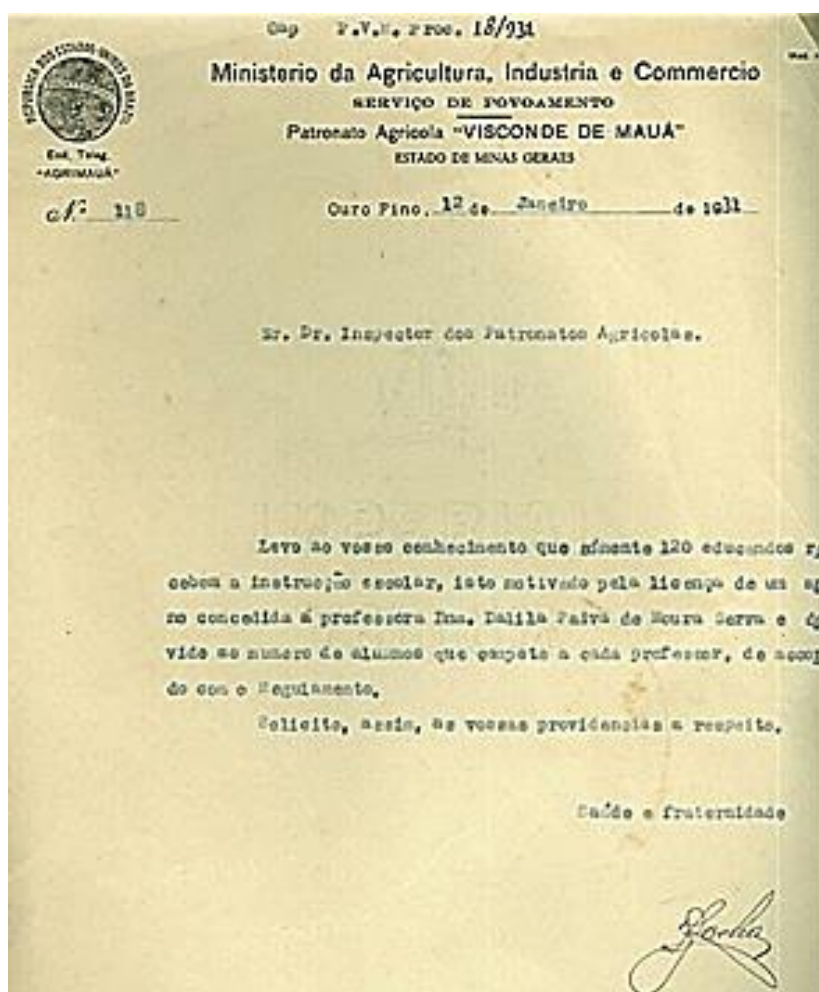


Figura 5 – Ofício ao Inspetor do patronato sobre falta de aulas. 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Em junho 1932, foi expedido um conjunto de documentos, o Relatório Anual de 1931, que se refere a todos os setores da instituição durante o mesmo ano e algumas informações de anos anteriores, trazendo-nos resultado de produções e detalhamento das atividades, tanto administrativas quanto educacionais e financeiras. A apresentação desse relatório (figuras 6 e 7) exhibe, em primeiro lugar, a falta de recursos para treinamento físico dos educandos e falta de funcionários para acompanhá-los, de maneira que faltam cronômetros e o bolsista de desenvolvimento físico estava trabalhando além do seu expediente, para assim atendê-los. Eram ministradas aulas de ginástica higiênica – lembrando-nos o ideal higienista do período – escotismo e exercícios militares – o que nos remete ao ideal da disciplina rígida para educar. As datas comemorativas eram comemoradas

com juramentos à bandeira e festas, que no ano em questão foi uma competição desportiva, reforçando a educação do corpo e o nacionalismo.

Patronato Agrícola "Visconde de Mauá"
Estado de Minas Gerais

Sr. Dr. Diretor deste Patronato.

Cabe-me apresentar-vos, em resumo, o relatório da secção de escotismo deste estabelecimento, sob a minha direcção.

Como sabeis, durante o ano de 1931, que ora se finda, não estive de todo digressado das funções de meu cargo efetivo (instrutor de alunos), apesar de estar servindo como escrivão interino, durante o impedimento do serventário efetivo, Sr. João Candido Borges.

BOLETIM MODELO 126/ O "Boletim do Desenvolvimento Físico", modelo 126, de minha autoria e que faz parte do album de modelos existente no arquivo deste Patronato, não pode ser preenchido, não só pela absoluta falta de um cronómetro para corridas, como também pela falta de tempo necessário para acompanhar de perto, o desenvolvimento físico dos menores aqui internados - submetendo-os ás provas de capacidade física, tais como: saltos, corridas, arremessos e etc.; pois, como escrivão interino, sem um único funcionário, ou mesmo um aluno capaz nos diversos serviços da Secretaria, via-me obrigado a trabalhar de manhã a noite, afim de poder, em tempo, dar conta do expediente da Repartição e demais serviços afetos á mesma Secretaria.

GINÁSTICA, ESCOTISMO E EXERCÍCIOS MILITARES/ Não obstante o acumulo de serviço da Secretaria deste Patronato, não deixei de ministrar, diariamente, durante 30 ou 45 minutos: - ginástica higiénica, exercícios militares e de escotismo aos aludidos menores, conforme podeis verificar pelos boletins por mim apresentados mensalmente a essa Diretoria.

JURAMENTO Á BANDEIRA, FESTA DESPORTIVA, ETC./ Em comemoração a passagem do aniversario da Proclamação da Republica, foi por mim organizada uma festa desportiva com distribuição de premios, tendo sido classificados 42 menores nos diversos páreos, cujo programa, em tempo oportuno, apresentei a essa digna Diretoria, que em officio nº 720, de

Figura 6 – Apresentação do relatório anual de 1931 (parte 1). 1932 – Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

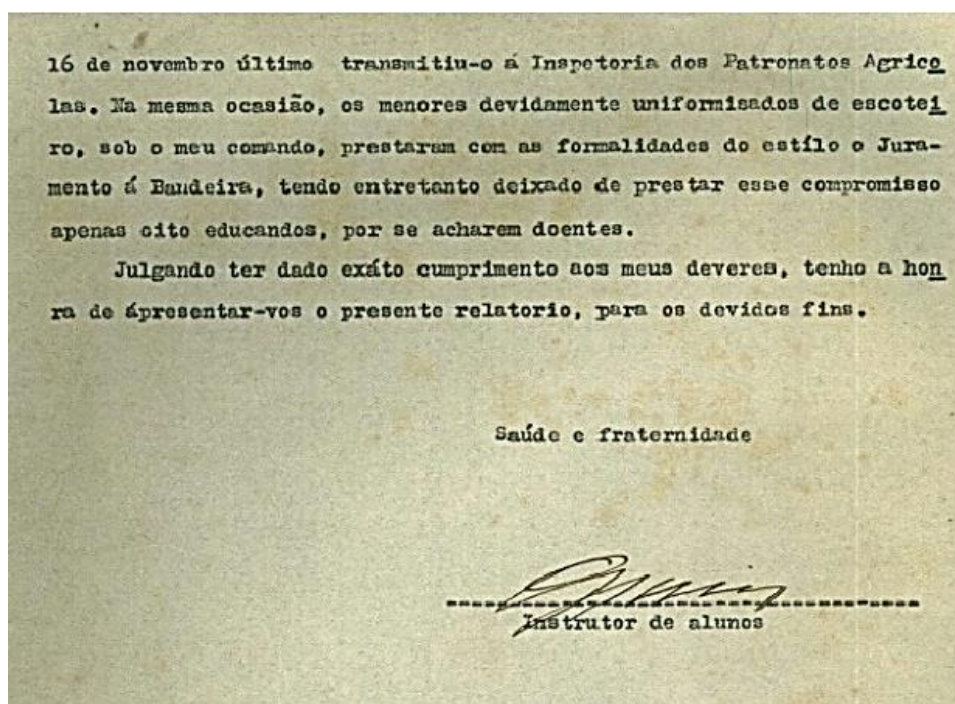


Figura 7 – Apresentação do relatório anual de 1931 (parte 2). 1932 – Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Logo após esta apresentação, temos um relato detalhado (figuras 8 a 12) destinado ao Inspetor de Patronatos Agrícolas, referente aos diversos setores e temas envolvendo o ensino. No item “Educação Física”, vê-se novamente o apontamento sobre a falta de recursos e ainda o excesso de trabalho do preparador físico, que além desse cargo possuía o de escriturário e por estes dois motivos levaram a falta de um boletim do setor. No item “Ensino agrícola e trabalhos técnicos”, alega-se que há uma falta de máquinas e trabalhadores para este setor, o que nos faz pensar em como um patronato agrícola, que tem um foco explícito na prática, não tem os equipamentos para o serviço no campo para ensino.

O item “edifícios e instalações” mostra que o pavilhão principal está em ótimas condições, porém há falhas em se tratando de estabelecimento de menores, falando-se em proporções, o que demonstra as condições em que os alunos viviam, além de que no item “construções e reparações”, exige-se uma melhoria nos banheiros dos mesmos.

A falta de estrutura também afeta no item “abastecimento de água”, com uma caixa de água pequena e ainda furada, o que impede a devida limpeza das instalações. O tópico “linha telefônica” traz uma informação que nos chama a atenção, sendo que o autor diz " ...a gente tem impressão que está preso nesta pequena localidade" em relação a não haver

telefone nem transporte imediato ao município de Ouro Fino. Se os funcionários tinham esta impressão, o que nos dirão os menores ali internos?

No “ensino primário, vemos pontos positivos, posto que todos os professores estavam diplomados e assíduos, permitindo um mínimo ensino aos internos. Todavia, no ano não houve realização dos exames semestrais, visto que os professores chegaram depois da época apropriada, o que nos põe em dúvida sobre o aprendizado dos conteúdos mínimos para aquele ano. O “ensino de música” mostra-se um diferencial para a vivência dos alunos, porém repete-se a falta de materiais, que no caso são instrumentos, o que impede de se “aproveitar verdadeiras vocações de certos menores”. O documento fala de outros tópicos, que não se achou necessário discutir, principalmente assuntos ligados ao setor financeiro, que neste momento não nos interessa.

Este documento nos mostra, de um modo geral, a real falta de investimentos nos Patronatos por parte dos dirigentes, como dito por Oliveira (2003) e reforçado neste capítulo. Essas instituições trabalhavam à margem, recebendo um investimento que não pode ser comparado ao de outros tipos de ensino, mostrando que realmente não havia interesse em educar esses menores marginalizados.



End. Teleg.
"AGRIMAUA"

N.º 101

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

SERVIÇO DE POVOAMENTO

Patronato Agricola "VISCONDE DE MAUÁ"

ESTADO DE MINAS GERAES

Ouro Fino, 12 de JUNHO de 1932.

Sr. Inspetor dos Patronatos Agricolas.

RIO DE JANEIRO.

Tenho a honra de apresentar-vos o meu relatorio anual relativo ao exercicio de 1931, que por motivos independentes de minha vontade deixou de seguir em tempo oportuno.

SECRETARIA

Pelos dados apresentados pelo ex-escriturario Georgino de Azevedo Paiva, fica evidenciado o seguinte movimento da Secretaria: Documentos recebidos: - Decretos de nomeação, 9; Officios 335; Portarias de licença, 3; Telegramas, 58; Circulares, 28; Con firmações de telegramas, 7; Cartas, 46; Cartas de educandos, 587; Processo de matriculas, 84; Requerimentos, 62; Faturas 117; Propostas de fornecimentos 122 e Guias, 3. Documentos expedidos: Officios 357; Portarias de contrato, 16; Portarias de ordens internas, 21; Telegramas, 92; Ordens de trabalho nas oficinas, 68; Cartas, 132; Cartas de educandos, 2117; Folhas de pagamento, 60 e Processos de concurrencia, 20.

Quanto ao arquivo, acha-se organizado pelo Forteiro, com toda a regularidade, achando-se os processos devidamente colecionados por exercicio.

A Bibliotéca e o Museu não existem ainda nesta Repartição.

ASSISTENCIA MEDICA E PEDAGOGICA

Os serviços médicos deste Estabelecimento, acham-se a cargo do clinico Dr. Americano Dalto de Almeida que procura desempenhar as suas funções com humanidade e procurando colocar o Patronato "Visconde de Mauá" quanto a sua salubridade a altura de um estabelecimento de primeira ordem, como de fato é. Pelos boletins apresentados anexo ao relatorio do medico, essa Inspetoria podera avaliar sobre a veracidade do que alégo.

Os serviços dentarios estão a cargo do cirurgiao-dentista Francisco Sales Barbôdo Brandão, que dispõe de larga clinica nas horas vagas, na cidade de Ouro Fino. O dentista procura a medida de suas forças, corresponder a confiança desta Diretoria, esforçando-se para bem desempenhar o cargo que lhe foi confiado; pelos boletins por ele apresentados e que vem apenso ao seu relatorio, podera essa Inspetoria avaliar o trabalho feito durante o ano.

A Enfermaria se acha a cargo do enfermeiro, Raymundo Soares que desempenha ao contento desta Diretoria, as suas funções.

O enfermeiro a longos anos que exerce a sua profissão não só neste Patronato, como em diversos estabelecimentos de caridade, em Ouro Fino.

Figura 8 – Relatório geral do patronato (parte 1). 1932. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

EDUCAÇÃO FÍSICA

O atual instrutor de alunos, Georgino de Azevêdo Paiva, não podendo cumprir como desejava, as suas funções por motivos alegados na comunicação que fez a esta Diretoria, deixa de enviar dados completos sobre a sua secção, baseando-se em motivos independentes de sua vontade, deixou de cumprir como acima fica alegado, motivos esses que julgo procedentes por isso que, não podia atender ao mesmo tempo os encargos de duas funções importantes como escriturário e instrutor, ao mesmo tempo.

A falta de material muito concorreu para que o boletim desse instrutor deixasse de ser feito por isso que, trata-se de um funcionário zeloso e cumpridor de seus deveres.

ENSINO PROFISSIONAL

As oficinas de carpinteiro, ferreiro e selêiro funcionaram com toda a regularidade e os mestres de carpinteiro e ferreiro tornaram-se dignos dos maiores elogios desta Diretoria pelo muito que fizeram a bem do estabelecimento, sempre satisfeitos e acatando com todo o respeito e prontidão, as ordens emanadas por esta mesma Diretoria. O selêiro não havendo uma margem grande, na qual se pudesse salientar, ficou adstrito à pouca expansão de seu cargo. É com tudo um funcionário acatador das ordens da Diretoria, não se fugindo aquilo que está na sua esfera de trabalho.

ENSINO AGRÍCOLA E TRABALHOS TÉCNICOS

Os trabalhos desta secção, estão a cargo do Dr. José Augusto Rocha, Engenheiro-agrônomo, que procura identificado com esta Diretoria, trabalhar a bem deste Patronato. Infelizmente diversas causas têm concorrido, segundo alega o mesmo funcionário, para embarçar os trabalhos agrícolas deste estabelecimento: falta de máquinas apropriadas, trabalhadores e outras que são alegadas constantemente pelo auxiliar-agrônomo desta Patronato, verbalmente e por escrito. Pelo seu relatório circunstanciado, se depreende do que foi feito no ano de 1931, dando o referido funcionário, uma descrição geral de que foi feito e é preciso fazer.

ALMOXARIFADO E ECONOMATO

O Almoxarifado e economato está entregue aos cuidados do Sr. José Octavio de Paiva, que não obstante aos múltiplos e variados serviços a seu cargo, desempenha tudo a contento desta Diretoria. A escrituração do Almoxarifado e economato é feita com todo o assaio e cuidados que se fazem mister. Pelos boletins apresentados pelo Sr. Almoxarife, fica-se inteirado de todo o movimento do ano de 1931.

EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES

O pavilhão principal deste estabelecimento é um prédio novo com belo frontispício, não obstante apresentar grandes defeitos na sua construção, resentindo-se de falhas em se tratando de um estabelecimento de menores. As dependências do mesmo, umas guardam boas proporções, outras, falhas que acima me refiro.

CONSTRUÇÕES E REPARAÇÕES

Esta Diretoria mandou fazer, fiscalizadas pelo auxiliar-agrônomo, reparações na Enfermaria que como bem diz o Dr. Americano, causavam reparo das visitas, por isso que, tratava-se de um quasi pardieiro, onde os menores iam tratar-se das suas enfermidades.

Não houve construção durante o ano e esta Diretoria aguarda, para o ano entrante, de estabelecer um bom abastecimento de água, abrigos para menores, mictórios, tanques para lavagens de pés, reparação completa no que concernir aos banhos dos menores, cobertura dos fundos da cozinha, serpentinas no fogão para ter-se água quente e mudança das pias de lava-

Figura 9 – Relatório geral do patronato (parte 2). 1932. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

gens de pratos, gordureira e outras cousas que de momento achar conveniente fazer.

ABASTECIMENTO D'ÁGUA

O atual abastecimento d'água do Patronato é máu; com uma pequena caixa de recebimento e esta mesmo furada em diversas alturas, não deixa dar acúmulo de água necessário á limpeza completa do Patronato. Conto - porém, no ano entrante dotar esta Casa de instrução, de um bello reservatório, com capacidade para 14.000 litros do precioso liquido, caixa essa de cimento armado e presa com varões de ferro.

SERVICO DE ESGOTOS

Os esgotos deste estabelecimento, são relativamente bons, dando vão a todos os detritos liquidos, apresentando em alguns lugares, pequenas falhas.

ILUMINAÇÃO

A iluminação do Patronato Agrícola "Visconde de Mauá", é boa e farta, tendo todas as suas dependências iluminadas de uma luz elétrica-clara, fixa e bem distribuída.

LINHA TELEFÔNICA

Não existe neste Instituto, linha telefônica, não obstante a sua grande necessidade na ligação deste estabelecimento, com a cidade - de Ouro fino, que dista 9 quilômetros. Não existindo telefôno e nem meios de locomoção pronta para Ouro Fino, a gente tem a impressão de que se está preso nesta pequena localidade. O telefôno é mais urgente que o automóvel, e no dia em que o Patronato fôr dotado desse melhoramento, os seus destinos tornam-se mais risonhos.

VISITAS

Poucas são as visitas que recebe o Patronato, devido mesmo aos motivos que alégo no titulo "Telefôno"; não obstante, pessoas gradadas - têm visitado o Patronato: Dr. Rodolfo de Miranda, ex-Ministro da Agricultura e politico saliente no Estado de São Paulo; Dr. Julio Buêno Brenáno Filho, Prefeito de Ouro Fino e Auditor do Tribunal de Contas e o Dr. Juiz Municipal da Comarca de Ouro Fino.

INSPEÇÃO

Em Outubro appareceu em inspeção neste Instituto, o Ajudante de Inspetor dos Patronatos, o distinto Dr. Joaquim Mesquita Barros, que - procurou vêr tudo, apresentando idéias suas sobre diversos serviços do estabelecimento, e ao retirar-se, apresentou a esta Directoria um memoria circumstanciado de que desejava ser feito a bem desta instituição e regularidade dos seus serviços. O Dr. Mesquita Barros, ao retirar-se - deixou a melhor impressão em todos os funcionários, que prometeram acatar as suas ordens.

ENSINO PRIMARIO

O ensino primario está a cargo dos professores Estevão Francisco Costa, Alberto Ferreira Neves, Francisca Guimarães e Dalila Paiva de Moura Serra, todos diplomados e assíduos no cumprimento de seus deveres, procurando elevar o quanto possivel o nivel da instrução neste Patronato.

Os exames semestrais deixaram de haver pelo motivo de todos os professores terem chegado depois da época apropriada, excéto a professora Dna. Francisca Guimarães, que não os fêz, por se achar sosinha. Dos exames finais, acompanham este relatório os documentos comprobatorios - dos mesmos.

Quanto á coléta de elementos para o Museu escolar, não existe.

Figura 10 – Relatório geral do patronato (parte 3). 1932. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

ENSINO DE MUSICA

É Mestre de musica deste estabelecimento o Sr. Braz Farago, que mantém uma banda de musica regular, que em dias festivos exhibe-se e em alguns domingos toca no corêto da praça pública desta localidade.

O mestre de musica não obstante o mau instrumental, procura a medida de suas forças, melhorar sempre a banda de musica, já tendo mesmo chegado a um estado apreciavel.

É de lamentar que não seja com presteza fornecido o novo instrumental, para se se poder aproveitar verdadeiras vocações de certos menores para o ensino da musica. Penso não obstante que essa Inspetoria com a boa vontade que tem manifestado nos diversos serviços dos Patronatos, satisfaça mais uma vés essa necessidade.

PESSOAL EM EXERCICIO

São estes os funcionários em exercicio em 31 de dezembro: Diretor, José Candido Martins Trindade; Médico, Dr. Americano Balto de Almeida; Auxiliar-agônomo, José Augusto Rocha; Escriurario, interino, Georgino de Azevêdo Paiva; Economo-almojarife, José Otávio de Paiva, e Professores, Estevam Francisco Costa, Alberto Ferreira Neves, Francisca Guimarães e Dalila Paiva de Moura Serra; Instrutor de alunos, Georgino de Azevêdo Paiva; Porteiro-continuo, Ernesto Silva; Mestres de oficinas, de carpinteiro, Rafael Belardineli; de seleiro, José Felipe e de ferreiro, João Pisteli; Inspetores de alunos, Assuero Paixão Vieira e Agenôr Rodrigues; Guardas vigilantes, José Silverio dos Reis; Antonio Pereira Maduro e José Ferreira.

Cirurgião-dentista, Francisco Salles Barbedo Brandão (contratado).
Pessoal assalariado: Gustavo Laiter, Pedreiro; Raimundo Soares, Enfermeiro; Braz Farago, Mestre de musica; Candido Fernandes, Jardineiro-hortelão; Anisio Ribeiro, Feitor-arador; Diogo Alves, Tratador de animais; Venancio Quintiliano, Cosinheiro; Lucrecio Marciano, Bibiano do Amor Divino e Maximiano Vicente, Trabalhadores rurais; José Lomba, Copeiro; Rosa Pisteli, Galdina de Jesus, Gema Angelo e Adelaide Campos Sales, Lavadeiras.

MOVIMENTO DE FUNCIONÁRIOS

Houve a seguinte alteração nos quadros dos funcionários deste Patronato: Exonerações: Por decreto de 10 de fevereiro foram exonerados - os Srs. Alexandre Pinto Costa e Gastão Jardim, respectivamente, professor e inspetor de alunos; em 20 do mesmo mês, o inspetor de alunos Elias Augusto da Costa e por decreto de 28 de abril, o professor Emídio Pereira Franco.

Licenças/ Obtiveram licença: de 60 dias, a professora Francisca Guimarães, de acordo com o artº 21 do dec. 14663; de 90 dias, o professor Estevam Costa, para tratar de interesses particulares, em 20 de agosto, tendo em 5 de setembro desistido do resto da mesma licença; e 90 dias ao escriturario João Candido Borges, de acordo com o artº 9º do mesmo decreto.

Por decretos do Chêfe do Governo Provisório, foram nomeados os seguintes funcionários: Agenôr Rodrigues, Inspetor de alunos, tomou posse em 25 de fevereiro; João Camargo Sampaio, Professor, não chegou a tomar posse, por falta do necessario diploma de normalista; Assuero Paixão Vieira, Inspetor de alunos, tomou posse em 15 de abril; João Alencastro Reis, Inspetor de alunos, não compareceu para tomar posse; Estevam Francisco Costa e Alberto Ferreira Neves, Professores, tomaram posse em 6 de julho. Por decreto de 26 de Maio foi transferido o Diretor do Patronato "José Bonifacio", José Candido Martins Trindade, para este Patronato - tomou posse na Inspetoria dos Patronatos Agricolas e entrou em exercicio neste estabelecimento a 26 de junho; por decreto de 1º de dezembro foi nomeado o Instrutor de alunos Georgino de Azevêdo Paiva, para exercer interinamente o cargo de escriturario, durante o impedimento do serventuário efetivo, João Candido Borges, cujas funções já vinha exercendo por designação desta Diretoria, desde 15 de Setembro. Foram efetivados nos respectivos cargos, os mestres de oficinas de seleiro, Jo-

Figura 11 – Relatório geral do patronato (parte 4). 1932. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

sé Felipe e de carpinteiro, Rafael Belardineli.

O Escriurario João Candido Borges tendo deixado a direção do Patronato Agrícola "José Bonifacio", no Estado de São Paulo, reassumiu as funções de seu cargo em 9 de julho, o qual estava sendo ocupado interinamente pelo Instrutor de alunos Georgino de Azevêdo Paiva; o Auxiliar-agronomo José Augusto Rocha esteve na direção deste Patronato até o dia 26 de junho, data em que o efetivo assumiu as funções deste mesmo cargo, em virtude de ter sido transferido do Patronato "José Bonifacio", por decreto datado de 26 de maio; a professora, Dna. Dalila Paiva de Moura Serra, licenciada desde outubro de 1930, reassumiu as funções de seu cargo no dia 3 de outubro.

RECEITA

Foi a seguinte a verba distribuida para este Patronato em 1931:

Pessoal: Permanente, 114:720\$000; Contratado, 9:600\$000; Variavel,..... 26:680\$000 (soma: 151:000\$000).

Material: Permanente: 15:000\$000; Consumo e transformação, 98:683\$800; Despesas diversas, 4:000\$000 (soma: 117:683\$800). Total: 268:683\$800.

Valôr da produção agrícola: Produção animal, 195\$000; produção agrícola, 6:531\$220 e produção das oficinas, 3:130\$327. Total: 9:857\$047.

Patronatos extintos/ Por diversos Patronatos extintos foram fornecidos diversos materiais, cujo valôr atingiu a 53:890\$213. Não houve renda.

DESPESA

A despesa efetuada em 1931, foi a seguinte: PESSOAL - Permanente: 101:479\$298; Contratado, 6:480\$071 e Variavel, 24:798\$333 (soma 132:757\$702). MATERIAL - Permanente, 16:709\$700; Consumo, 18:832\$969; Gêneros alimentícios, 69:443\$381; Drogas e medicamentos, 3:602\$900; Diversas despesas, (iluminação) 3:000\$000.

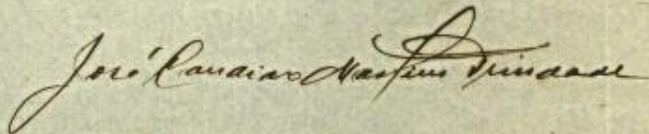
Pelo boletim do Movimento Economico, mod. 117, que a este acompanha verifica-se detalhadamente todas as despesas efetuadas durante o exercício de 1931.

INVENTARIOS

Segue com este, todos os inventarios pertencentes as diversas secções deste instituto, acompanhados de uma recapitulação geral, na importância de 220:964\$601.

Eis o que me cumpre informar.

Saúde e fraternidade



Diretor

Figura 12 – Relatório geral do patronato (parte 5). 1932. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Algumas informações sobre matrículas, desligamentos e faixa etária dos alunos, tabeladas, também nos chamam a atenção. Vê-se que a maior parte dos internos tinham procedência do Rio de Janeiro e ainda internados por ordem policial, ou seja, como já dito por BOEIRA (2010), meninos recolhidos das ruas principalmente do distrito federal, como visto na figura 13. Também se vê a ausência da família em grande parte dos casos, de maneira que muitos eram órfãos de mãe e/ ou de pai. No quadro demonstrativo dos desligamentos (figura 14), observa-se que a maioria deles eram feitos logo no primeiro ano do aluno no local, o que mostra que a instituição não era atrativa para esses meninos ou para os dirigentes.

Outra informação é a idade desses menores (figura 15), os quais eram muito jovens, com idades entre 11 e 16 anos. A quantidade final de alunos em 31 de dezembro de 1931 foi de 146, mostrando uma lotação para a estrutura física e financeira daquele período. Segundo Vicente (2010, p.14), “Nessa instituição, os alunos eram recebidos para serem iniciados nos estudos e nela se instalavam desde a infância, numa oscilação de idade dos 8 até os 15 anos...”, mostrando que, neste momento histórico, “Visconde de Mauá” recebia meninos mais velhos, já adolescentes, em comparação ao Patronato de Pelotas, estudado por Vicente (2010).

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio
 Serviço de Povoamento

Pahonata Agricola "Visconde de Mauá"
 Estado de Minas Gerais

Mapa discriminativo da matricula de menores durante o anno de 1927 1931

DISCRIMINAÇÃO		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Por ordem de quem	Policia I.P.A.	50	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1751
	Ministro da Agricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Director do Povoamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Procedencia	R. Central da Policia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Insp. Pat. Ag.	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 51
Nacionais	Districto Federal	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50
	São Paulo	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	Minas Geraes	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
	Bahia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Paraná	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ceará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pernambuco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rio de Janeiro	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 51
Estrangeiros	Hespanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Portugal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Italia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Turquia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Japão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edades	7 annos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	8 annos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	9 annos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10 annos	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	11 annos	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	12 annos	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
	13 annos	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	14 annos	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15
	15 annos	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
	16 annos	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
17 annos	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 51	
18 annos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Côr	Branca	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	14
	Parda	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19
	Amarella Morena	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
	Preta	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11 51
Condição civil	Com pae e mãe	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	36
	Orphãos de pae	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19
	Orphãos de mãe	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	Religiao ignorada	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 51

Figura 13 – Mapa demonstrativo da matrícula de menores durante o ano de 1931. 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio
 Serviço de Povoamento

VISTO
Martins Príncipe
 DIRECTOR

Patronato Agrícola "Visconde de Mauá"
 Estado de Minas Gerais

Mapa demonstrativo do desligamento de menores, durante o anno de 192/ 1931

DISCRIMINAÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Por ordem do Ministro da Agricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Por ordem da Inspeção dos Pat. Inspeção dos Pat.	7	-	53	-	-	5	15	-	-	4	-	-	84
Destino tomado													
Nucleos coloniaes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fazendas particulares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estabelecimentos federaes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estabelecimentos estaduais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entregues a parentes	7	-	53	-	-	-	15	-	-	4	-	-	79
Entregues a protectores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Institutos profissionaes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patronatos Patronatos	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	5 84
Estado no Patronato													
Menos de 6 mezes	-	-	23	-	-	4	-	-	-	-	-	-	27
De 6 a 12 mezes	-	-	7	-	-	1	8	-	-	2	-	-	18
De 12 a 18 mezes	1	-	3	-	-	-	4	-	-	-	-	-	8
De 18 a 24 mezes	-	-	3	-	-	-	2	-	-	1	-	-	4
De 24 a 30 mezes	1	-	-	-	-	-	1	-	-	8	-	-	10
De 30 a 36 mezes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De mais de 3 annos	5	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20 84

Secretaria do Patronato Agrícola "Visconde de Mauá"
 Ouro Fino, 31 de Dezembro de 1931

G. Rodrigues
 Escrição int^o

Figura 14 – Mapa demonstrativo do desligamento de menores durante o ano de 1931. 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

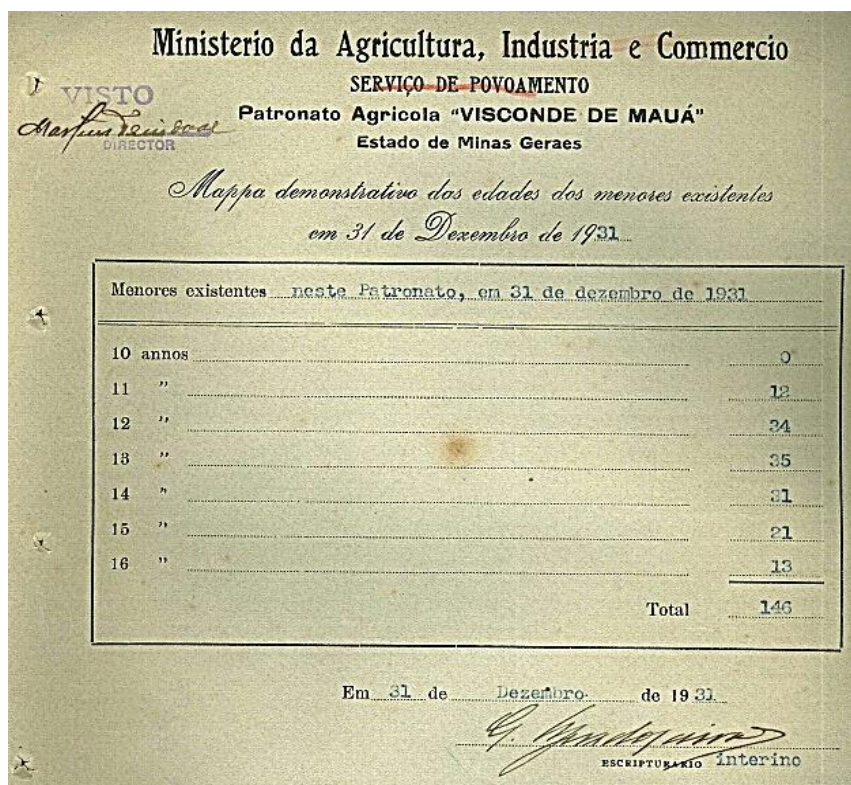


Figura 15 – Mapa demonstrativo das idades dos menores existente em 31 de dezembro de 1931. 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Foram requisitados relatórios pedagógicos a todos os professores do referido Patronato Agrícola, mostrando o ponto chave para nossa discussão: o ensino. Começando pelo relatório da professora Dalila (figuras 16 à 19). Neste relata-se inicialmente que, voltando de sua licença, abriu uma turma de 36 alunos, usando de parte de alunos de outras salas, o que nos leva a observar que havia um excesso de alunos por esta licença, e só depois de sua volta regressaram à normalidade.

A professora coloca em seu texto sua constatação de que os alunos estavam em uma situação de semianalfabetos, o que os fez permanecer quase todos na mesma classe. Nesse fato vemos um ponto positivo para o Patronato Agrícola, os professores mostravam uma preocupação com o desempenho e seguimento dos alunos no curso. A professora coloca em questão quem era o culpado por este mal desempenho dos alunos, e a mesma responde que "... todos temos obrigação de nortear nossa conduta por princípios da moral cívica e religiosa". Desse modo, sobrevêm-se a importância de que esses alunos fossem educados a serem cidadãos – do tipo desejável ao governo – e trabalhadores, como dito por Cimino (2013, p.231).

Na continuação, a professora Dalila coloca uma informação importante: os alunos frequentavam 5 horas diárias de aulas, sendo as mesmas em turnos de 2 horas e meia por dia, por serem divididos em 2 grupos. O grupo que não estava em aula provavelmente estava na prática do ensino agrícola. São colocadas as notas dos educandos nos exames daquele ano – 1931 – mostrando um mal desempenho por parte da maioria dos alunos. Chama a atenção o número de reprovações – 27 – em relação ao número de aprovações – 6 – onde se vê a grande disparidade. Segundo Cimino (2013, p.131), no Aprendizado de Barbacena também havia uma alta taxa de reprovações, também por conta da baixa escolarização dos educandos.

Patronato Agrícola "VICONDE DE MAUA". 2^a via

RELATÓRIO do Ensino Primário (Curso de Adaptação), apresentado pela Professora Dalila Paiva de Moura Serra, no período de 3^o de Outubro a 15 de Dezembro de 1931.

sr. Director.

Dentro das prescripções regulamentares, cumpri-me apresentar-vos o relatório do que ocorreu na aula primária, sob a minha regência, no período de 3 de outubro p.p. até 15 de corrente mez de Dezembro, terminados os exames de presente anno lectivo.

Depois de 2 annos e 3 mezes de ausencia deste estabelecimento fora do qual estive em comissão do Governo estambem licenciada, peço vania, sr. director, para consignar um simples esclarecimento, alias justo e necessario, a bem de meus creditos de Funcionaria.

Vendo em 19 de outubro cessado o anno de licença, em que me achava, sem vencimentos, vim a 3 do referido mez reanunciar o exercicio de meu cargo.

Determinou essa Directoria que se formasse uma turma de 36 educandos, tirados das outras aulas em funcionamento, pertencentes a classe da professora D. Francisca Guimarães, 12 a de Profr. Alberto Ferreira Neves e 14 a de Profr. Rotevam Francisco da Costa.

De inicio, fiz o que é regulamentar, isto é, ver o grau de aproveitamento desses alumnos, sem indagar donde vieram, nem a que aula pertenciam, procedendo assim, como devem fazer todos os que por sua educação cultivam os principios de justiça e ordem.

Infortunadamente, porisso e diz-se, verifiquei o nenhum preparo delles, accentuandose isto ainda mais com o decorrer das aulas, donde se conclue considerai-se semi-analfabetos, com algumas excepções ficando esta minha verdadeira affirmativa plenamente comprovada. Não e

Figura 16 – Relatório do ensino primário apresentado pela professora Dalila Paiva (parte 1). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes

pelas notas baixas que trouxeram das outras aulas, as quais mantive, e as dadas por mim nos boletins mensaes, como tambem pelo resultado dos exames finais, ora realizados, sob a fiscalisação pessoal do sr. director e da comissão examinadora, em que os ditos alumnos nada revelaram de apreciavel, permanecendo quasi todos na mesma classe.

Á vista do exposto, a evidencia dos factos mostra sem exagero a expressão da verdade. Deveriamos então responsabilisar alguém por tal resultado ?

Absolutamente não, pois, sobre ser injusto, todos temos obrigação de norteiar nossa conducta por principios de moral civica e religiosa.

Quando daqui me afastei, ha dois annos atraz, regia o Curso de Adaptação e o 1º anno, respectivamente, cujos alumnos foram desligados e em meu regresso agora não mais os encontrei, cessando, por isso, toda a minha responsabilidade, durante esse longo espaço de tempo neste Patronato, como aconteceria a qualquer outro funcionario em identicas circumstancias.

Portanto, não é criterioso frizar-se nominalmente, que os alumnos a mim entregues já no fim deste anno, fozem meus alumnos, pois, todos os de agora me são completamente desconhecidos.

Contudo, sr. Director, posso dizer-vos conscienciosamente que, nos 40 dias uteis de labor escolar, envidei, como era de meu restricto dever, todo o meu esforço e dedicação para que elles poudassem obter algum aproveitamento, visando unicamente, alem do cumprimento de minha obrigação, o desenvolvimento intellectual de cada um delles.

Como acontece em todos os Patronatos, nenhuma innovação se deu quanto ao ensino, observando-se sempre o horario de 5 horas diarias de aula, sendo que todos os alumnos divididos em dois turnos, frequentaram 2 e meia horas, cada um, por dia.

Durante o decorrer das aulas não houve novas entradas, nem transferencia, nem expulsão e nem desligamento de educandos, sendo de notar que os alumnos Marcionilio dos Santos nº 68 e Jayme Jacutinga nº 119

Figura 17 – Relatório do ensino primário apresentado pela professora Dalila Paiva (parte 2). 1931. Acervo

Nos boletins diários, mensaes e annuaes, assim como no mappa de synopse do ensino que, por força do regulamento é remetido a essa Directoria, consta todo o movimento concernente aos educandos de minha aula, matricula, frequencia maxima e minima, faltas, comportamentos de go comparecimentos, applicação, comportamento, etc, dos mencionados alumnos.

As provas escriptas tiveram lugar a 10 e as oraes a 14 do corrente mez, fiscalizadas pelo sr. director dr. Martins Trindade, sob a presidencia do Profr. Estevam Costa, servindo de examinadoras as Profs. Francisca Guimarães e eu, Dalila Paiva de Moura Serra.

Foi este o resultado dos exames:-

Curso de Adaptação, Classe A, com acesso para o 1º anno:-

Nº 193-	Claud onor dos Passos-	Plenamente-	8
" 4	Seraphim Ferreira dos Santos-	Idey-	7,6
" 68-	Marcionilio dos Santos	"	7,6
" 119-	Jayne Jacutinga	"	7,2
" 139-	Luiz Vieira Sobral	"	6,8
" 123-	João Anacleto Martins	"	6,4
" 35	Carmelino Lacerda	"	6,2

Permanecem no Curso de Adaptação e obtiveram nos exames as notas seguintes:-

Nº 185-	Sylvio Alves Nunes-----	5,4
" 5	Orlando de Souza-----	5,4
" 184-	João Mattos de Oliveira-----	5
" 98-	Ernesto Francisco da Silva-----	4
" 109-	Rubem de Assis Lima-----	5,6
"110-	Jair dos Santos-----	4,3
" 128-	Durvalino dos Santos-----	6,3
" 149-	Cid Gomes da Costa-----	6,5
" 162-	João Alfredo-----	5,6
" 165-	Antonio Monteiro-----	6
" 81-	Dino da Silva de Oliveira-----	2

Figura 18 – Relatório do ensino primário apresentado pela professora Dalila Paiva (parte 3). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes

Nº 116- Salvador dos Santos-----	4,3
" 127- Newton dos Santos-----	3,6
" 150- Jose Mathias Netto-----	5,6
" 152- Orlando Fernandes-----	5,6
" 154- Aluizio Aragão-----	4,6
" 160- Osmar Ferreira Lima-----	5,3
" 172- Orlando Porphirio de Jesus-----	4
" 174- Valdemar da Silva-----	5
" 177- Orlando Thimoteo-----	3,3
" 178- Juvenal Wenceslau-----	4
" 186- Eduardo Sebastião-----	4,3
" 187- Nivaldo Cardoso-----	4,6
" 191- Manoel de Oliveira-----	4
" 196- Jose da Silva Carvalho-----	4,6
" 198- Mario de Souza Lima-----	5,3

Ficaram isentos de exames, por circunstancias espediaes, os alumnos Carlos Moreira n.118 e Walter dos Santos n.171.

Encerrando este relatorio incluo aos boletins annuaes, as provas e o mappa de exames.

Apresento-vos as minhas melhores

Saudações

Dalila Paiva de Moura Serra
 Professora

Figura 19 – Relatório do ensino primário apresentado pela professora Dalila Paiva (parte 4). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes

Dessa maneira, encerra-se o relatório da professora Dalila e inicia-se o relatório da professora Francisca Guimarães. O relatório dessa professora (figuras 20 e 21) se inicia com a comprovação da informação de que as salas continham aproximadamente 40 alunos normalmente e ainda durante o afastamento da professora Dalila era uma média de 50. No

caso do Patronato de Barbacena, estudado por Cimino (2013, p.50) havia uma constante superlotação, inclusive, no ano de 1924, havia 150 alunos no Aprendizado, sendo 140 do curso preparatório, o que não era de malgrado, posto que essa lotação promoveu um melhor desenvolvimento das culturas. A professora Francisca relata o grande número de desligamentos e substituições de alunos durante o ano letivo, mostrando que o movimento dos mesmos era uma normalidade, o que nos leva a perceber a descontinuidade de ensino para os mesmos. Vemos que a professora os trata por números, ou seja, negando sua historicidade, sendo que o mesmo ocorria em outros locais, como no aprendizado de Barbacena:

Por outro lado, era comum que, nos internatos, o aluno passasse a ser reconhecido, não por seu nome, mas por seu número de matrícula. A partir de então, a representação do aluno, enquanto agente participativo daquele processo em que ele se encontrava inserido, era marcada por determinado número, seu número o legitimava naquele espaço. O aluno era um número a mais entre tantos; era o que o diferenciava dos demais; era sua marca registrada. (CIMINO, 2013, p.286)

A professora revela que recebeu alunos semianalfabetos, que foram encaminhados posteriormente à professora Dalila, comprovando a informação relatada em seu relatório. Ela também mostra dados de aprovações, que também foram baixas em relação à quantidade de alunos em cada turma.

PATRONATO AGRICOLA VISCONDE DE MAUÁ
94/32 Protocolo nº 106-471
11-1-31
Ilmo. Snr. Diretor do Patronato Agrícola "VISCONDE DE MAUÁ"

Obedecendo o regulamento dos Patronatos Agrícolas, aprovado pelo decreto 13.706, de Julho de 1919, com demasiado prazer, faço chegar ás dignissimas mãos de V.S., o meu relatório, citando os principais acontecimentos ocorridos na escola sob a minha direção, no decorrer do ano de 1931.

No dia 5 de Janeiro, reabriram-se as aulas, antes porém de recommencarem os trabalhos escolares, de conformidade com as ordens do ex-Diretôr Dr. Pedro da Veiga Ornelas, reunimos os professores com o fim de dividir em partes proporcionaes, tocando um numero exato de alunos para cada educador. Recebi então do Sr. Inspecôr de Alunos, uma turma de 40 educandos, os quaes foram classificados do seguinte modo: Curso de Adaptação, 2º e 3º ano. Sub-dividi o Curso de Adaptação em duas sub-classes, sendo essas classes A e B. Foram matriculados na classe A, os alunos de numeros e nomes seguintes: Nº 2, Valdemar dos Santos; Nº 131, Joaquim L. dos Santos; Nº 134, João Coelho Galvão; Nº 138, Valdemar Augusto dos Santos; Nº 163, Isidrio A. dos Santos (Desligado); Nº 136, Rafael Germano, (Desligado); Nº 147, Sebastião L. dos Santos; Nº 170, Firmino Vicente; Nº 176, Joel de Castro; Nº 181, Mario Ferreira dos Santos; Para a classe B os de nos. e nomes: Nº 8, Luiz Correia (matriculado em Junho); Nº 12, José de Almeida; Nº 40, He-dilo Rangel de Figueredo; Nº 42, Efigenio de Deus; Nº 46, Maximo A. Cestano; Nº 102, Mourival Guimarães; Nº 103, Manoel Machado; Nº 114, Osvaldo Pena da Silva; Nº 124, Aderbal Teixeira; Nº 145, João dos Santos; Nº 166, Augusto Bastos; Nº 167, Alcides Camilo (matriculado em Agosto); Nº 195, Danilo Magalhães; Nº 220, Sebastião de Jesus; Nº 222 Osvaldo Soares; Nº 87, André do Nascimento.

Os educandos de ns. 136, Mario P. dos Santos; nº 37, Natanael Nunes; nº 158, Arailde Caldino e de nº 140, Sebastião Leal e Luiz de Jesus nº 12, foram tambem matriculados na classe A.

Figura 20 – Relatório da professora Francisca Guimarães sobre o ensino. 1931 (parte 1). Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

... Santos, nº 16; Afonso de Oliveira; nº 21, José Bonifácio de Andrade e Silva; nº 23, Luiz dos Santos Martins; nº 24, Ottonio Jesus; nº 27, Rufino da Silva; nº 31, Osmar de L. Bruger; nº 30, Maximo Coutinho; nº 45, Joaquim da Silva; nº 44, Aurelio Pereira; nº 51, Humberto da Silva; nº 100, Ciro de Paula Vastro; nº 72, Herminio Rabelo; nº 79, Manoel R. da Costa; nº 80, Laudelino Rodrigues; nº 120, Silvio F. Rios; nº 126, Renato Neri; nº 136, Nelson da Costa Santoro; nº 148, Alvaro R. dos Santos. Entre estes foram desligados os educandos de ns. 15, 21, 24, 31, 66, 72, 79, 126 e 136, e esses lugares foram preenchidos por outros menores, os quais foram matriculados no Curso de Adaptação. 3º Ano, foram matriculados somente dois menores: Manoel dos Santos, nº 13 e Antonio de Jesus nº 1; esse ultimo foi desligado.

No mes de Julho recebi mais uma turma de 12 menores, que obtiveram lugar na matricula do Curso de Adaptação, de minha aula, por serem quasi todos analfabétos. Permaneceram sob a minha responsabilidade, até os primeiros dias de Outubro, quando os mesmos foram mandados para aula da professora Dalila Paiva de Moura Serra.

No dia 15, ás 11 horas da manha os meus alunos entraram para sala de aula com fim de prestarem exames. A banca examinadora foi fiscalizada pelo sr. Diretor, tendo por presidente a professora Dalila de Moura Serra e examinador o professor Estevam Costa. Graças ao entendimento intelectual dos alunos, e tambem dos meus esforços não poupados em obediencia ao meu restrito dever de educadora, os alunos revelaram alguma coisa apreciavel sobre as materias ensinadas. Foram aprovados para o 3º ano com distincão os alunos de ns. 23, 27 e 148; e os demais com plenamente B; do 3º para o 4º ano, o aluno de nº 13, tambem com distincão. Da classe A, para o 1º ano, foram aprovados com plenamente os seguintes de ns: 2, 12, 37, 131, 134, 138, 140, 147, 158 e 170. Da classe B para a classe A, foram aprovados tambem com plenamente os alunos de ns. 102, 103, 114, 124, 145 e 167.

Não havendo nada mais a relatar e não querendo tomar a preciosa atenção de V.S. encerro o presente relatorio, juntando os boletins de nota e o mapa geral indicendo as notas obtidas pelos alunos.

INCONFIDENTES, 30 Dezembro de 1931.

Francisca Guimarães

Figura 21 – Relatório da professora Francisca Guimarães sobre o ensino (parte 2). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Seguindo nos relatórios pedagógicos, o professor Alberto, transferido do Patronato Agrícola "João Coimbra", descreve os acontecimentos em classe, visto nas figuras 22 a 25. O método intuitivo, segundo ele, era o que estava "obtendo os melhores resultados". Durante a ausência da professora afastada já citada, a sala esteve com 54 alunos. Outra informação importante é colocada, dito que havia alunos de diferentes níveis sendo ensinados simultaneamente, do curso de adaptação e do primeiro ano do primário; imagina-se que sejam em turnos alternados.

O professor em questão descreve dados de movimentos de educandos, que eram em grande número, além de transparecer que não havia um melhor desenvolvimento pela curta jornada de aulas. Ao longo dos anos, o Patronato passa por mudanças que podem aumentar ou diminuir a superlotação, o que pode se dar de acordo com a demanda dos órgãos superiores. No caso do Patronato Anitápolis, a lotação sofreu mudanças desde a sua criação, passando de 100 para 160 alunos em menos de 10 anos (BOEIRA, 2012, p. 106). O documento também destaca a importância das visitas de inspetores, para se coletarem informações sobre a qualidade de ensino.

O professor diz, com muito orgulho, que todos os 29 alunos analfabetos confiados a ele foram alfabetizados durante o curso de adaptação. O curso de adaptação é referente ao primeiro ano do ensino agrícola, enquanto os outros anos são nomeados da maneira usualmente usada - 2º, 3º, 4º ano. Vê-se aqui um número maior de aprovações, de maneira que ele alcançou o objetivo de alfabetizar minimamente os alunos, porém ainda é um número pequeno.

- R E L A T Ó R I O -

Não pretendo aprofundar-se em demonstrações psicológicas de cada um dos meus alunos, limitar-me-ei a fazer referências á parte concernente ao método de ensino e tambem enumerar as ocorrências que se ardem na matricula, alunos desligados, exames de habilitação, remoção de alunos para outro professor, desenvolvimentos dos mesmos na classe, visitas ás aulas, boletins de notas, diário, mensal e neta sinopse, alunos analfabétos, frequência minima e maxima durante o segundo semestre, exames realizados nessa época, conclusão, etc.

Designado para servir neste Patronato, pelo decreto do Exmo. Sr. Ministro da agricultura, de 2 de Junho deste ano, tomei posse do cargo e assumi o exercicio das funções de professor deste estabelecimento, cargo este que já vinha exercendo no Patronato Agrícola "João Coimbra" no Estado de Pernambuco.

Essa Diretoria determinou-me a segunda cadeira para re-e-la, cujos alunos, se encontravam a mais de 2 meses, sem professor; em vista de exoneración do meu antecessor.

METODO DE ENSINO: - Dentre os varios metodos de ensino, foi feita a maior applicação ao metodo intuitivo, obtendo os melhores resultados, o que vem de parte conhecida, com as vossas constantes ás aulas.

MATRICULA: - A matricula atingiu ao numero de 54 alunos, assim classificados: 24 no curso de adaptação e 13 no 1º ano. Achando-se licenciada a professora Dália de Moura Terra, parte dos seus alunos, ficou durante seu impedimento, curando minha aula, resolução essa tomada juntamente com o professor Estevão Costa, a qual tendo ciencia essa Diretoria, aprovou-a, dividindo assim, os alunos daquela professora, com as tres aulas que estavam funcionando; cabendo á minha aula, 12 desses alunos, de nos. 55, 98, 100, 142, 177, 184, 185, 186, 187, 191, 193 e 196, completamente analfabetos porfazendo desse modo, um total de 54 alunos matriculados.

Figura 22 - Relatório do professor Alberto Neves (parte 1). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

ALUNOS DESLIGADOS: - Foram desligados por terem atingido a idade regulamentar para o desligamento, ou outro qualquer motivo; 9 dos meus alunos, a saber: do 1º ano; Estevão dos Santos Nº 47, Luiz Carneiro Borges Nº 13, Valtér Mendes de Oliveira Nº 21, Armando dos Santos Nº 97, e Almir de Oliveira Pereira Nº 216, desligados em 27 de Julho; Francisco Costa Nº 69, José Ezequiel Nº 89, e Milton Martins Nº 204, desligados em 10 de Outubro p. passado; do Curso de Adaptação; Elcio José da Silva Nº 65, desligado também em 10 de Outubro p. findo.

EXAMES DE HABILITAÇÃO: - Nessas exames, não tiveves lugar á minha aula, visto que, todos os meus alunos, terem prestado essas provas de habilitação com o meu antecessor.

NÓVOS ALUNOS NA CLASSE: - Os novos alunos admitidos á minha aula, foram apenas os 12, da professora licenciada D. Dalila de Moura Serra, da que aurás já 12 menção, os quaes começaram a frequentar as aulas no dia 6 de julho.

RESCISÃO DO ALUGUEL PARA O MEU PROFESSOR: - Resumindo o exercicio, a professora licenciada, em 1 de Outubro deste ano, essa Directoria, autorizou-me a fazer entrega dos 12 alunos, á respectiva professora, estando já, ditos alunos alfabetizados e lendo o meio da cartilha.

DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS: - Os alunos que me foram confiados, desenvolveram bastante, não se tornando maior este desenvolvimento a principio, devido ao limitado espaço de tempo que freq. entavias as aulas; opinei a essa Directoria, o aumento do horario escolar, para mais 30 minutos, e, felizmente, depois da visita feita pelo Dr. João de Mesquita Barros, Adjunto do Inspector dos Patronatos Agrícolas, a este Patronato, determinou o acrescimo do tempo escolar falado, dizendo assim, com um aumento diario de uma hora, no horario das aulas, depois da minha chegada a este Patronato.

VISITAS AS AULAS: - Além das vossas visitas, ás quaes sempre trouxeram satisfação e também aos meus alunos; foi a minha aula bastante visitada, destacando-se dessas visitas, as do Dr. Bueno Brandão Filho e do Dr. João de Mesquita Barros, Adjunto do Inspector dos Patronatos Agrícolas, quando a serviço de inspecção, determinado pelo Sr. Sr. Minis

Figura 23 - Relatório do professor Alberto Neves (parte 2). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

tro da Agricultura. O Dr. Mesquita Barros, referindo-se as aulas, deixou consignada na secretaria deste Estabelecimento, a seguinte impressão: - "Nada tenho a observar-vos, com relação aos professores, o que me deram a melhor impressão".

ESCRITA DOS ALUNOS: - Todos os meus alunos, têm tendências e gosto pelas letras, orgulhando-me em dizer que, dos 29 alunos analfabétes, que me foram confiados, todos já se acham alfabetizados, lendo no primeiro livro, fazendo conta de somar e diminuir, resolvendo pequenos problemas, fazendo copia e já sabendo assinar os seus nomes.

BOLETIM DE NOTAS: - Diariamente envio a essa Diretoria, um boletim, enumerando as ocorrências havidas na aula, taes como: alunos que não compareceram, má applicação, má comportamento, etc., e mensalmente envio os boletins com as notas das quatro semanas do mez, sendo extraídas destes, as notas para os boletins anuaes, os quaes occurirão dentro de cada prova escrita de exame. Os boletins mensaes são extraídos em 3 vias, afim de que, uma delas, torne a aula, para ser afixada em tabléta, onde os educandos têm conhecimento das suas notas de semanas, típoas durante o mez, servindo os mesmos para despertar o estímulo entre os colégas. Além dos boletins já citados, envio tambem os papéis sinopses, dando-vos o numero de alunos matriculados, frequência mínima e máxima durante o mez.

ALUNOS ANALFABÉTOS: - Os 29 alunos analfabétes, dos quaes já citei, que se achavam mais ou menos alfabetizados, frequentam as aulas do Curso de Adaptação, notando-se na frente de cada um, um raio de luz, um rizo de bondade, no estudo, no trabalho, sendo já conhecedores da necessidade de estudar e de trabalhar para o seu bem estar e pra o engrandecimento e riqueza do nosso querido Brasil.

FREQUENCIA MINIMA E MAXIMA: - No decorrer do presente semestre letivo, a frequência maxima foi: - Mez de Julho - 54; Agosto - 49; Setembro - 50; Outubro - 30; Novembro - 31; e Dezembro - 38. A frequência minima foi a seguinte, em seguimento nos mezes citados: - 42, 43, 44, 37, 33, e 33.

EXAMES: - Determinado por essa Diretoria, as provas escritas de exames foram feitas no dia 10 de Dezembro e a prova oral, começou no dia 11,

Figura 24 - Relatório do professor Alberto Neves (parte 3). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

tamizando nesse mesmo dia. Presidiu a banca examinadora a professora Dalila de Moura Serra e serviram como examinadores o professor Estevam Costa juntamente comigo, professor da cadeira, sendo fiscalizado pelo Diretor do Patronato. Submeteram-se ao exame no Curso de Adaptação, 18 alunos e no 1º ano, 18; verificando-se o seguinte resultado: -

CURSO DE ADAPTAÇÃO: - Classe A - Jacinto Mascocli Nº 41, Antonio Alves Ferreira Nº 180, José Francisco da Silva Nº 190 e Orlando Reis Nº 199, aprovados com plenamente grau 6; Giovanino Santino Nº 101, Gerdal Gomes Nº 104, Cesarino Claudino Nº 113 e Luiz dos Santos Nº 153, aprovados com plenamente grau 7; CLASSE B - Genaro José dos Santos Nº 60, Haroldo Tacha Nº 74 e Armando Francisco da Silva Nº 99, aprovados com plenamente grau 2; Jorge Teixeira Nº 121, Orlando Arnaldo Nº 169 e João Albeiro Nº 194, aprovados com plenamente grau 3; CLASSE C - Jaime Tomé da Silva Nº 6 e José Felício Nº 83, aprovados com plenamente grau 3; Hildebrando Guimarães Nº 7, aprovado com plenamente grau 7; e Jeronimo Basilio do Nascimento Nº 197 aprovado com plenamente grau 3.

1º ANO - Valtor Moraes Nº 20, Manoel Caetano Ribeiro Nº 54, Jorge Rodrigues Moura Nº 58 e Rubem de Araujo Nº 94, aprovados com plenamente grau 7; Norival Pertes Silencour Nº 43, Carlos Rodrigues Nº 67 e Virgílio Ribeiro Filho Nº 84, aprovados com plenamente grau 6; Benedito Augusto Natalio de Aóes Nº 106, aprovado com plenamente grau 5; José Gonçalves da Rocha Nº 76, aprovado com plenamente grau 2; Justino de Oliveira Tavares Nº 75 e Francisco Leonal Mascarenhas Nº 70, aprovados com plenamente grau 9; Luiz da Rocha Machado Nº 59, aprovado com distinção.

CONCLUSÃO - Eis Sr. Diretor, o que se me oferece dizer-vos, atinente a aula que dirijo neste Patronato e convencido podéis ficar que da minha parte não poupei esforços, para corresponder o progresso e desenvolvimento dos alunos deste Patronato, para a grandeza do nosso querido Brasil.

INCONFIDENTES, 18 de Dezembro de 1931.

Alberto Neves
Professor

Figura 25 - Relatório do professor Alberto Neves (parte 4). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

O relatório do professor Estevam (figuras 26 à 30) transparece novamente e comprova a questão da superlotação – 53 alunos – e o ensino de duas turmas em dois turnos separados. Observa-se no item "alunos desligados" que, ao completarem a idade limite, esses jovens não tinham escolha a não ser saírem da instituição, mesmo ainda estando nos primeiros anos de curso. O mesmo sinaliza que a aula recebia constantes visitas, como dito pelo professor Alberto, incluindo o diretor e o ajudante de inspetor.

Deve-se destacar uma fala do item desenvolvimento dos alunos: "Todo o ensino foi feito do modo mais prático possível, ao alcançado aluno, não sendo dispensadas as palestras úteis de moral, civismo e higiene, como também, recitativo, canções patrióticas e escolares". Recorda-se, então, da tentativa de civilização desses menores, assim, havia não só "a preocupação com a higiene mas também a preocupação com a ordem e disciplina. O rígido regime encontrado nos Patronatos como função de correção dos meninos é também uma forma de os enquadrar dentro dos padrões desejáveis e estabelecidos." (VICENTE E AMARAL, 2010, p.124).

As disciplinas ofertadas eram português, aritmética e história natural, priorizando seus princípios básicos nos primeiros anos. Como material de ensino, fazia-se o uso de mapas e de leituras, segundo o professor. Este, diferentemente dos anteriores, relata as más condições de trabalho, dizendo que as salas eram pequenas, quentes e escuras. O mesmo relata que executava uma aula diversificada para não enfadar os alunos e finalizava suas aulas com marchas e cânticos escolares. "Para civilizar essas condutas, era preciso professores austeros, com noções de civismo e até certo militarismo nas suas condutas, acompanhados de perto por vigilantes, capatazes e funcionários..." (BOEIRA, 2012, p. 89)

Relatando sobre o material didático, o professor toca em um ponto que nos faz pensar se o ensino foi pensado para aqueles alunos. Havia livros complexos e muito resumidos e poucos mapas, o que fez com que o professor requisitasse novos materiais. Essa falta de recursos também foi relatada no caso "Visconde da Graça", como dito por Vicente (2010, p.78) e atingia inclusive as oficinas presentes no local. Ao final, vê-se novamente uma pequena quantidade de aprovações de alunos.

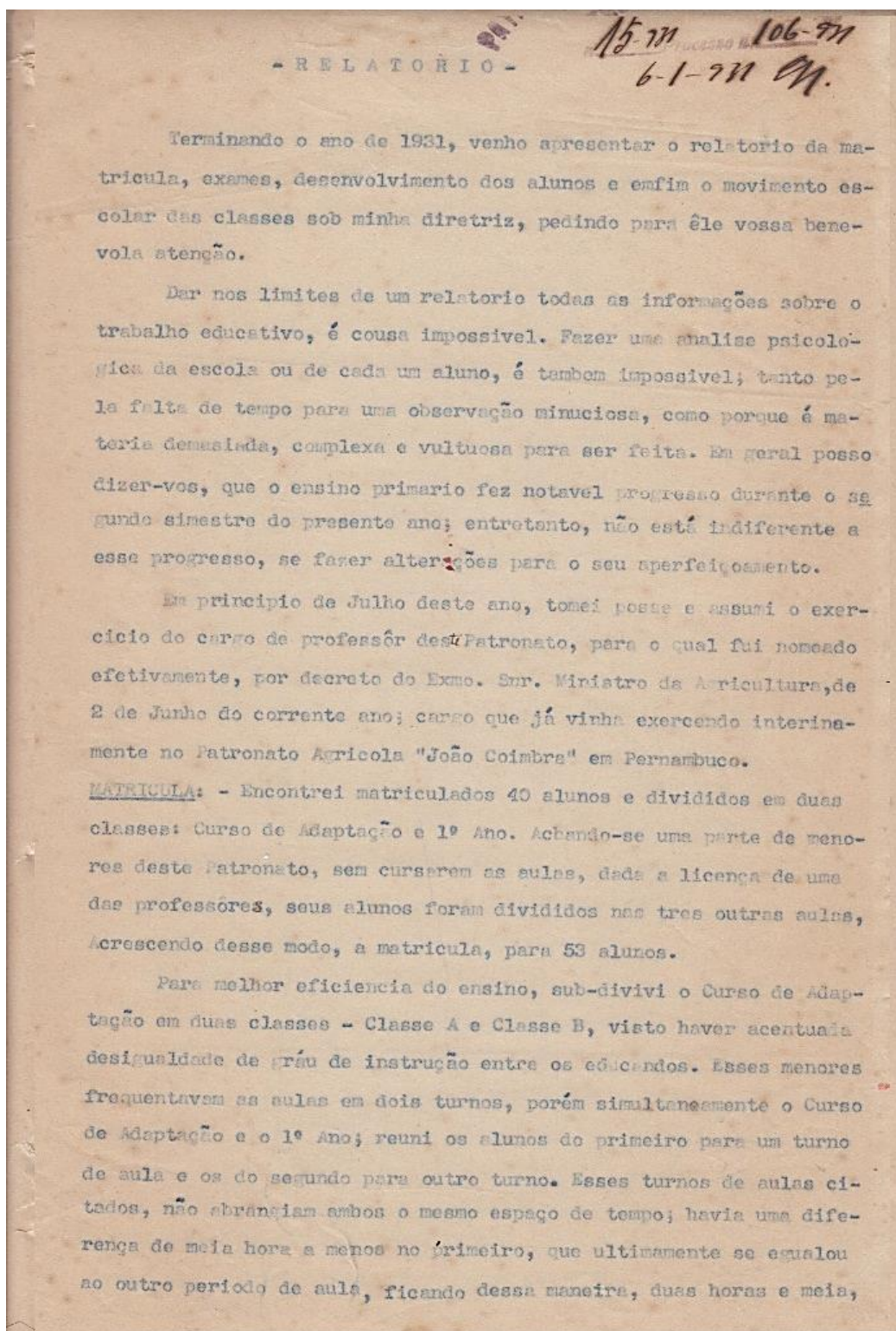


Figura 26 – Relatório do professor Estevam Costa (parte 1). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

para cada tempo de ensino.

ALUNOS DESLIGADOS: - Atingindo a idade regulamentar, foram desligados do Patronato, varios alunos, dentre os quaes, dois de minha aula, d matriculados sobre os numeros 91 e 137, de nomes Lauro de Santana e Manoel Martins, respectivamente. Sendo ambos, alunos do 1º Ano.

BOLETINS: - Diarios, mensaes e anuaes são os boletins que foram enviados á Diretoria deste Patronato, discriminados nos diarios as o-currencias havidas na aula, nos mensaes as notas do mez e nos anuaes as notas das quatro sabatinas de cada mez, sendo feita a extração da média de cada uma desses mezes e a média annual. Nesses boletins anuaes ainda foi consignado o resultado obtido por cada educando nos exames.

A frequencia minima e maxima foi fornecida a Diretoria deste Patronato, por intermedio dos mapas sinopses mensaes, sendo nele ainda constatado o numero dos matriculados.

ALUNOS NOVOS: - A matricula foi somente acrescida com a turma de alunos da professora licenciada que já me referí atrás, os quaes, frg-quentaram as aulas de 6 de Julho a 30 de Setembro deste ano.

EXAMES DE HABILITAÇÃO: - Não tiveram lugar durante o presente sinestre, esses exames de habilitação, visto não ter havido alunos novos ao Estabelecimento, e os que encontrei matriculados, terem prestado ditos exames com o meu predecessor.

MUDANÇA DE ALUNOS PARA OUTRA AULA: - Essa mudança só se verificou, com os alunos da professora licenciada, a qual reassumingo as funções de seu cargo, recebeu de cada aula, a turma que se achava adida ás mesmas. Esses alunos que eram completamente analfabétos, nesse espaço de tempo de frequencia ás aulas, ficaram mais ou menos iniciados, lendo a cartilha, contando até 1.000 e fazendo pequenas contas de se-mar.

VISITAS: - No decorrer deste sinestre, minha aula foi bastante visitada; tanto pelo Diretor do Patronato, como por varias pessoas extrg-nhas ao Estabelecimento. Na visita feita pelo Snr. Dr. Mesquita Bar-

Figura 27 – Relatório do professor Estevam Costa (parte 2). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

ros, Ajudante de Inspetor dos Patronatos Agrícolas, o qual assistiu grande parte dos trabalhos escolares nos dois turnos da aula, trouxe acentuado entusiasmo aos alunos e o mesmo se externando sobre os professores em seu relatório a Diretoria deste Patronato disse: - "Nada tenho a observar-vos com relação aos professores, o que me deram a melhor impressão".

DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS: - Os alunos, em sua totalidade, manifestaram grande desenvolvimento nos estudos e sincero desejo de aprender, cooperando assim, com o professor, na manutenção do bom nome do Patronato. Todo ensino foi feito do modo mais pratico possível, ao alcance do aluno; não sendo dispensadas as palestras uteis de moral, civismo e higiene; como também, recitativos, canções patrióticas e escolares. Foi feito acendrado esforço, nas lições de português, aritmética e Historia Natural. Exigi o mais possível leitura corrente, alta, bem intonada, acompanhada de varias classificações dos vocabulos, sinonimos das palavras e resumo do trecho. Como também exercicios escritos de ditado, redação, analise gramatical, problemas sobre numeros inteiros, manejando-se bem com as quatro operações fundamentais. O estudo de H. Natural, foi o mais intuitivo possível; especialmente no que diz respeito a Botanica, pois quando não se tinha o objeto á vista do aluno, era feito ante os mapas da fauna e flora brasileira, colocados na sala de aula. Sobre essa forma de ensino, consegui que todos os alunos entrassem em exame com boa média anual, fossem todos aprovados com elevado grau, alcançando todos notas superiores a 7. Dentre estes alunos, 9 deles, obtiveram distincção, os quaes receberam como premio 15 dias de férias, que irão passa-las com as respectivas familias.

CONDIÇÕES PEDAGÓGICAS DA AULA: - São devéras lastimaveis as condições pedagógicas da sala de aula. Em primeiro lugar, olhando-se para as suas dimensões, verá que é muito limitada para comportar as classes, acrescida ainda da circumstancia, de ser muito escura e quente, em virtude de haver somente duas janelas, por onde penetra resumida quantidade de ar e luz. Tenho notado algum vislumbre de cansaço nos alunos, motivado pelo calor, dado o motivo que acabo de citar. Pois, sen-

Figura 28 – Relatório do professor Estevam Costa (parte 3). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

do o ensino bastante variado, isto é; mudança constante de lições e exercícios, mudança de posição dos menores, os quaes são arguidos, óra de pé, óra sentados; óra rodeando a mesa do professor, óra este passeando entre as suas carteiras; e sendo sempre finalizado os trabalhos, com marchas e canticos escolares, só posso attribuir que, qual quer manifestação de enfado, seja oriunda da exiguidade de luz, ar e dimensão da sala de aula.

Quanto ao material didatico, esse tambem não satisfazia todas as exigencias pedagogicas, e era muito resumido. Encontrei somente as carteiras, que pedi a essa Diretoria para mandar fixa-las no assoalho, a mesa do professor, quadro negro, um armario e poucos mapas geograficos. Os livros de leitura, esses, eram de bons autores, porém, muito complexos para os alunos, dado o seu grau de adiantamento, visto constarem esses livros, mais, em grande parte, de noções scientificas; e sendo assim, ponderei a essa Diretoria, a adaptação de novos livros, que foi aceita pela mesma. Requisitei coleções de quadros de linguagem de arithmetica, de H. Natural, como tambem, novos mapas geograficos, cavalêtes, contador mecanico, globo terrestre, reguas, esquadros, compasso, mapas da fauna brasileira e enfim mais outros objetos, que julguei ser de utilidade proveitosa para o ensino.

Apesar da reforma que fiz na minha aula, ela deixa ainda muito a desejar, dado o que relatei atrás; entretanto, espero que a Diretoria deste Patronato, que sempre tem mostrado boa vontade ás minhas pretensões, no novo ano, envide novos esforços para que se possa ter um amplo salão escolar, debaixo de todos os requisitos pedagogicos.

EXAMES: - Fim do periodo escolar, tiveram lugar nos dias 10 e 16 de Dezembro, os exames dos meus alunos, os quaes, foram assistidos e fiscalizados pelo Diretor do Patronato. Presidiu a banca examinadora o Sr. José Otavio de Paiva - Economo-Almoxarife- e serviram de examinadores a professora Francisca Guimaraes eo professor das classes.

Observou-se o seguinte resultado: - CURSO DE ADAPTAÇÃO - Classe A: - Valdir Ferreira, João Pereira dos Santos, Oscar Ribeiro dos Santos, Valdemar Brás Kaden e Benjamin Pereira, educandos 141,33,144,146

Figura 29 – Relatório do professor Estevam Costa (parte 4). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

e 162, aprovados com DISTINÇÃO; Arnaldo Bragança e Alvaro Machado, educandos 62 e 122, aprovados com plenamente grau 9; Sebastião Esteves Bragança, educando 65, aprovado com plenamente grau 8.

CLASSE B: - Altair da Silva, Enéas da Silva Leite, Mario de Moraes e Florisval Moraes, educandos 61, 142, 173 e 182, aprovados com plenamente grau 9; Fernando Fernandes, Marieno Jesus Fernandes, João Farias e Casemiro Manoel Machado, educandos 130, 169, 175 e 179, aprovados com plenamente grau 8; Jeronino João dos Santos, Ivo Gomes e Francisco Peixoto, educandos 125, 175 e 156, aprovados com plenamente grau 7.

1º ANO: - Benedito José dos Santos, José Verissimo Nôra, Vitor Costa Pass e Antonio da Costa, educandos 85, 105, 151 e 164, aprovados com DISTINÇÃO; Jorge de Vasconcelos, educandos 157, plenamente grau 9; Joaquim Pereira, Italo Baldassari, Otacilio de Menezes e José Esteves Bragança, educandos 14, 22, 48 e 64, aprovados com plenamente grau 8; José Augusto dos Santos, educando 36, aprovado com plenamente grau 7.

INCONFIDENTES, 16 de Dezembro de 1931.

Estevam Francisco Costa
PROFESSOR

Figura 30 – Relatório do professor Estevam Costa (parte 5). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

O último relato é do auxiliar agrônomo José Augusto Rocha, responsável pela parte prática do ensino, revelando o lado da produção agrícola, a qual não nos interessa, e em seguida fala sobre o trabalho do campo, exposto nas figuras 31 à 33. Esse auxiliar agrônomo, que lecionava práticas para o 2º e 3º ano do curso primário, uma média de 10 à 14 aulas nos meses letivos para estes alunos. O programa de ensino por ele é apresentado dividido em duas vertentes, centralizado nas definições de elementos da agricultura e do solo na primeira parte, estrutura e definição de plantas na segunda. O artigo 22 do decreto 13.706, de 25 de julho de 1919, era a referência de conteúdo a ser trabalhado no local e analisando-o, em conjuntura com o documento exposto, vê-se que estavam bem próximos.

Art. 22. O ensino profissional versará sobre as seguintes noções:

1ª, estudos do solo, sua origem, composição, propriedades, classificação das terras, seus caracteres gerais, com aplicação aos terrenos comuns à região; terras próprias para agricultura, para horticultura, etc.;

2ª, meios de preparar e melhorar o solo; sistemas de lavança: drenagem e irrigação dos terrenos;

3ª, instrumentos agrários, em conjunto, nas peças que os constituem; trabalhos de montagem e manejo das máquinas agrícolas; conhecimento de ferramentas, instrumentos e utensílios; execução das lavouras, sua profundidade, forma, época e número;

4ª, escolha das sementes, suas preparação, épocas de semeadura, profundidade, quantidade de semente a empregar por unidade de superfície;

5ª, preparação e aproveitamento das matérias fertilizantes; estrumes vegetais e animais; adubos químicos e correctivos;

6ª, jardinocultura, horticultura, pomicultura e utilização dos respectivos productos;

7ª, insetos úteis e prejudiciais à agricultura; doenças que affectam as plantas cultivadas; meios de as prevenir e combater;

8ª, prados naturais e artificiais; pecuária, compreendendo as espécies zootécnicas mais apropriadas à região; higiene, criação e alimentação;

9ª, laticínios e outras indústrias animais;

10, apicultura e sericultura;

11, beneficiamento e embalagem dos productos da lavoura;

12, contabilidade agrícola; bases para a formação de sindicatos, cooperativas e outras associações úteis à lavoura. (BRASIL, 1919)

Neste momento, encerra-se o relatório anual de 1931 e inicia-se um relatório referente a janeiro de 1932. O relatório de 1931 mostrou, de forma completa, todos os

setores, representando o ensino, atendimento dos alunos e produção. O relato de 1932 se inicia com uma breve apresentação com o resumo das atividades, como visto na figura 15.

ENSINO AGRICOLA :

Cumprindo ao que determina o odicio nº 758 (circular nº 1), de 6 de março de 1931, foram por min dadas 93 aulas teorico-praticas de agricultura, aos educandos que frequentam os 2º e 3º anos, durante o exercicio e assim descriminadas:

Mês de abril	10	aulas
Mês de maio.....	10	"
Mês de junho.....	10	"
Mês de julho.....	14	"
Mês de agosto.....	13	"
Mês de setembro.....	10	"
Mês de outubro.....	10	"
Mês de novembro.....	11	"
Mês de dezembro.....	5	"
Soma.....	93	"

Essas aulas obedeceram a um programa que organizei em maio de 1930, que a então Diretoria do Serviço de Povoamento aprovou e mandou que adotasse provisoriamente, e, á medida que são ministradas recebem os alunos pontos escritos em facil linguagem, que copiados em cader-

Figura 31 – Parte de relatório do Auxiliar Agrônomo sobre ensino e trabalho no campo (parte 1). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Inconfidentes.

nos, servem para relembrar as explicações dadas.

O programa antes citado foi organizado de acordo com o artigo 22, do Decreto nº 13.706, de 25 de julho de 1919. Desse programa foram prestados ensinamentos referentes á primeira e á segunda partes, que abaixo transcrevo:

1a. Parte :

- 1) Agricultura - definição, divisão, vantagens da agricultura racional.
- 2) Agrologia: solo - definição, formação e origem do solo. Solos locais e de transporte. Camadas do solo. Diferença física entre o solo e o sub-solo.
- 3) Composição física do solo. Estudos elementares sobre a areia, a argila, a cal e o humus.
- 4) Propriedades físicas do solo: densidade - definição. Higroscopicidade - sua definição e seu valor.
- 5) Tenacidade - definição. Adesão - definição. Porosidade - definição, sua importancia e meios praticos de ser aumentada ou diminuída no solo.
- 6) Permeabilidade - solos permeaveis e solos impermeaveis. Capilaridade - definição, meios praticos de aumentar e diminuir a capilaridade do solo.
- 7) Embebição - definição. Classificação das terras.
- 8) Composição química do solo. Elementos quimicos principais.
- 9) Poder absorvente do solo. Lei do minimo, sua explicação.
- 10) Noções sobre analises da terra.

2a. Parte :

- 1) A planta : sua definição e sua classificação. Definição de Biologia e sua definição.
- 2) Botanica - definição e divisão.
- 3) Noções de célula. Elementos das células. Modalidades das células.
- 4) Morfologia da planta. Estudos da raiz - sistemas radiculares. Estrutura da raiz. Plantas cultivadas para o seu aproveitamento.
- 5) Caules Modalidade de caules. Caules aereos e caules subterraneos.
- 6) Estrutura dos caules. Plantas cultivadas para o seu aproveitamento.
- 7) Folha - partes da folha. Aspectos exteriores das folhas. Modificações das folhas. Duração das folhas. Plantas cultivadas para o seu aproveitamento.
- 8) Flor - definição, orgãos florais. Estudos particulares sobre cada um dos orgãos florais.
- 9) Inflorescencia. Seus sistemas.
- 10) Fruto - definição e classificação dos frutos. Frutescencia.

Figura 32 – Parte de relatório do Auxiliar Agrônomo sobre ensino e trabalho no campo (parte 2). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Inconfidentes.

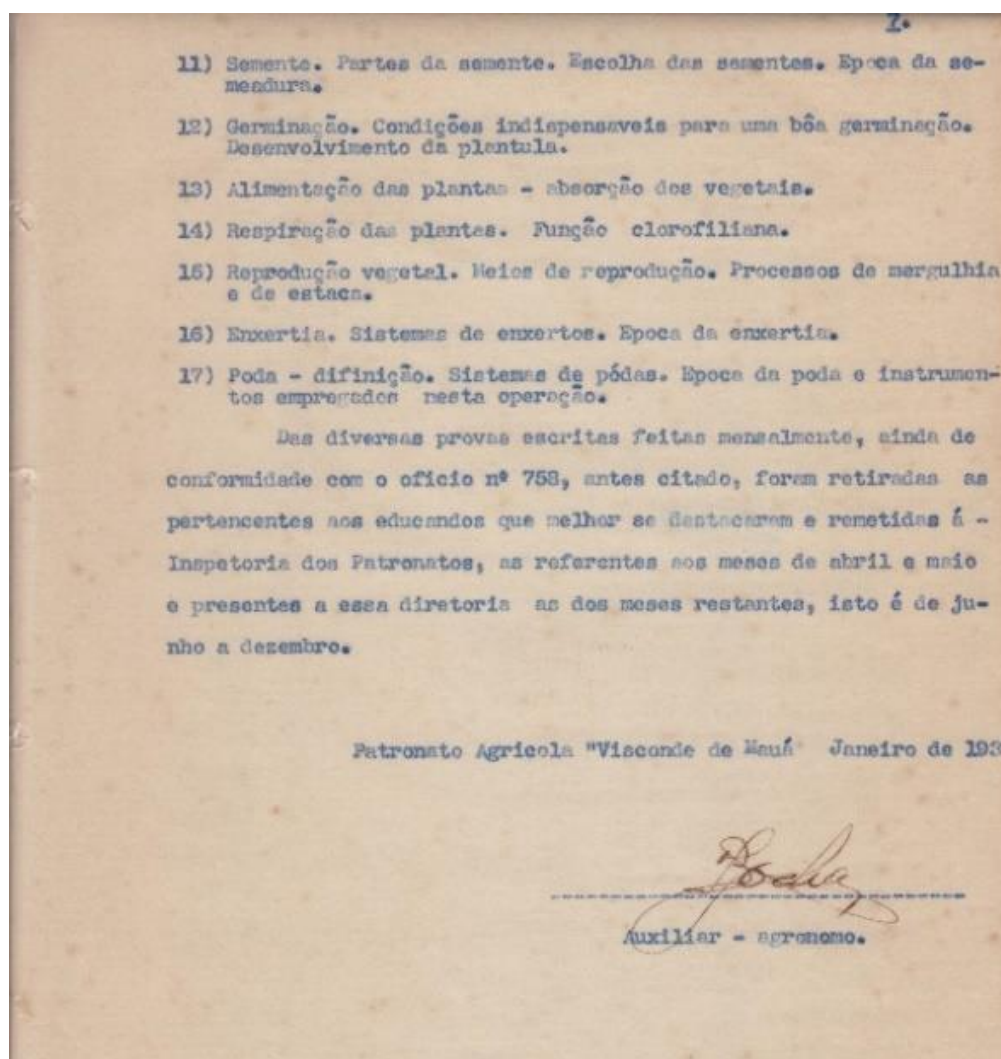


Figura 33 – Parte de relatório do Auxiliar Agrônomo sobre ensino e trabalho no campo (parte 3). 1931. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Na figura 34, a professora Dalila descreve a ementa trabalhada nas aulas de acordo com as classes e disciplinas. Pode-se destacar a Civildade ensinada, de maneira que eram menores marginalizados que necessitavam de um mínimo que fosse de civilização para serem reincorporados à sociedade. Isso é corroborado por Veiga (2009, p.4-5), posto que o período em questão é marcado pela “preparação das crianças do povo para a vida adulta. Este foi um momento em que se fez necessária a divulgação dos saberes elementares e da homogeneização de condutas no intuito de racionalizar comportamentos”. Vê-se que no 2º, 3º e 4º anos são revisados os mesmos conteúdos do primeiro ano, acrescidos apenas de Geografia, História Pátria, História Natural e Geografia. Nesse momento, finaliza-se o

relatório de janeiro de 1931 e seguem uma série de documentos aleatórios encontrados na década de 1930, ainda sobre o ensino.

Industria e Commercio

POVOAMENTO

"VISCONDE DE MAUÁ"

INAS GERAES

TE O MEZ DE *Janerio* DE 1932

2.ª Via

VISTO

4 - FEV. 1932

Dalila Sciva de Moura Serra

DIRETOR

	CLASSIA	OBSERVAÇÕES
9		<p><i>1.º Anno - 3.ª Classe - Seguindo o programma estabelecido, neste mez, tratou-se da primeira parte de cada materia, sendo ensinadas:</i></p> <p><i>De Portuguez: leitura com significados, palavras quanto ao numero de syllabas e accentuação.</i></p> <p><i>De Escripça: pequenos exercicios de dictado, copia e redacção.</i></p> <p><i>De Arithmetica: Recapitulação da materia da classe anterior e mais addicção.</i></p> <p><i>De Geographia: Noções preliminares dessa materia.</i></p> <p><i>O anno lectivo teve inicio a 20 do mez recém findo.</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Inconfidentes, 1.º de fevereiro de 1932.</i></p> <p style="text-align: right;"><i>Dalila Sciva de Moura Serra.</i></p>
10		<p><i>1.º Anno 1.ª Classe: Matérias ensinadas: Portuguez Britanico e novas praticas de hygiene, moral e civismo.</i></p> <p><i>Portuguez: leitura. Civismo: exercicios variados, copia dos trechos escritos no quadro negro e em realidade do proprio livro de leit. de vocabularios etc. De Hist. multiplicação até 1.000.000 soma</i></p> <p style="text-align: right;"><i>Francisca Guimarães</i></p>

Figura 34 – Ementa trabalhada em janeiro de 1932 pela professora Dalila. 1932. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes

O mapa, representado na figura 35, mostra que os alunos trabalhavam em dois turnos distintos, entretanto alguns têm uma maior quantidade de horas em um turno ou na totalidade que outros educandos. É perceptível que os alunos trabalhavam até 23 dias do mês em um turno apenas, ou seja, eles trabalhavam jornadas excessivas em muitos dias. O melhor exemplo disso é o educando número 193, que trabalhou 22 dias em cada turno, ou seja, trabalhou os dois turnos em uma grande quantidade de dias. Segundo Vicente (2010, p.81) “Os discursos da época preconizam uma educação prática e civilizatória aos pobres. Os alunos do Patronato deveriam aprender a parte prática do plantio, com o diferencial de saberem mais do que os agricultores sem instrução”, observado que também era uma forma de mudança comportamental.

Nº do educando.	Dias de serviço		Nº do educando.	Dias de serviço	
	1º turno	2º turno		1º turno	2º turno
1	17	7	64	9	7
2	12	9	65	1	0
3	12	12	66	11	0
4	1	4	67	0	0
5	2	10	68	0	0
6	1	0	69	9	12
8	1	0	70	1	6
9	0	0	71	16	15
10	10	8	72	10	12
11	15	11	73	13	15
12	1	1	74	3	0
13	9	18	75	5	16
14	17	12	76	0	0
15	12	10	77	9	15
16	2	0	78	8	11
17	3	2	79	19	18
18	23	19	80	0	0
19	0	0	81	13	10
20	4	5	82	6	8
21	15	13	83	8	1
22	0	0	84	1	4
23	0	0	85	0	1
24	2	2	86	7	12
25	15	18	87	20	15
26	3	1	88	3	17
27	10	3	89	7	2
28	17	13	90	13	11
29	1	2	91	0	0
30	0	4	92	13	13
31	20	9	93	13	10
32	16	17	94	5	8
33	1	2	95	13	17
34	9	5	96	6	2
35	22	18	97	11	14
36	1	0	98	11	12
37	3	3	99	0	0
38	3	16	100	20	14
39	3	2	101	21	12
40	0	2	102	0	0
41	10	6	103	6	6
42	13	13	104	0	0
43	5	1	105	0	0
44	18	17	106	23	16
45	0	0	107	11	11
46	7	9	108	13	8
47	15	14	109	10	0
48	6	6	110	0	4
49	22	19	111	1	0
50	2	15	112	3	1
51	7	7	113	15	10
52	5	3	114	1	2
53	11	5	115	7	2
54	5	7	116	11	9
55	2	1	117	19	20
56	14	14	118	23	21
57	20	14	119	10	11
58	0	0	120	18	18
59	0	0	121	1	0
60	3	2	122	2	2
61	0	0	123	11	9
62	1	2	124	12	13
63	12	16	125	0	1

CONTINUAÇÃO.					
nº do educando.	Dias de serviço		nº do educando.	Dias de serviço	
	1º turno	2º turno		1º turno	2º turno
126	4	5	159	2	2
127	17	14	160	5	6
128	23	19	161	10	12
129	20	15	162	17	16
130	0	5	163	14	12
131	7	11	164	0	0
132	8	6	165	23	20
133	14	19	166	12	7
134	0	0	167	5	8
135	2	1	168	0	0
136	4	1	169	12	10
137	14	16	170	7	12
138	20	16	171	2	2
139	0	0	172	19	18
140	12	16	173	12	7
141	20	18	174	20	17
142	9	10	175	12	9
143	14	5	176	22	21
144	0	0	180	12	13
145	1	0	181	23	16
146	0	0	182	9	4
147	0	1	183	21	14
148	4	3	184	0	0
149	0	0	185	10	11
150	0	0	186	8	11
151	0	0	187	14	7
152	16	12	188	17	14
153	1	0	189	2	1
154	15	13	190	21	15
155	16	16	191	17	15
156	2	0	192	15	11
158	11	10	193	22	22
			194	23	20
			195	19	16
			196	22	18
			197	5	11
			198	23	21
			199	2	1
			200	10	12
			220	18	4
			222	4	2

Patronato Agrícola "Visc. de Mauá, 4/4/1932.

por Augusto Rocha
Aux. agrônomo

VISTO
Carlos Tricoppe
DIRECTOR

Figura 35 – Mapa de horas trabalhadas pelos educandos de março de 1932. 1932. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

A Figura 36 demonstra, de certa forma, o moralismo pregado pela instituição. Dois educandos, identificados como nº 91 e nº 161 praticavam atos “imorais”, e o primeiro confessa que praticava com outro educando. O inspetor traz esta reclamação à tona com intuito de punição para os mesmos.

III^{mo} Sr. Dr. Diretor do Patronato
Agrícola "Visconde de Mauá"
Para ser pedida a deliberação dos senhores membros do
Patronato, ^{em 8-8-32} ^{sem.}
fiero ao vosso conhecimento, para as devidas providencias,
que o educando de n.º 91, achava-se em pratica de atos im-
morais, com o de n.º 161, durante o recreio da tarde, digo, após
o jantar.
Pouco o citado mencio em confissão, o mesmo me adentou
dizendo, que esta não é a primeira vez, dizendo tam-
bem que o de n.º 6 pratica a mesma ação para com elle.
Por isso trazo ao vosso conhecimento, visto ser V. S. o unico a
poder resolver tal falta. Em 8/8/32
Patronato A. V. Mauá
345 65
8/8/32
Saude e Gratunidade
José Ramos Ponceiro Filho
Dir.º de Alunos

Figura 36 - Reclamação por parte do inspetor de alunos por prática de atos imorais. 1932. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Nos próximos documentos, seguindo o contexto de repressão de alunos, temos relatórios de fugas de alunos, todos também do ano de 1932. O menor retratado na figura 37, de número 125, fugiu e se capturado era exigido seu desligamento, pois já era a sexta vez que fugia, ou seja, vê-se que o aluno estava insatisfeito de alguma forma com a vida dentro do internato.

Na figura 38, observa-se um outro caso de fuga, relatando que foram enviados ofícios para delegados dos municípios vizinhos. A ideia de regeneração se manteve em partes nos primeiros anos após a extinção da nomenclatura patronato, sendo que os alunos ingressavam como casos de polícia (NERY, 2010, p.214) e constantemente voltavam a ser posto que fugas eram comuns. Assim, existe uma diversidade de relatos de fugas muito similares a esses, revelando que essa situação se repetia constantemente.

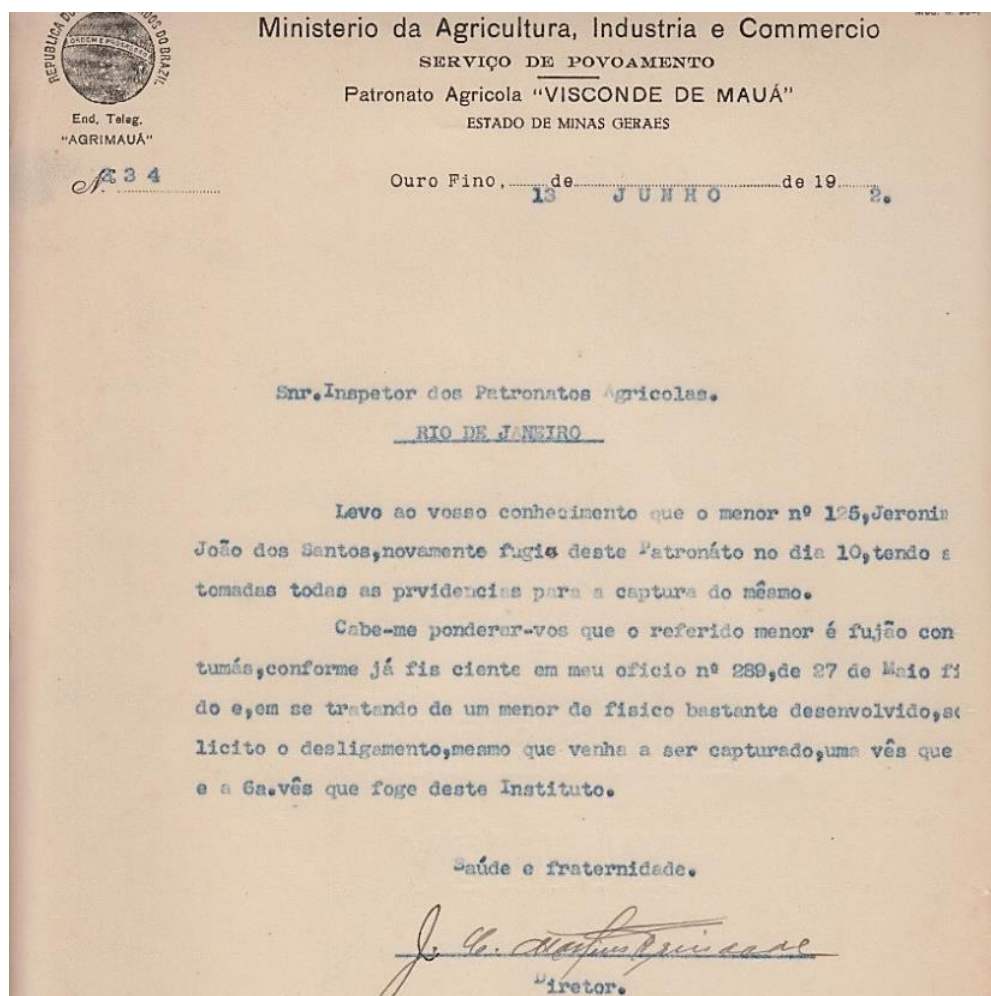


Figura 37 – Fuga de menor. 1932. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

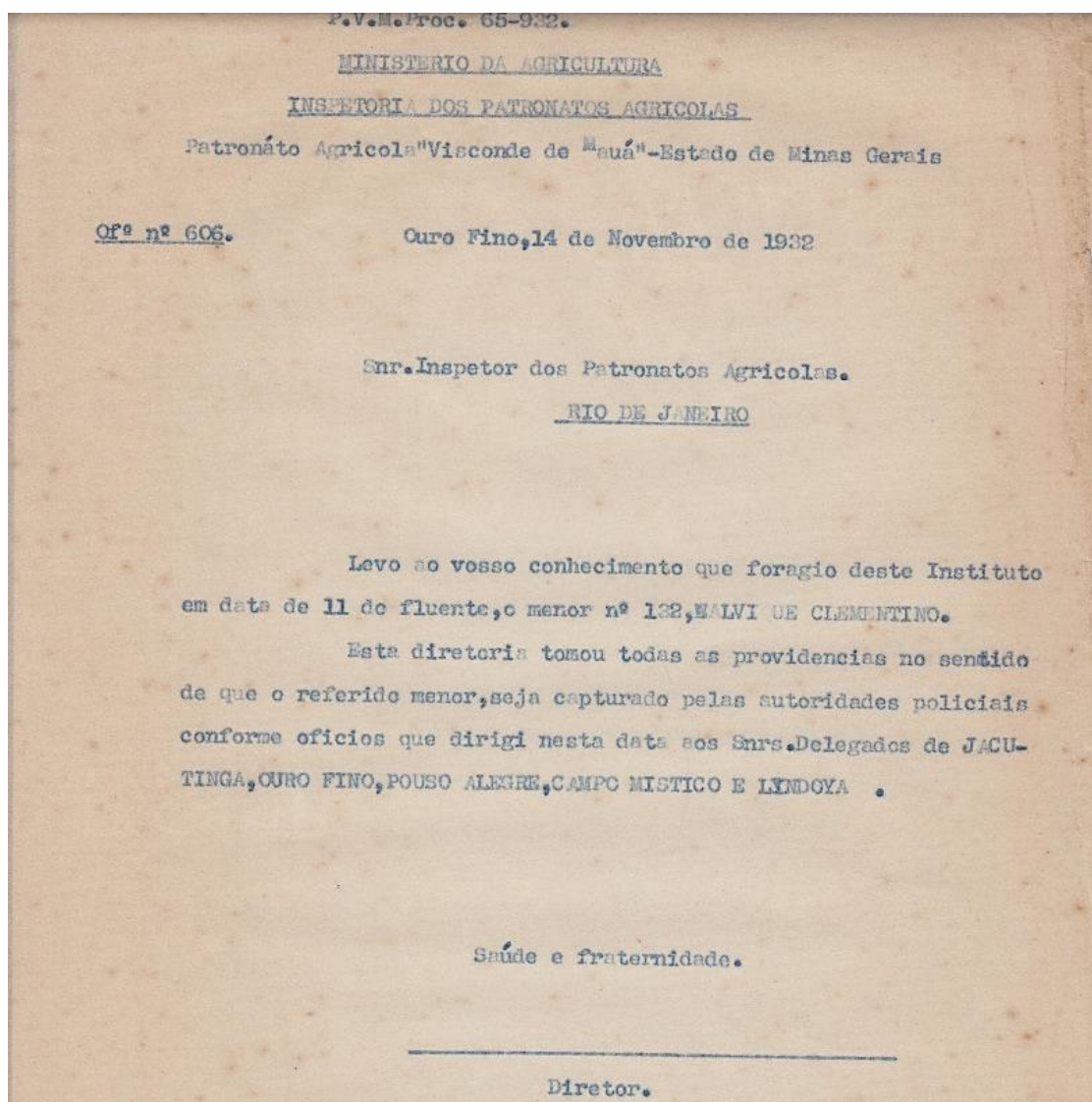


Figura 38 - Fuga de menor. 1932. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

A figura 39 revela parte do currículo dos alunos no Patronato, de acordo com a professora Dalila Paiva. O ensino era dividido em 4 anos e para o comportamento eram atribuídas notas, influenciando no seguimento dos educandos. De acordo com Boeira (2012, p.89) “o bom comportamento era analisado através de critérios como linguagem, participações em atividades, atitudes corporais, demonstrando também o contrário, ou seja, o que passou a ser considerado mau comportamento”. Percebe-se que as notas dos alunos se mantinham em um padrão, a maioria estando na média de 6 a 8 por ano, sendo que poucos estavam acima da média e alguns abaixo da média.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

SERVIÇO DE POVOAMENTO

Patronato Agrícola "Visconde de Mauá"

ESTADO DE MINAS GERAES

Sub-classe

ESCOLA PRIMARIA

Boletim de notas das sabbatinas e comportamento

Mez de *Fevereiro* de 19*32*

2.ª Via
1.ª - 3.ª classe

N.º dos educandos	NOTAS DAS SABBATINAS				Somma	Média	Comportamento	Observações
	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª				
4	8	6	7	7	28	7	8	
6	6	7	6	5	24	6	7	
7	7	7	8	6	28	7	7	Desligado, em 29 de Fevereiro de 1932
11	7	5	6	6	24	6	6	Neste mês tinham em matrícula
12	7	9	8	8	32	8	9	aula matriculados 3 alunos de
19	6	6	5	7	24	6	9	que. Foi desligado o de n.º 7. Do
35	2	3	4	3	12	3	6	matrícula e se acham ausente do estabelecimento os de n.º 146 e 168, respectivamente. Com a recente chegada de novos educandos foram transferidos desta classe para a do prof. e foram
37	8	4	3	5	20	5	5	desta classe para a do prof. e foram
61	4	6	5	5	20	5	10	desta classe para a do prof. e foram
68	3	4	3	2	12	3	8	desta classe para a do prof. e foram
119	4	5	3	4	16	4	9	desta classe para a do prof. e foram
123	3	3	2	4	12	3	6	desta classe para a do prof. e foram
125	2	0	1	1	3	1	7	desta classe para a do prof. e foram
129	6	5	7	6	24	6	10	desta classe para a do prof. e foram
134	8	9	10	9	36	9	10	desta classe para a do prof. e foram
139	6	4	5	5	20	5	7	desta classe para a do prof. e foram
140	4	7	7	6	24	6	6	desta classe para a do prof. e foram
158	5	6	4	5	20	5	9	desta classe para a do prof. e foram
193	4	2	4	2	12	3	7	desta classe para a do prof. e foram
de 4								desta classe para a do prof. e foram

Figura 39 – Boletim de alunos. 1932. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

A imagem 40 é um recorte de um longo documento que retrata a filiação, idade média, origem e etnia dos educandos presentes no Patronato “Visconde de Mauá”. Nota-se, primeiramente, a grande quantidade de alunos órfãos ou sem um dos pais – geralmente há ausência do pai - o que comprova a situação de abandono dos mesmos. Outro fator é a maior quantidade de negros e pardos, o que é esperado, de maneira que “quando claramente a sociedade entra em transformação, como no caso do nosso estudo, no pós-abolição, surgem outras necessidades em questão. Os sistemas educacionais refletem as condições sociais, econômicas e políticas da sociedade” (VICENTE E AMARAL, 2010, p. 125). Podemos destacar a faixa de idade dos alunos, entre 10 e 15 anos, sendo que a maioria era constituída pelos mais jovens.

A partir do ano de 1933, o rememoro passa por uma lacuna, posto que os documentos acerca da parte pedagógica da instituição começam a se tornar escassos. Grande parte do acervo foi perdido ao longo dos anos, o que é uma negação sobre a história do local e das pessoas pertencentes a ele. “É perceptível a necessidade da preservação da documentação armazenada nos arquivos, uma vez que os documentos públicos podem e devem ser acessíveis à sociedade” (MERLO E KONRAD, 2015, p.30) para uma diversidade de finalidades. Faz -se importante, nesse momento, destacar que, a partir do ano de 1934, o Patronato Agrícola “Visconde de Mauá” passa a se denominar Aprendizado de Minas Gerais.

NOMES	FILIAÇÃO	Idade	Côr	PROCEDENCIA
Benjamin Pereira	Ignorada	12	branca	(Internado em 2/8/330) A internação foi solicitada pelo J. de Moraes de D. Federal por ofº 3457, de 30/8 930, em virtude da ofº 4.190 de 31/7/330.
Mariano Jesus Fernandes	Ignorada	11	branca	Idem, idem
Pirulino Vicente	Ignorada	10	parda	Idem, idem.
Walther	Ignorada	10	branca	Idem, idem.
Orlando Porfirio de Jesus	Ignorada	10	parda	Idem, idem.
Merio de Moraes	Ignorada	10	parda	Idem, idem.
Waldemar da Silva	Ignorada	10	preta	Idem, idem.
João Paria	Ignorada	11	preta	Idem, idem.
João de Castro	Ignorada	10	parda	Idem, idem.
Orlando Timoteo	Ignorada	11	preta	Idem, idem.
Juvenal Vencesláu	Ignorada	10	preta	Idem, idem.
Casemiro Machado	Ignorada	13	branca	Idem, idem.
Antonio Alves Ferreira	Ignorada	10	branca	Idem, idem.
Mario Ferreira dos Santos	Ignorada	12	parda	Idem, idem.
Florisval de Moraes	Florentino Pereira de Moraes e Nazareth C tinhe de Moraes	11	parda	Idem, idem.
Luiz dos Santos	Acacio Silverio dos Santos e Maria Ema de Santos	10	preta	Idem, idem.
João Mattos de Oliveira	João Mattos de Oliveira	13	preta	Idem, idem.
Sylvio Alves Nunes	Ignorada	10	branca	Idem, idem.
Eduardo Sebastião	Ignorada	10	preta	Idem, idem.
Oswaldo Cardozo	Ignorada	12	preta	Idem, idem.
George Bomfim da Silva	Pae-ignorado-mãe Olinda de Oliveira	10	branca	Idem, idem.
Orlando Arnanide	Ignorada	10	branca	Idem, idem.
Meneel Oliveira	Ignorada	10	morena	Idem, idem.
José Francisco da Silva	Ignorada	10	parda	Idem, idem.
Walter Parente da Silva	Euridice da Silva (pae ignorado)	10	preta	Idem, idem.
Claudioner dos Passos	Dalila dos Passos	10	parda	Idem, idem.
João Ribeiro	José Augusto e Maria Augusta Ribeiro	11	preta	Idem, idem.
Denille Magalhães	Ignorada	10	branca	Idem, idem.

Figura 40 - Parte do mapa de origem e caracterização dos alunos. 1932. - Acervo IFULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Em resposta ao ofício número 177, questiona-se no documento exposto na figura 41 o motivo da fachada da instituição continuar com o nome de Patronato Agrícola nas fotos de comemorações, em pleno ano de 1935. Isso pode ser tomado como um símbolo de que o ideal da instituição não mudou com a mudança de nomenclatura.

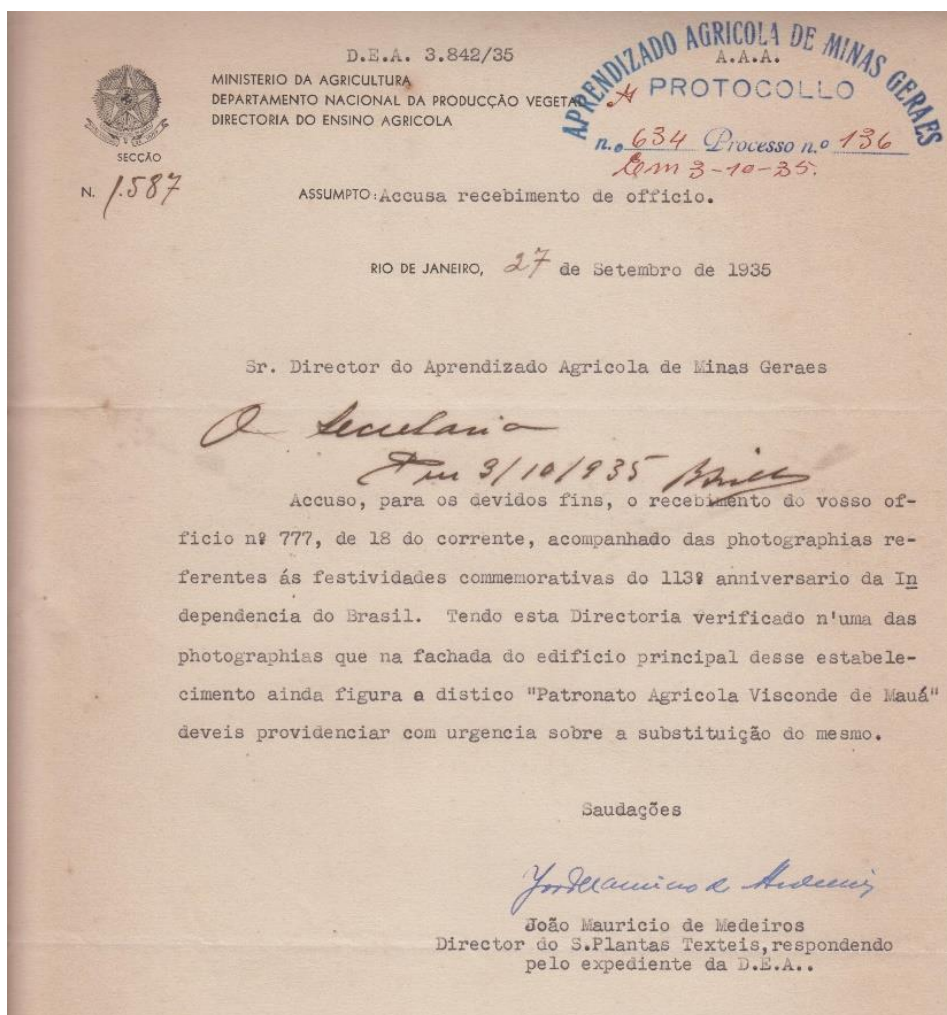


Figura 41 – Ofício questionando fachada do prédio principal do Aprendizado Agrícola. 1935. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Na figura 43, o professor, autor do ofício, inicia o seu relato tratando do excesso de trabalho que iria receber com a abertura de novas disciplinas, que seriam necessárias para o melhor desenvolvimento dos alunos. Segundo ele, os alunos não estavam preparados para o programa, pois possuíam pouco entendimento sobre as matérias básicas, isso corrobora um pouco com o que foi visto em anos anteriores sobre os alunos: o ensino do local não estava centrado no aprendizado do aluno, mas sim no trabalho. A instituição não estava preparada para atender estes alunos, tendo em vista a superlotação, a falta de materiais e a falta de profissionais.

APRENDIZADO AGRICOLA DE MINAS GERAES
PROTOCOLLO
de 1935-549 Processo n.º
Em 8-8-35

Illmo. Sr. Dr. Director do Appendizado Agricola de Minas Geraes

Manda-se copia a Directoria do EA
Em 8/8/35 N.º 1111

Dou em meu poder vosso officio n.º 646, em que me comunica ter eu que lecionar "Machinas agricolas" e "Agricultura geral", aos alumnos do Curso Profissional.

Promptamente farei o determinado. Já até, iniciei as aulas das referidas materias.

Entretanto, tomo a liberdade para fazer algumas considerações: A minha Secção exige, de mim, o maximo de tempo, de esforço e de attenção. Nella está tudo por fazer. Sob o ponto de vista agricola ou cultural, nada ha realizado, ainda. O que fiz ou consegui, até agora, nada vale comparado com o que se pode fazer, com o que é preciso fazer.

Tenho para o corrente semestre aulas de Horticultura, sylvicultura e Jardinagem. Vem-me agora mais duas materias.

Determinaram-me creasse e organizasse o serviço de seleção e colheita de sementes, para plantio. Neste momento ainda manda V. S. me sciencificar ter de iniciar, breve, uma secção de apicultura.

Conquanto esteja disposto a dedicar o melhor de meus esforços em beneficio deste Estabelecimento, acho que este augmento de trabalho (trabalhos diferentes e em diferentes logares executados) traz um grande prejuizo á sua qualidade, á sua eficiencia.

Outra: - os alumnos do Curso Profissional não estão, absolutamente, preparados para comprehenderem o nosso programma.

Desconhecem questões elementarissimas de arithmetica, portuguez, geographia, cosmogonia, etc, deo curso primario.

Intelligencias ainda adormecidas, faltam-lhes o habito ao estudo, ao raciocinio.

Procurando patentear de uma maneira mais clara o seu grau de adiantamento, fil-os passar por uma prova escripta, em fins do mez passado. Vendo-as, vos aquilatareis suficientemente do que afirmo.

São attestados desoladores.

Pretender metter naquellas cabeças a materia do nosso programma, agora neste semestre, é, a meu ver, martyrizal-as, sem proveito algum.

Penso ser mais conveniente, sr. Director, fazer estes alumnos recapitularem, no presente semestre, toda a materia do seu curso primario, nos pontos em que falham, em que se mostram fracos, sob as vistas de um professor designado por V. S. Concomitantemente, fariam os trabalhos praticos de campo, uteis e necessarios á sua futura profissão.

Creio ser a unica maneira conveniente para um professor salvar sua dignidade profissional, e do Estabelecimento, ainda em organização, iniciar sua vida dando á sociedade discipulos que não o desacreditem nem o envergonhem.

Com grande estima e elevado apreço subscrevo-me

De V. S.

Amo. Cro. Obro. e Admor.

Octavio R. Cunha

Octavio R. Cunha
Chefe de Culturas.

Figura 42 – Officio com considerações do chefe de culturas. 1935. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Dias pátrios, como se vê na figura 27, eram sempre comemorados, lembrando-nos do ideal de civilização do Brasil. A fim de manter a diretoria do ensino agrícola informada sobre as atividades se faz este ofício, mostrando que a festividade se centralizou no esporte e em uma cerimônia patriótica, com hinos e música.

Segundo Guimarães (2010, p 185), “Os alunos dos diversos patronatos contribuíram para o brilhantismo de 15 de novembro, sendo que o Patronato Visconde de Mauá se salientou bastante...” em relação à comemoração à proclamação da república no ano de 1925. Este dado mostra que os alunos foram muito bem treinados tanto para as marchas como para o hasteamento da bandeira e canto do hino, ou seja, o importante aqui é que eles tiveram disciplina, não importando o sentido do evento para eles.

Nessa perspectiva, vemos uma ampla utilização do militarismo como princípio educativo e disciplinar. No momento histórico, havia uma notória valorização de escolas que adotavam o regime militar, pois, para os comandantes do país na época, desenvolvia habilidades que favoreciam o ensino.

Percebe-se claramente, no Brasil e em Portugal, a penetração do pensamento e de práticas militares nos sistemas escolares ao longo da primeira metade do século XX. No caso brasileiro essa penetração é mais evidente ou concreta a partir de 1908, quando uma Lei tornou obrigatória a instrução militar para os alunos maiores de 16 anos nas escolas secundárias. Também em Portugal essa penetração ocorre na primeira década do século XX (NASCIMENTO, 2008, p.1).

Tudo ocorreu, como exposto no trecho, durante o século XX, desde seu início, mostrando que surgiu junto a ideia de criação do ensino agrícola como visto no Núcleo Colonial de Inconfidentes. De acordo com Vicente, no caso “Visconde da Graça” “os alunos deveriam ser devotos à Pátria, aprendendo noções de História e Geografia, com destaque para *grandes heróis* e datas importantes à República. As datas festivas e eventos comemorativos como desfile dos alunos eram parte das práticas educativas e buscavam atender a esses objetivos” (VICENTE, 2010, p. 95), sendo bem similar ao exposto na figura 27.

777
Comunica haver comemorado solemnemente a
a data da Independencia.

18 Setembro 1935.

Sr. Director do Ensino Agricola.

Tenho a satisfação de comunicar-vos que, o 113º anniversario da Independencia do Brasil, foi solemnemente comemorado neste Educandario.

Para organização dos festejos, foi previamente designada uma comissão composta dos Srs. professores Estevam Francisco Costa, Plinio Alvarenga e Alexandre Pinto Costa, incumbidos das partes oratoria e litteraria, e do Bedél Carlos Magno Moreira, da parte esportiva.

A parte musical foi confiada ao auxiliar de escripta, Sr. Braz Farago, ex-mestre de musica do extinto Patronato, que, com elementos da antiga banda dos educandos organizou um conjunto especialmente para esse fim, tendo o mesmo executado, então, diversos dobrados e hymnos patrioticos.

As 8 horas, foi por mim hasteado o Pavilhão Nacional. A essa cerimonia compareceram, além dos funcionarios e suas exmas. familias e dos educandos deste Estabelecimento, os alumnos da Escola de Instrução Militar de Ouro Fino, assim como grande numero de cavalheiros e senhorinhas desta localidade.

Após o Hymno Nacional, falaram sobre o memoravel acontecimento os professores Plinio Alvarenga e Alexandre Pinto Costa, e sargento Bittencourt, Instructor da referida Escola. Os alumnos de numeros 7, 51, 59, 84 e 125, respectivamente Gilmario Mourão Teixeira, Humberto Silva, Luiz da Rocha Machado, Paulo Gonçalves de Oliveira e Edmilson Mattos, disseram vercos alluzivos á data. A seguir, executaram os educandos diversos numeros de gymnastica, sendo encerrada a primeira parte do programma com o Hymno da Independencia.

As 15 horas, no campo de futebol deste Aprendizado, teve lugar a segunda parte do programma das festividades.

As provas, em numero de dez, constituidas de interessantes corridas e saltos, foram assistidas por numerosas pessoas.

As 16½ horas, teve inicio uma partida de futebol entre os quadros de Ouro Fino e deste Instituto, tendo cabido a este a victoria da peléja.

Como vêdes, esta Directoria envidou todos os esforços ao seu alcance, para comemorar condignamente a maior data da historia patria.

Aproveitando o ensejo, inclúo vos remetto seis photographias tiradas pelo professor Estevam Francisco Costa, por occasião dos referidos festejos.

Saúde e fraternidade

(Ass) RAMIRO S. DE BRITTO
-Director-

Figura 44 – Descrição de dia pátrio. 1935. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Ainda que o Patronato Agrícola tenha se transformado em Aprendizado Agrícola, podemos observar na figura 45, que representa as internações dos menores do ano de 1937, revelando informações de idade, a qual se mantém na média de relatórios anteriores, entre 10 e 15 anos, porém, na sua maioria eram na faixa dos 11 anos, diferentemente do ano de 1932, vide figura 24, na qual a faixa etária era de 10 anos. A informação de procedência mostra que uma parte dos estudantes eram originados do D.E.A. – departamento de engenharia agrícola -, ou seja, eram internações ainda forçadas pelos órgãos superiores ao Aprendizado.

ordem:	NOME de MENOR:	IDADE:	Nº da MATRÍC.	DATA da MATRÍC.	PROCEDENCIA:	Nº e DATA DO DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES:
1 ✓	Euclides Reis	11 anos	7	11-1-37-	José Antonio Crédito	Reqº 521 - de 2-1-37-	
2	Divino José Belizario	11 "	25	18-1-37-	Vicentina M.Theodora	Reqº - de 16-1-37-	
3	Sebastião Pereira de Sousa	10 "	26	30-1-37-	Pedro R.de Sousa	Reqº - de 28-1-37-	
4	José Aparecido de Moraes	11 "	21	30-1-37-	José A.de Moraes	Reqº - de 28-1-37-	
5	Antônio Scheffer	13 "	33	30-1-37-	Pedro Scheffer	Reqº - de 30-1-37-	
6	Amador L.Monteiro	10 "	41	30-1-37-	Laura L.Monteiro	Reqº - de 30-1-37-	
7	Pedro Diege	10 "	31	30-1-37-	Antônio Diege	Reqº - de 29-1-37-	
8	José Garcia Guidi	13 "	36	30-1-37-	José Garcia Martinez	Reqº - de 30-1-37-	
9	José Claudio Guimarães	11 "	46	20-2-37-	Maria de C.Guimarães	Reqº - de 30-1-37-	?
10	<i>Francisco de Paula Lourenço</i>	<i>10 "</i>	<i>81</i>	<i>15-3-37-</i>	<i>Presidência do Patronato</i>	<i>Reqº - de 27-2-37-</i>	<i>Relatº de 23-2-37 D.E.A.</i>
11							
12	José Policarpo Ferreira	14 "	64	24.1.37	D. E. A.	Off. 317- de 22-2-37-	
13	Arne da Silva	15 "	72	" "	" "	" "	
14	Ernani dos Santos	12 "	55	" "	" "	" "	
15	José Ribeiro da Silva	11 "	13	" "	" "	" "	
16	Elizete da Oliveira de P.Traves.	11 "	58	" "	" "	" "	
17	Elze de Oliveira de P.Traves.	11 "	57	" "	" "	" "	
18	Francisco Ribeiro	11 "	59	" "	" "	" "	
19	Sebastião Fernandes	11 "	50	" "	" "	" "	
20	Eustáquio Fernandes	13 "	51	" "	" "	" "	
21	Maria Evangelista da Cruz	14 "	66	" "	" "	" "	
22	Nelson Gomes da Silva	12 "	78	" "	" "	" "	
23	Jorge Gomes da Silva	11 "	77	" "	" "	" "	
24 ✓	Dalmeida Viana	12 "	56	" "	" "	" "	
25	Laurival Alves de Oliveira	13 "	68	" "	" "	" "	
26	José de Almeida Ribeiro	12 "	52	" "	" "	" "	
27	Edison de Andrade	"	65	" "	" "	" "	Não tem INDICADOR.
28	Ary Gomes	"	60	" "	" "	" "	" "
29	Waldyr Nunes de Medeiros	"	63	" "	" "	" "	" "

Figura 45 - Mapa de matrícula de alunos. 1937. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Na figura 46, vê-se que, ao contrário do pensamento do Patronato, no Aprendizado os pais solicitavam a internação dos educandos. Havia uma grande demanda da região, posto que o internato era um regime bem visto na época (CONCEIÇÃO, 2013) e a população local muito se dedicava à agricultura.

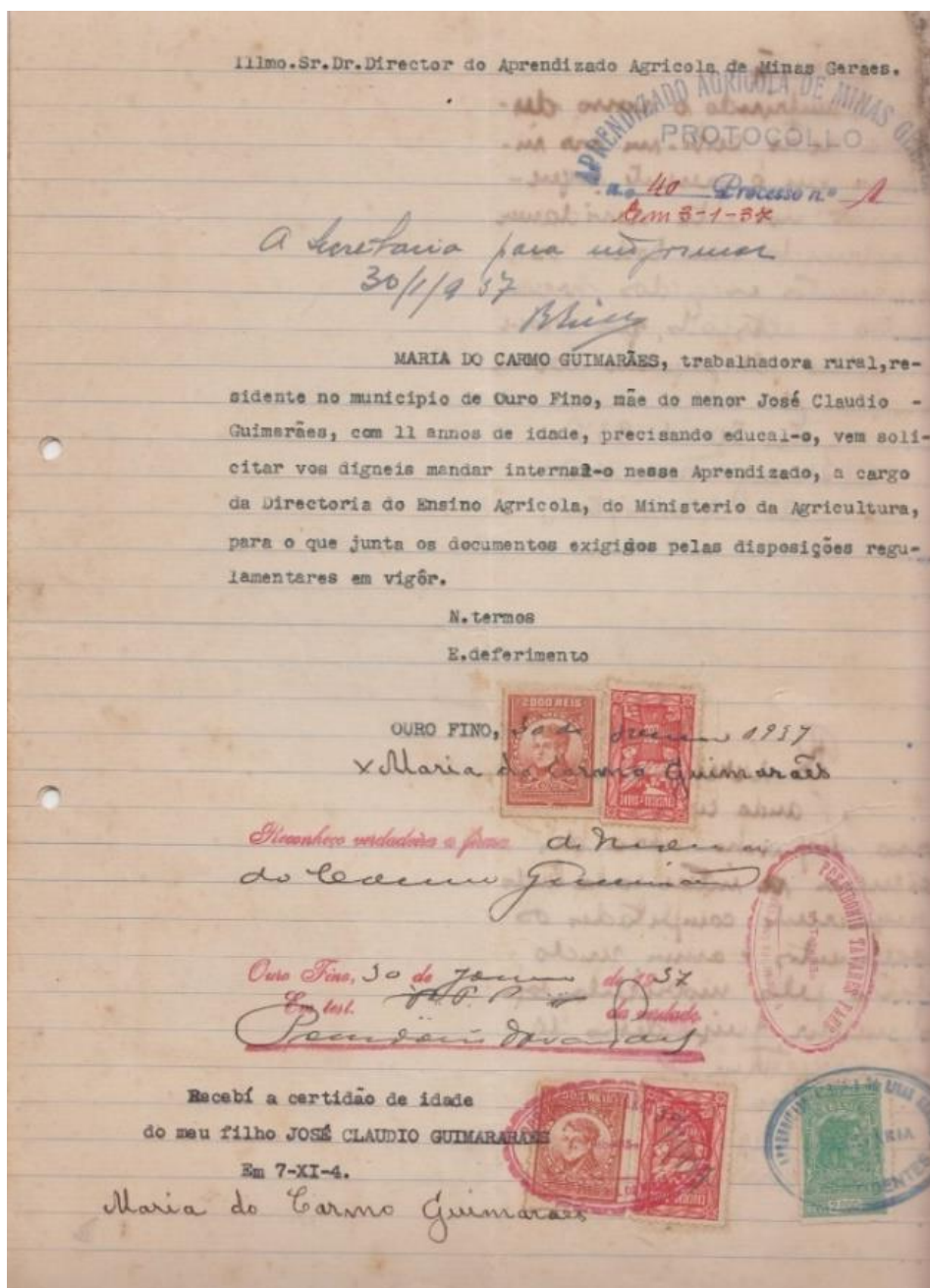


Figura 46 - Pedido de matrícula. 1937. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes

Nas figuras 47 e 48, vê-se o emprego de provas orais para os educandos, mostrando que houve, em parte, uma quebra da metodologia tradicional, visto que ainda eram cobrados conceitos, lembrando do método intuitivo prioritariamente empregado, como já visto neste trabalho. A avaliação em questão trata dos conceitos agrícolas, o que demanda um

método diferenciado das avaliações das matérias do ensino básico. Percebe-se que as provas de diferentes disciplinas eram colocadas no mesmo dia, o que poderia atrapalhar o desempenho do aluno.

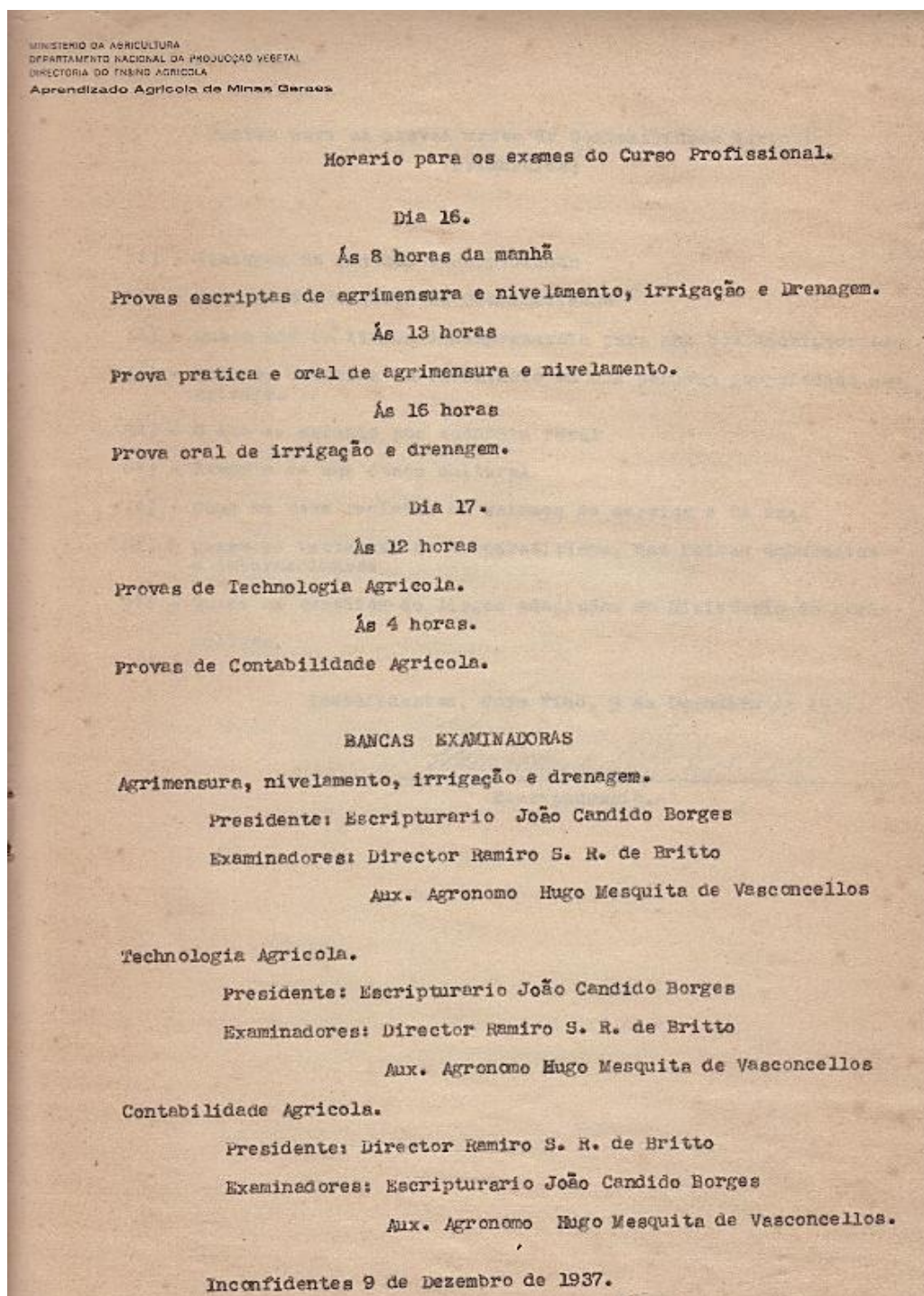


Figura 47 – Pontos para exames do curso profissional (parte 1). 1937. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

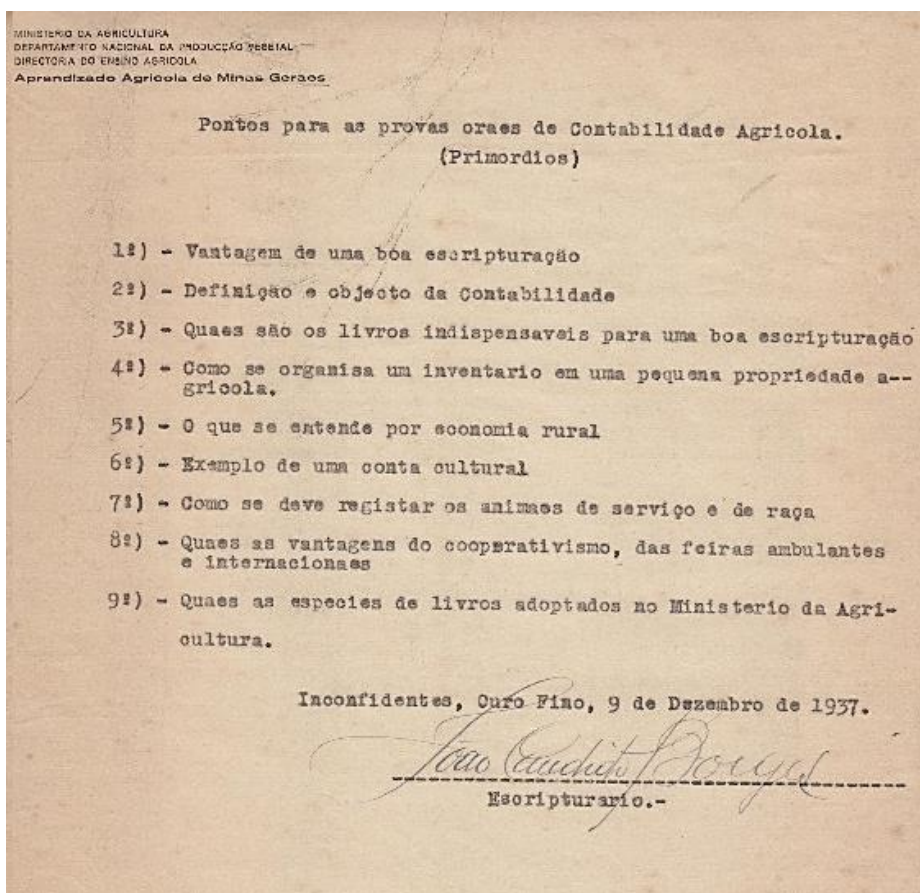


Figura 48 – Pontos para exames do curso profissional (parte 2). 1937. Acervo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Infelizmente, neste conjunto de documentos, não foram encontradas informação que seguissem a década de 1930, até o ano de 1939, tendo em vista o setor pedagógico da instituição. No ano de 1939, o Aprendizado Agrícola de Minas Gerais se torna Aprendizado Agrícola “Visconde de Mauá”,, porém nada nos retoma à esta mudança de nomenclatura. Vê-se a grande lacuna criada pela falta de interesse na preservação de nossa história, dessa maneira não se encontraram maiores informações sobre o período.

Logo, faz-se a caracterização do ensino técnico agrícola na década de 1930 na instituição em questão. Nota-se que as alterações de nomenclatura não impulsionaram grandes mudanças no ensino; o que mais foi alterado foi o público, que passou a ser também constituído pelos filhos de trabalhadores da região. Essas mudanças também não alteraram a

falta de recursos e a superlotação do local, logo, o ensino foi durante toda década precário, no sentido de falta de materiais e profissionais para atender os alunos em sua totalidade.

Os professores, ao buscarem um ensino de qualidade para os alunos, passaram por diversas dificuldades, desde o excesso de trabalho até a lida com alunos analfabetos. A fuga dos alunos era constante, mostrando que não era de desejo de grande parte estar no local, o que pode ser resultado de questões inerentes à instituição ou não. Vê-se que a instituição passou pelos mesmos problemas que outras que possuíam o mesmo âmbito, como a já citada falta de investimentos.

O caráter regenerador do ensino é visto quando aplicadas as regras e princípios morais no ensino, dias pátrios e rotina dos educandos. A disciplina e a ordem eram muito prezadas no estabelecimento, o que gerou documentos regendo a educação no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Patronatos Agrícolas surgiram como uma solução para a minoridade marginalizada das grandes cidades, disponibilizando ensino agrícola em regime de internato aos meninos órfãos e infratores no início do século XX. Neste período, os Aprendizados Agrícolas ofereciam formação agrícola para os meninos filhos de trabalhadores do campo em sua respectiva região. No caso deste trabalho, o Patronato Agrícola “Visconde de Mauá” torna-se Aprendizado Agrícola de Minas Gerais no ano de 1934 e em seguida, no ano de 1939, torna-se Aprendizado Agrícola “Visconde de Mauá”.

Comandado pelo Ministério da Agricultura e Comércio, durante a década de 1930, a instituição passou por diversos problemas em relação a recursos disponibilizados e aos alunos infratores. A partir da análise de uma série de documentos pedagógicos, caracteriza-se esse momento histórico dentro do local, o qual é o atual IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes.

Nota-se que, a partir desse ideal de ensino técnico, muito se prioriza a prática do ensino, tanto que os alunos obedeciam a uma jornada de trabalho diária em turnos alternados com aulas. Estas aulas seguiam uma linha bastante tradicional, totalmente expositivas, com baixa participação do aluno, seguindo o método intuitivo.

Havia uma constante falta de recursos financeiros, que tornaram as instalações do estabelecimento precárias, principalmente as salas de aula, que eram pequenas e escuras. Isso também é visto na execução do ensino, posto que faltavam materiais didáticos e as salas eram superlotadas, com muitos educandos analfabetos. Alguns professores relatam até mesmo uma sobrecarga de trabalho, tanto deles quanto dos meninos, exigindo mais profissionais e investimentos.

Viu-se que o internato vivia superlotado, como outros na mesma década, recebendo menores infratores além de sua capacidade. A falta de estrutura e o tratamento para com os meninos, além do distanciamento das cidades de origem, tornavam a fuga dos mesmos muito comum, tornando-os constantes casos policiais. Percebe-se que os mesmos eram originários da capital federal e eram pardos/ negros em sua maioria, mostrando que houve uma recente abolição da escravatura e uma crescente migração desse contingente de pessoas para os centros urbanos.

Notam-se os ideais higienistas, patrióticos e militaristas nas práticas educativas, dias festivos e regulamentos da instituição. As proibições eram das mais diversas, que mostravam um sistema exigente, no qual a disciplina estava acima do bem-estar e ensino dos meninos, de forma que os mesmos se regenerassem.

Daí, pode-se entender, então, que o ensino tinha um caráter regenerador, visto que era baseado na moral e disciplina, com uma diversidade de regras. Também pode-se fazer um paralelo com a situação de outras instituições do mesmo tipo, que sofriam uma escassez de recursos, o que afetava diretamente o ensino, resultando na falta de material didático e excesso de trabalho dos funcionários. Por fim, percebe-se que a estrutura do ensino estava muito atrelada à prática, fazendo com que os alunos trabalhassem todos os dias. Infelizmente, no que se tratava do ensino das matérias básicas (português e matemática), percebia-se uma defasagem dos alunos, sendo que muitos eram semianalfabetos, dificultando o seguimento no curso e resultando em diversas reprovações.

Logo, pôde-se traçar parte do contexto educativo no local na década de 1930. Revelou-se, neste trabalho, uma série de características do público que frequentava o local, assim como as regras que os “disciplinavam”, de maneira que se mostra a importância dos princípios morais deste tipo de educação. São perceptíveis algumas características do ensino, como conteúdos trabalhados e como eles se relacionavam com a jornada de trabalho diária dos alunos. Nota-se que a diversidade de documentos foi grande, desde relatórios, passando por boletins até chegar a ofícios de fuga e horas trabalhadas. Em contrapartida, a quantidade e anos abrangidos foram pequenos, já que, ao final da década, havia uma pequena concentração de informação. Nesse sentido, os objetivos propostos foram alcançados, pois, apesar de se ter retratado o cenário da década de 1930, vivência dos alunos e visão da instituição com os documentos que havia, houve uma lacuna, principalmente no final da década, o que nos impediu de saber se a situação do aluno continuou a mesma ou mudou com as trocas de nomenclaturas.

O desenvolvimento deste trabalho foi de grande importância para meu crescimento pessoal, pois me fez olhar para os alunos, em um contexto geral, de forma mais compreensiva, pensando em suas trajetórias de vida.

Propõe-se, para futuras pesquisas, a análise de outras décadas, além da obtenção de uma visão mais detalhada sobre os anos de 1930-1939, analisando outros tipos de documentos, ligados a setores administrativos e financeiros. O IFSULDEMINAS – Campus

Inconfidentes possui uma vasta história que deve ser estudada para compreensão do ensino técnico brasileiro.

REFERÊNCIAS

BOEIRA, Daniel Alves. **Uma “solução” para a minoridade na primeira república**: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/sc (1918-1930). Dissertação de Mestrado em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. 2012. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/482/daniel_alves_boeira.pdf> Acesso em: 4 ago 2017.

CÂMARA, Sônia. **“Sob a defesa da república”**: A produção da infância pobre nos debates jurídico-educacionais no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910-1920. Anais. III Congresso Brasileiro de História da Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba. 2004. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/239.pdf>> Acesso em: 8 jun 2017

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação Integral: Uma nova identidade para a escola brasileira? **Revista Educação e Sociedade**. Vol. 23. N.81. Campinas-SP. 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: Evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**. vol 16. Nº 002. Pag. 221-236. Universidade do Minho. Braga, Portugal. 2003. Disponível em: <http://200.17.83.38/portal/upload/com_arquivo/1350495029.pdf> Acesso em: 27 fev 2016.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: Gênero e disputas na formação dos trabalhistas**. Editora Lamparina. 456 páginas. Rio de Janeiro. 2009.

CIMINO, Marli de Souza Saraiva. **Iluminar a terra pela inteligência**: Trajetória do Aprendizado Agrícola de Barbacena, MG (1910 – 1933). Tese de doutorado em Educação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2013.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 6, n. 2, p. 11-19, jul./dez. 2001.

COLMÁN, Evaristo; POLA, Karina Dala. Trabalho em Marx e Serviço Social. **Serviço Social em Revista** – UEL Londrina. 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/2009_2/Artigo%20evaristo.pdf Acesso em: 1 mar 2016.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar**: colégios-internatos no Brasil (1840-1950). Tese de Doutorado em História. Universidade Federal da Bahia. 2012, Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/13349>> Acesso em 3 ago 2017.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Revista de educação**. PUC-RS. Educação. Porto Alegre. v.32, n.2, p. 185-191, mai./ago.2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015>>

FERNANDES, Priscila Dantas. OLIVEIRA, Kécia Karine S. de Oliveira. **Movimento higienista e atendimento à criança**. Simpósio Regional Vozes Alternativas. 2012.

Disponível em:

<<https://simposioregionalvozesalternativas.files.wordpress.com/2012/11/priscila-movimento-higienista-e-o-atendimento-c3a0-crianc3a7a.pdf>> Acesso em 04 ago 2017.

FONSECA, Jorge Alberto Lago; PIMENTA, Renata Waleska. **A chegada dos desiguais à escola**: novas formas de inclusão/exclusão. IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. UCS. Caxias do Sul / RS. 2012. Disponível em:

<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2796/421>> Acesso em 7 jun 2016.

FRANCO, Maria Laura P.; PARDAL, Luis; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos. **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal**: raízes históricas e panorama atual. Autores Associados. PUC/SP. 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In FRIGOTTO, Gaudêncio: **Trabalho e conhecimento: dilemas da educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2012.

GOMEZ, Carlos Minayo. Processo de trabalho e processo de conhecimento. In FRIGOTTO, Gaudêncio: **Trabalho e conhecimento: dilemas da educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2012.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GUIMARÃES, Leyde Moraes. **Inconfidentes, a terra que me viu nascer: aspectos históricos gerais**. Inconfidentes-MG, O autor, 2010.

KRAUSZ, Rosa R. **Trabalhidade**. 185 p. São Paulo: Nobel. 1999. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=G-LzupVSUcwC&oi=fnd&pg=PA9&dq=krausz+1999&ots=YFPzdYy0Xt&sig=Iwjy5cvHhu96Q77if-Y0omKLXj4#v=onepage&q=krausz%201999&f=true>> Acesso em: 29 mar 2016.

LE GOFF, JACQUES, 1924. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas-SP. Editora da UNICAMP, 1990.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, História e Memória: A importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Revista Informação & Informação**. Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, jan./abr. 2015. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/18705/pdf_43> Acesso em: 30 ago 2017

MOLINA, Mônica Cartagna. **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Ministério do desenvolvimento agrário. Brasília. 2006. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=-XAOAQAIAAJ&pg=PA28&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+do+campo&hl=pt->

BR&sa=X&ved=0ahUKEwjxn_LRk5vLAhWES5AKHZvIAeUQ6AEIQDAE#v=onepage&q&f=true> Acesso em: 28 fev 2016.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. **A nação em armas: o militarismo na educação republicana no Brasil e em Portugal.** Anais. V Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju. 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/117.pdf>> Acesso em: 8 jun 2017.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas.** Anais. Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju -SE. 2008. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/pdf/603.pdf> Acesso em 2 ago 2017.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **Pelos caminhos de Deméter: Os aprendizados agrícolas federais e as políticas para o ensino agrícola primário no início do século XX (1919-1947).** Tese. Pós Doutorado em Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador – BA. 2010.

NOZELLA, Paolo. Trabalho e educação: do tripalium da escravatura ao labor da burguesia; do labor da burguesia à poiésis socialista. In: **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.** São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Educar e regenerar: os Patronatos Agrícolas e a infância pobre na primeira república.** Anais. I Congresso Brasileiro de História da Educação. Rio de Janeiro. 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/120_milton.pdf> Acesso em 7 jun 2016.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: A revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil.** Editora Tekne Porto Alegre. 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=GZ2rskM63xwC&printsec=frontcover&dq=ensino+profissional&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjzrrmy-ZjLahUGJx4KHwB6BzYQ6AEIRzAH#v=twopage&q&f=false>> Acesso em: 27 fev 2016.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: A organização escolar.** 20 ed. Autores Associados. Campinas. 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=mFSOagRZINoC&oi=fnd&pg=PA11&dq=hist%C3%B3ria+da+educa%C3%A7%C3%A3o+import%C3%A2ncia&ots=CcZtY2h8hr&sig=zxm_bqgl-VdVDjHMkzxQRKpbQEw#v=twopage&q&f=true> Acesso em: 26 fev 2016.

SAVIANI, Dermeval. **O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional.** Anais do IV Seminário Nacional de Estudo e

Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil. Campinas. 1997. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/sessab01.rtf> Acesso: 25 fev 2016.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2a ed., 2008. (Coleção Memória da Educação)

SILVA, Emanuela Francisca Ferreira. Entre os vencedores e vencidos: reflexões sobre história, memória e cesura. **Estação literária**: Vagão Volume 4. UEL. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL4Art2.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

SILVA, Kize Arachelli de Lira. **Perspectivas dos sujeitos do campo frente ao trabalho e a educação escolar**. I encontro de pesquisas e práticas em educação do campo da Paraíba. João Pessoa. 2011. Disponível em: <<http://ieppepcb2011.xpg.uol.com.br/conteudo/GTs/GT%20-%2002/30.pdf>> Acesso em: 05 mar 2016

SOUZA, Maria Antônia de. EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICAS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PRODUÇÃO CIENTÍFICA. **Educação & Sociedade**. vol. 29, n°. 105, septiembre-diciembre, 2008, pp. 1089-1111 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil.

VEIGA, Cynthia Greive. **A civilização das crianças pela escola (BRASIL, Século XX):** Questões Teóricas e conceituais. Anais. XII Simpósio Internacional Processo Civilizador. Recife. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/mesas_redondas/MR_Veiga.pdf> Acesso em: 20 ago 2017.

VICENTE, Magda Abreu. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934):** gênese e práticas educativas. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1602/1/Magda_Abreu_Vicente_Dissertacao.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

VICENTE, Magda de Abreu; AMARAL, Giana Lange. Medidas higienistas adotados no Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923-34)-Pelotas/RS). Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.37, p. 123-133, mar.2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37/art09_37.pdf> Acesso em: 30 ago 2017.

VIDAL, Diana Gonçalves; FILHO, Luciano Mendes de Faria. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**. Vol. 23, n°45, pp 37-70. São Paulo. 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001.